

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS
ESTUDOS DA LINGUAGEM
ANÁLISES TEXTUAIS, DISCURSIVAS E ENUNCIATIVAS

EVANDRO OLIVEIRA MONTEIRO

A PÁL UTCAI FIÚK: HISTÓRIA, HISTORICIDADE E MEMÓRIA

PORTO ALEGRE

2019

EVANDRO OLIVEIRA MONTEIRO

A PÁL UTCAI FIÚK: HISTÓRIA, HISTORICIDADE E MEMÓRIA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SOLANGE MITTMANN

Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, agosto de 2019.

EVANDRO OLIVEIRA MONTEIRO

A PÁL UTCAI FIÚK: HISTÓRIA, HISTORICIDADE E MEMÓRIA

ORIENTADORA: PROF^a. DR^a. SOLANGE MITTMANN

Dissertação de Mestrado em Estudos da Linguagem, apresentada como requisito parcial para obtenção do título de mestre em Letras pelo Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Porto Alegre, agosto de 2019.

Resultado: Aprovado.

BANCA EXAMINADORA:

Dr. Fábio Ramos Barbosa Filho
Departamento de Letras
Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

Dra. Fabiele Stockmans de Nardi
Departamento de Letras
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dra. Gláucia da Silva Henge
Departamento de Linguagens
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS - Canoas)

CIP - Catalogação na Publicação

Monteiro, Evandro Oliveira
A Pál utcai fiúk: história, historicidade e memória
/ Evandro Oliveira Monteiro. -- 2019.
114 f.
Orientadora: Solange Mittmann.

Dissertação (Mestrado) -- Universidade Federal do
Rio Grande do Sul, Instituto de Letras, Programa de
Pós-Graduação em Letras, Porto Alegre, BR-RS, 2019.

1. Discurso. 2. Memória Discursiva. 3. Tradução
Literária. 4. Cultura húngara. I. Mittmann, Solange,
orient. II. Título.

à minha mãe, Olga Oliveira

AGRADECIMENTOS

À minha família por todo amor e suporte: meu pai, minha irmã, e, em especial, a pessoa que eu mais amo neste mundo: minha mãe, a quem dedico este simples trabalho em agradecimento pelo amor incondicional;

Às duas novas pessoas que chegaram à minha vida neste período do mestrado, trazendo muito encanto e felicidade: Lívia, sobrinha mais do que esperada, que chegou para trazer cor e alegria à família, e ao Philippe, que chegou para trazer o amor (obrigado por me esperar, assim como por toda a parceria e cumplicidade, amor);

À melhor amiga, Ana Júlia, por todo o companheirismo, cumplicidade, ajuda e amizade;

À professora e orientadora Solange Mittmann, pelo ensino qualificado, pelas oportunidades, pela confiança e paciência;

Aos professores Ana Zandwais, Luiza Milano e Alessander Kerber pelo aprendizado durante as disciplinas do curso;

Às colegas de grupo de pesquisa, pelas discussões, reflexões e aulas compartilhadas: Roberta, Maria Daniela, e, principalmente, à amiga Carla Maicá, por todas as parcerias, desabafos, cumplicidade e ajuda;

À colega, não só de mestrado como já de vida, Camila de Brito, pela amizade longínqua e pelos papos engraçados;

À Michele Passini pelas reflexões e bibliografia compartilhadas;

À colega de grupo de pesquisa e de linha teórica, Laís Medeiros, pela leitura do projeto desta pesquisa durante o processo de seleção de mestrado;

Ao Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, pela oportunidade e pela qualidade de ensino;

À CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) pela bolsa concedida durante os primeiros meses de curso;

Ao Governo húngaro e ao programa de bolsas estudantis Stipendium Hungaricum, pela oportunidade de intercâmbio, pelo aprendizado e pela experiência inesquecível;

À Universidade de Szeged pelo acolhimento, pela estrutura e pela disposição de serviços de alta qualidade;

Aos professores da Hungria, por todo o ensinamento e acolhida, Mariann Hévízi; Orsolya Nagy-Czirok; Péter Durst; e, em especial, a querida professora Margit Kovács, pela tradução do resumo deste estudo para o húngaro;

À mentora da universidade e primeira amiga húngara, Niki Szalma, por todas as ajudas, desde o primeiro dia, e pelas traduções do húngaro revisadas;

Às novas amigas de outras partes do mundo, Zuhra Medeu, Cátia Neves, Marcela Calchei, Fatma Elif Su, e às brasileiras, Vanessa Reis e Érika Santos, por terem sido como uma família no quase um ano que passei longe de casa e por terem feito meus dias mais leves e felizes;

À Anna Czékmány, pela disponibilidade e atenção concedidas ao abrir o Museu de Literatura Petőfi, em Budapeste, e me atender, discutindo e tirando minhas dúvidas, em pleno feriado húngaro.

ACKNOWLEDGEMENTS

I would like to express my very great appreciation to my professors and teachers in Hungary for sharing their knowledge and for their good classes: Mariann Hévízi; Orsolya Nagy-Czirok; Péter Durst, and a special thanks to the dear teacher Margit Kovács for doing the translation of the abstract into Hungarian language;

I am very grateful for all the assistance given since the very beginning and for the help with the translations from Hungarian language by my mentor and first Hungarian friend, Niki Szalma;

I would like to offer my special thanks to my new Foreigner friends for all the assistance, for making me happy, making my days more colorful and for being like a family for me during the months I have spent far from home: Zuhra Medeu, Marcela Calchei and Fatma Elif Su;

My special thanks are extended to Anna Czékmány for having me in Petőfi Literary Museum in a holiday in Budapest, for being available to help me and for the attention paid to my questions.

RESUMO

Nesta dissertação de mestrado, proponho um trabalho de análise sobre um clássico literário húngaro, a obra *A Pál utcai fiúk*, publicado em 1907 e de autoria de Ferenc Molnár, traduzido para o português brasileiro por Paulo Rónai como *Os meninos da rua Paulo* (1952). Seguindo a perspectiva teórica da Análise do Discurso fundada por Michel Pêcheux e seu grupo de pesquisadores (doravante *AD*, ou *AD pecheutiana*), o presente trabalho parte do consagrado imaginário que toma a obra enquanto uma metáfora da história da Hungria para, em seguida, discutir a respeito desse funcionamento simbólico, trazendo uma concepção de história enquanto perspectiva e construção. Nesse caminho, tomando o texto como um espaço heterogêneo, como materialidade do discurso, busco investigar o processo discursivo e os efeitos de sentido para com o romance, considerando que todo processo de interpretação está inscrito em uma perspectiva histórica. Ademais, viso explorar os saberes e dizeres que servem de base para esses sentidos. Para isso, aciono noções teóricas como as de *historicidade do texto*, *memória discursiva* e *pré-construído*. Além disso, traduções do romance para outras línguas, além do português, compõem o *corpus* da pesquisa, são elas: para o inglês norte-americano, *The Paul Street Boys* (publicada originalmente em 1927); para o espanhol europeu, *Las raices del árbol* (publicada em 1945); e para o alemão, *Die Jungen der Paulstrasse* (publicada pela primeira vez em 1910). Com base na análise dessas traduções, reflito sobre a questão da repetição e da transformação na tradução, visando verificar, além disso, como a língua e/ou os processos de tradução estão em funcionamento no objeto de análise para fazer funcionar (ou não) a questão simbólica da obra. A partir disso, ao estabelecer regularidades e contrapontos com determinados trabalhos dos Estudos da Tradução, discorro sobre o papel autoral do sujeito-tradutor, considerando-o decisivo na produção dos sentidos. Em tempo, mobilizo alguns aspectos sobre literatura, tomando-a como lugar de textualização de perspectivas sobre o real.

Palavras-chave: Discurso. Memória Discursiva. Tradução Literária.

ABSTRACT

This Master's thesis concerns a Hungarian literary classic, Ferenc Molnár's *A Pál utcai fiúk*, published in 1907 and translated into Brazilian Portuguese by Paulo Rónai as *Os meninos da Rua Paulo* (1952). Based on the philosopher Michel Pêcheux's theoretical perspective, French Discourse Analysis, this work differs from others about *A Pál utcai fiúk* which have to do with providing certain interpretations and meanings. Thus, this study starts from the popular imaginary about the novel as a metaphor of the history of Hungary and then both this symbolic function and conceptions of history are discussed. History comes to be seen as a perspective and a construction. In this way, the text is taken here as a heterogeneous materiality, materiality of the discourse, and for this reason the goal is to investigate the discursive process and the meaning-effects towards the novel by considering that all the processes of interpretation are given in a historical perspective. In addition, social knowledges which work as supports for these meanings are going to be explored. Hence, some theoretical concepts are fundamental, such as the historicity of the text, discursive memory and pre-constructed. Furthermore, some translations from the novel into another languages, in addition to the Brazilian-Portuguese one, compose the *corpus* of this research: into North-American English, *The Paul Street Boys* (originally published in 1927); into European-Spanish, *Las raices del árbol* (published in 1945); and into German, *Die Jungen der Paulstrasse* (first published in 1910). Based on the analysis of these translations, topics about repetition and transformation in translation are focused in order to verify how language and/or translation processes are working (or nor) for the supposed symbolic value of the novel in the object of analysis. Thereafter, regularities and counterpoints in certain works from the Translation Studies are established by us. Farther ahead, the authorial role of the subject-translator and its impact and importance in the meaning production may be seen. Finally, some aspects of literature seen as a place for textualization of perspectives on the reality are considered.

Keywords: Discourse. Discursive Memory. Literary Translation.

ÖSSZEFOGLALÓ

Ez a mesterdolgozat egy magyar irodalmi klasszikussal, Molnár Ferenc *A Pál utcai fiúk* című regényével foglalkozik, melyet 1907-ben adtak ki és Rónai Pál fordította le brazíliai portugálra *Os meninos da Rua Paulo* (1952) címen. Michel Pêcheux filozófus elmélete, a francia társalgáselemzés alapján ez a dolgozat különbözik azoktól *A Pál utcai fiúkat* tárgyaló tanulmányoktól, melyek a mű bizonyos értelmezéseire és a jelentésfeltárássra helyezik a hangsúlyt. Ez a kutatás abból a népszerű elképzelésből indul ki, hogy a mű a magyar történelem metaforája, így mind a szimbolikus funkció, mind pedig a történelmi eszmék is tárgyalásra kerülnek. A történelmet egyre inkább úgy értelmezik, mint egy perspektívát és szerkezetet. Ily módon, a szöveget úgy kezelem, mint egy heterogén anyagot, a társalgás anyagát, és ezért a célom az, hogy a társalgási folyamatokat és a jelentés-hatásokat tanulmányozzam a regényben azáltal, hogy minden értelmezési folyamat egy történelmi keretbe van ágyazva. Ezen kívül, társadalmi ismereteket is feltárok, melyek alátámasztják ezeket a jelentéseket. Ennélfogva, néhány elméleti koncepció alapvető, úgy, mint a szöveg történelmi hitelessége, a diszkurzív emlékezet és az előzetesen konstruált tudás. Továbbá, a regény más nyelvű fordításai is a kutatás korpuszába tartoznak – a brazíliai portugálon kívül –, úgy mint az észak-amerikai angol *The Paul Street Boys* (eredetileg 1927- ben publikálva); az európai spanyol, *Las raices del árbol* (1945-ben kiadva); és a német *Die Jungen der Paulstrasse* (1910-es első kiadása) fordítás. Ezen fordítások elemzése alapján, az ismétlésre és a fordításban történő átalakulásra kerül a hangsúly annak érdekében, hogy az elemzés tárgyaként bebizonyítsam azt, hogy a nyelv és/vagy a fordítási folyamatok hogyan járulnak hozzá a mű feltételezett szimbolikus értékéhez. Ezután, a fordítási tanulmányok bizonyos munkáiban található törvényszerűségek és ellenpontok kerülnek megállapításra. Emellett, kiderül a tárgy-fordító szerzői szerepe, valamint annak hatása és jelentősége a jelentésképzésben. Végül, pár irodalmi vonatkozás – mint a valóság perspektíváinak megszövegezésének helye – kerül górcső alá.

Kulcsszavak: Társalgás. Diszkurzív Emlékezet. Irodalmi Fordítás.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa de <i>A Pál Utcai Fiúk</i> - edição 1934	71
Figura 2 - Capa de <i>A Pál Utcai Fiúk</i> - edição 1966.....	71
Figura 3 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 1965_1970_1971.....	72
Figura 4 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 1979.....	72
Figura 5 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 1990_1993.....	72
Figura 6 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 2003.....	72
Figura 7 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 2005.....	72
Figura 8 - Capa de <i>Die Jungen der Paulstrasse</i> - edição 1910.....	73
Figura 9 - Capa de <i>Die Jungen der Paulstrasse</i> - edição 1928.....	73
Figura 10 - Capa de <i>Die Jungen der Paulstrasse</i> - edição 1952.....	73
Figura 11 - Capa de <i>Os meninos da Rua Paulo</i> - edição 1964.....	76
Figura 12 - Capa de <i>Las raices del árbol</i> - edição 1945	76
Figura 13 - Capa de <i>The Paul Street Boys</i> - edição 1927.....	77
Figura 14 - Capa de <i>The Paul Street Boys</i> - edição 2018.....	77
Figura 15 – Imagem da peça teatral <i>Chłopcy z placu broni</i> - 2018.....	79
Figura 16 - Capa da revista <i>Time</i> - edição de 1957.....	81

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Recorte 1.....	90
Quadro 2 – Recorte 2.....	91
Quadro 3 – Recorte 3.....	91
Quadro 4 – Recorte 4.....	93

LISTA DE SIGLAS

AD – Análise do Discurso pecheutiana

FD – Formação Discursiva

CP – Condições de Produção

SD – Sequência Discursiva

SDH – Sequência Discursiva em língua húngara

SDI – Sequência Discursiva em língua inglesa

SDE – Sequência Discursiva em língua espanhola

SDP – Sequência Discursiva em língua portuguesa

APOIO DE FINANCIAMENTO CAPES

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001.

SUMÁRIO

O ANALISTA PERANTE O OBJETO DE ANÁLISE: ENTRE A FRUSTRAÇÃO E A REALIZAÇÃO	17
1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A HUNGRIA	19
1.1 (HISTÓRIA D)A OBRA	22
1.1.1 <i>A Pál utcai fiúk</i> : (possíveis) leituras da obra	26
1.1.2 <i>A Pál utcai fiúk</i> : a circulação da obra	34
2 METÁFORA DA METONÍMIA: PERSPECTIVAS DE HISTÓRIA	36
2.1 REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO	40
2.2 A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO E RESSONÂNCIA SIMBÓLICA.....	47
3 DISCURSO, SENTIDO E TEXTO: ESTABELECENDO OS ALICERCES DE ANÁLISE	54
3.1 ENTRE HISTÓRIA E HISTORICIDADE: CAMINHOS DE MEMÓRIA.....	58
3.1.1 As tramas em/de <i>A Pál utcai fiúk</i> : pré-construídos e discurso-transverso ...	61
3.1.2 As capas como espaços de memória.....	69
4 TRADUÇÃO: (RE)VIABILIZANDO SENTIDOS	85
4.1 TRADUÇÃO E DISCURSO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO.....	85
4.2 O SUJEITO TRADUTOR-AUTOR.....	96
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	107

O ANALISTA PERANTE O OBJETO DE ANÁLISE: ENTRE A FRUSTRAÇÃO E A REALIZAÇÃO

Esta dissertação começa com um certo desabafo, necessário frente ao paradoxo que, aqui, me põe entre a frustração e a realização. Se me coloco, ao iniciar um trabalho de caráter acadêmico-científico, pelo uso da primeira pessoa e pela exposição de minhas inquietações e frustrações, é porque, além do campo intelectual, a linha teórica na qual me inscrevo, a Análise do Discurso pecheutiana, isso me permite.

Mesmo após alguns anos de estudo na área mencionada (imerso em discussões teóricas, entre a graduação e o mestrado), ciente de que não há produção, científica ou não, que esteja desvinculada do sujeito, e, portanto, da ideologia, assim como de que não há objeto homogêneo, isto é, que não esteja circunscrito por práticas sociais plurais, constituídas no/pelo embate ideológico, histórico, político e semântico, frustro-me ao me expor ao “real”, ao me deparar com a pluralidade de meu objeto de análise — o que escancara que, mesmo (ainda!) tentando correr para longe do empirismo (devido a uma forte concepção do que seja ciência), estava/estou imerso nele.

Enquanto escrevo esse trabalho, encontro-me em Szeged, cidade na fronteira com a Sérvia, no sul da Hungria (e aqui, posso dizer, está a primeira realização). Após ser premiado com uma bolsa do governo húngaro para estudar língua e cultura húngaras nessa cidade, tive a oportunidade e o privilégio de realizar a presente dissertação *in loco*, isto é, justamente no país em que se deu/se dá a (re)produção da obra literária sobre a qual, aqui, trabalharei, caracterizando o meu objeto de análise: *Os meninos da rua Paulo* (em húngaro, *A Pál utcai fiúk*), clássica obra húngara de 1907. E, aqui, começam as minhas frustrações... assim como, também, o meu — necessário — crescimento enquanto analista.

Vim, do Brasil, tomado por uma paixão que eu classificaria como simbólica, imerso em uma idealização do objeto, decorrente de uma leitura, uma interpretação possível, com planos de estudos traçados e certo para encontrar as respostas que queria. Muito já havia investigado, achava eu, sobre a importante força simbólica, que buscarei mostrar nas seções a seguir, da referida obra para com (perspectivas d)a história da

Hungria. No entanto, estava preso a essas leituras estrangeiras, dadas através de traduções. A frustração foi ver, após chegar aqui e conversar com húngaros, que nem todas as interpretações iam para onde eu imaginava ou queria. Muitas perspectivas, leituras, eu sequer havia imaginado. Além disso, apesar de amplamente conhecido, descobri que o romance não é tão popular, querido, principalmente pelas novas gerações.

É nesse ponto que, acredito, está o âmago do paradoxo. Mesmo sabendo da pluralidade do sentido, de sua determinação ideológica, histórica e social, frustro-me ao me deparar com o “real” — que pode ser, e provavelmente é, muito além do qual estou exposto —, ao ser colocado perante a diferentes leituras, diferentes perspectivas, ao ser obrigado a desconstruir a minha — de certa forma homogênea — interpretação. Ao mesmo tempo, porém, realizo-me ao ser exposto à relativa “autonomia” do objeto, que jamais se submete totalmente à singularidade, à univocidade de sentido, que escapa, grita pela/para a heterogeneidade, (trans)formando-se. Ou seja, realizo-me por esse, desestabilizante porém necessário, deslocamento, ao vislumbrar a teoria na prática, ao me submeter/ser submetido a outras posições, outras formas de leitura, ao ser exposto ao real. Frustrro-me na realização. Realizo-me na frustração. Indago-me enquanto analista e analiso.

1 ALGUNS ASPECTOS HISTÓRICOS SOBRE A HUNGRIA

Pertencente ao bloco centro-leste europeu e estabelecendo, atualmente, fronteira com sete países, a Hungria está localizada na planície entre os Cárpatos e os Alpes austríacos — região historicamente marcada por diversos conflitos étnicos e por redistribuições geográficas. A maioria dessas redistribuições, decorridas de grandes guerras, afetaram o território tido como magiar¹ e contribuíram na formação do caráter social e cultural do país.

Nesta seção, farei um breve esboço de um percurso histórico² da Hungria, pontuando alguns acontecimentos populares e chegando até o século dezenove, em que se dá a Revolução de 1848-49, conflito tido como primordialmente relacionado com *A Pál utcai fiúk*, a obra literária que tomo como objeto desta análise. Em geral, toma-se como possível o estabelecimento de uma relação entre esse conflito específico e (uma leitura consagrada de) tal obra. Dessa maneira, viso mostrar como e por que esse acontecimento histórico pode (re)estabelecer relações com a obra de Molnár e direcionar a possíveis gestos de leitura.

Sendo assim, começo falando sobre a formação da comunidade magiar, ou húngara, na região do território em que hoje se encontra. A esse respeito, há duas teorias predominantes:

1. a de que esse povo teria algum tipo de vínculo ancestral com os hunos, tribo de guerrilheiros, vinda da Ásia, que dominou parte do continente europeu durante o século cinco, liderados por Átila³;
2. a de que eles provêm da região dos Montes Urais, na Rússia, de onde, entre os séculos sete e nove, saíram com os povos que hoje formam a Estônia e a Finlândia — seus “primos distantes”.

No entanto, a maior evidência disponível, hoje, acerca do que viria ser a origem desse povo é fornecida pelos estudos linguísticos, que desmistificam as lendas sobre Átila

¹ "Magiar" corresponde à denominação atribuída à tribo que, vinda da região central da Rússia, acabou se estabelecendo às margens do rio Danúbio e fundando a Hungria. Na língua húngara, "húngaro", tanto para se referir a nacionalidade quanto ao idioma, escreve-se "magyar", e "Hungria", referindo-se ao país, é escrito como "Magyarország".

² As informações para esse percurso têm por base a obra de László Kontler (2009): *A history of Hungary*. Referência completa na bibliografia.

³ Presente no poema *Rege a csodaszarvasról* (1863), de Arany János.

e os hunos⁴ e ratificam a segunda hipótese. Por isso, devido à similaridade de seus sistemas linguísticos, os húngaros são relacionados aos estonianos e aos finlandeses, formando o ramo das línguas fino-úgricas.

Na região dos Urais, na Rússia, de onde as tribos tidas como formadoras desses povos saíram, é possível, apesar de raro, ainda hoje encontrar alguns falantes de dialetos variados dessa mesma vertente linguística, a fino-úgrica, como o vótico ou o komi. Diferentemente das outras, a tribo magiar, sob comando de seu líder, Árpád, seguiu em direção ao sudoeste, conquistando a Planície da Panônia, em que se encontra o atual território húngaro, em 896. Nesse tempo, o domínio de Átila, que se deu no século cinco, já havia terminado, já que o líder huno morreu em 453.

O Estado feudal húngaro foi formado no ano de 1000, por Estevão, descendente de Árpád, que viria a se tornar o primeiro rei⁵ oficial da Hungria, a partir da conversão do Estado ao cristianismo nesse período. A cristianização, nesse contexto, é tida como inevitável, uma vez que todos os outros povos, que rodeavam o território magiar, eram cristãos. Contudo, tanto para fins da conversão quanto como em decorrência do processo, buscou-se a “higienização” de costumes dos magiares, que, até então, eram xamanistas. Um exemplo disso é visto na língua oficial do território, que passava a ser o latim, e não o húngaro (que, até cerca do início do século dezoito, não era usado na ciência).

O Reino da Hungria viveu tempos de expansão, tornando-se um grande e potente Estado, até a invasão dos mongóis, no início do século treze, e, posteriormente, a chegada dos otomanos, que ocuparam o território em 1526, quando venceram a Batalha de Mohács. Cerca de um século e meio depois, em 1686, os habsburgos tomavam, definitivamente, o território húngaro do domínio otomano. Os húngaros estavam, agora, sob o comando da monarquia austríaca — período basilar para a análise que, aqui, será realizada. Em consequência disso, o território húngaro foi condicionado à uma “germanização”, principalmente sob o comando de José II (de 1765 até 1790). No que concerne à língua, depois do latim, agora era a vez do alemão tirar o protagonismo do magiar, ganhando o status de língua oficial de todo o território — o que durou até 1844, quando se começou o “programa de magiarização”.

⁴ Lendas sustentadas e reproduzidas por obras como a de Géza Gárdonyi (1991): *O homem que não se vê: a vida de Átila narrada por um escravo*.

⁵ A coroa de Estevão, recebida, como presente, do Papa Silvestre II e tida até hoje como sagrada, encontra-se no Parlamento de Budapeste. Estevão foi canonizado em 1083 pelo então Papa Gregório VII.

O anseio por independência e pela volta de sua grandeza continuava vivo para os húngaros, no entanto. Por isso, em 1848⁶, deu-se a Guerra pela independência, liderada por Lajos Kossuth. Especula-se que foi nessa época que as ideias de nação, nacionalismo e o patriotismo (re)ganharam força, tendo, como principal símbolo, o *Poema Nacional* (*Nemzeti dal*) — que compõe o objeto da presente análise, como mostrarei a seguir —, de autoria de Sándor Petőfi.

Foi somente em 1867, porém, que os húngaros obtiveram, parcialmente, algumas de suas reivindicações acolhidas pelos monarcas habsburgos. A partir de então, estava proclamado o fim da servidão no território que passou a ser denominado como Império Austro-Húngaro, que, ainda assim, abrigava outras minorias étnicas que, mais tarde, viriam a também buscar independência: croatas, servos, romenos (minorias que, juntas, eram maior em número de população do que os húngaros).

Por compartilhar o mesmo império com a Áustria, assim como essa, a Hungria foi um dos protagonistas da Primeira Guerra Mundial. Ao lado da Alemanha, o Império Austro-Húngaro foi derrotado pelos aliados (Reino Unido, França e Rússia), ocasionando em um dos maiores traumas, até hoje, para a sociedade húngara: o Tratado de Trianon (1920), em que o Império Austro-Húngaro entrou em colapso e a Hungria perdeu mais de setenta por cento do seu território junto com mais da metade da população, que passou a pertencer aos então estados da Tchecoslováquia e da Iugoslávia.

Com a promessa alemã aos húngaros de reconquista do território perdido pelos magiares durante a Primeira Guerra Mundial, ação oficializada pelo Tratado de Trianon, a Hungria adere à Segunda Guerra, na qual perde também, ficando, dessa vez, sob o comando da então União Soviética, a partir do fim da década de quarenta até a queda do regime, em 1889. Durante esse período, no entanto, os húngaros protagonizaram a primeira grande rebelião contra o governo soviético, a Revolução de 1956.

Posto isso, antes de prosseguir à próxima subseção, gostaria de frisar a relevância de uma abordagem histórica, ainda que breve, como a recém exposta, para estudos linguísticos, que englobam ou não o literário, como a presente pesquisa. Como um dos meus maiores objetivos nesta dissertação, procurarei mostrar, aqui, como língua, discurso e história andam juntos. Para isso, portanto, concebo a obra *A Pál utcai fiúk* como um rico material de análise, visto que se trata de um trabalho literário — o que será melhor situado

⁶ Esse ano foi marcado por revoluções não só na Hungria, mas também em diversos outros países, sendo o primeiro deles a França. Esse movimento de revoluções passou a ser chamado de *Primavera dos povos*.

no capítulo dois —, culturalmente emergido de condições sociais, políticas e históricas muito específicas — o que me fará, abordar, nos próximos capítulos, questões como ideologia e nacionalismo, entre outras.

A Pál utcai fiúk, retrato literário de um conflito, se dá num contexto pós-revolução e entre guerras, em uma parte da Europa muito marcada por embates de caracteres linguístico e nacional: “a região é um ponto privilegiado de observação dos vários aspectos da questão nacional, pois esta é tão responsável pelos seus problemas internos quanto os indesejáveis vizinhos”. (ASCHER, 1996, p. 61)

No entanto, ainda de acordo com Ascher, há um lado positivo, se é que assim se pode dizer, nessa questão:

Nem só de tragédias, porém, vive essa outra Europa. Nos dois últimos séculos, pelo menos, ela parece ter dado razão à ideia de que é antes uma história conturbada que desperta a criatividade dos povos. Países como a Tchecoslováquia, Hungria, Polônia e Iugoslávia vêm produzindo uma literatura mais instigante que a de nações prósperas, pacíficas e estáveis como as escandinavas. Cada uma das catástrofes regionais ou nacionais foi brilhantemente esmiuçada em romances, dramas e poemas cujo nível médio provavelmente supera o de quanto a Europa ocidental produziu depois dos ismos dos anos 10/20⁷ (Ibid., p. 61-62).

1.1 (HISTÓRIA D)A OBRA

Antes de me debruçar sobre o conteúdo do romance, penso ser importante abordar, aqui, a noção de obra, cara à presente análise, e o que entendo dela. Para isso, parto de Michel Foucault (2001).

Em *O que é um autor?*, Foucault aborda e questiona a noção de obra. Para ele, “a palavra ‘obra’ e a unidade que ela designa” (FOUCAULT, 2001, p. 272) são problemáticas. Por isso, deve-se “analisar a obra em sua estrutura, em sua arquitetura, em sua forma intrínseca e no jogo de suas relações internas” (Ibid., p. 271), questionando-se sobre o que seria essa unidade que é denominada como obra, assim como sobre quais elementos a compõem: somente o produto final ou também as partes – rascunhos, notas, tudo que fez parte direta ou indiretamente mas ficou “para trás”, deixando de ser incluído – dos processos que vieram a elaborar o que é designado como obra.

⁷ É interessante mencionar, sobre as palavras de Ascher, a elipse em “Países como a...”, que, em um trecho voltado a destacar o lado “fértil” do conflito, e, ao se contrastar com “nações prósperas, pacíficas e estáveis”, pode vir a significar pela falta, possivelmente reforçando aspectos negativos dos países primeiramente citados.

Penso que, primeiramente, em nível de relação simbólica para com o sujeito leitor, a “obra” seria apenas o produto final, acessível ao público, a partir do qual se tem a ilusão de materialização do desejo do autor, cujas ideias estariam ali unificadas e expressadas⁸. No entanto, ao nível discursivo, a questão vai além, englobando tudo o que compôs (e, às vezes, até o que não compôs) o processo: textos-base, leituras prévias do autor (e do leitor, que irão compor o processo de leitura), rascunhos, materiais de referência, materiais descartados e/ou censurados. Tudo dá sustentação ao sentido, aos processos de materialização de discursos.

A *Pál utcai fiúk*, classificado comumente como “regény kis diákok számára”, isto é, romance para pequenos estudantes, é de autoria do húngaro Ferenc Molnár. Conforme Tóth (1997) e György (2001), publicado na Hungria em 1907, o romance é uma extensão da história *O clube do betume*⁹, também de Molnár, que, em 1906, fez parte de uma revista juvenil de Budapeste, cuja edição era feita por um ex-professor do autor, Dr. Kornél Rupp.

A trama se passa na recém unificada¹⁰ Budapeste de 1889 — exatos quarenta anos após o fim da Guerra pela Independência —, mais especificamente no lado oriental da cidade, Peste. Compõem a história, três grupos de meninos: o dos *meninos da rua Paulo*, do qual alguns garotos integravam uma segunda equipe, a *Sociedade do Betume*; e, por último, o time dos antagonistas, os *camisas-vermelhas*. Dentre os componentes do grupo da rua Paulo, destacam-se: Boka — o mais velho e líder de todos —, Geréb — o rebelde, que viria a ser o traidor do grupo — e Nemeček, que, ao oposto de Boka, era a figura mais fraca e “sem importância”, mas que viria a ser o grande herói.

Além de estudarem juntos, a maioria dos meninos dos dois primeiros grupos também se encontrava para brincadeiras e reuniões geralmente no mesmo espaço, o *grund*, um terreno baldio localizado na rua Paulo. A ameaça de invasão e de tomada de “posse”¹¹ desse terreno é o que vai justificar o duelo central da obra, que se dá contra o grupo invasor, os *camisas-vermelhas*, liderado por Chico Áts e composto pelos *pásztors* — nome usado para denominar alguns de seus componentes—, que recebem o auxílio de Geréb, o

⁸ Para a AD, essa questão se trata de um efeito ideológico, visto que, para essa perspectiva, conforme Indursky (2009), o texto é visto como uma materialidade de dupla face, sendo ele imaginariamente fechado, dotado, ao mesmo tempo, de uma face discursiva permanentemente aberta à exterioridade e de um efeito de fechamento ao nível linguístico.

⁹ “The Putty Club”. As traduções dos trechos de língua inglesa e de língua húngara, aqui usados, são feitas por mim.

¹⁰ Até 1873, Buda e Peste eram duas cidades diferentes, divididas pelo rio Danúbio.

¹¹ A posse por parte dos amigos da rua Paulo era fantasiosa, talvez por terem chegado ali primeiro para brincar, já que o verdadeiro proprietário aparece, de certa forma, no fim da história.

traidor dentre os amigos da rua Paulo. Assim, a batalha para evitar a invasão e para manter o domínio do território é o que vai movimentar os meninos durante a maior parte da obra.

Apesar de serem crianças, os meninos mantinham entre si cargos de diferentes níveis, como em um verdadeiro exército, e, na maioria das vezes, uma relação de respeito, honra e diplomacia.

A partir da ameaça de invasão, eles passam a espionar o local de encontro dos *camisas-vermelhas*, o Jardim Botânico de Budapeste. Descobrem, entre outras coisas, a traição de Geréb e o plano de ataque inimigo. Em uma das espionagens, Nemeček vai sozinho recuperar a bandeira símbolo do grupo, que havia sido roubada por Chico Áts, e acaba se revelando ao traidor e aos outros inimigos. Contudo, esse é um dos momentos em que Nemeček mais demonstra a sua coragem e a sua lealdade ao seu grupo, já que, após ser jogado dentro do rio do Jardim e após tentar se defender de humilhações de Geréb, declara:

preferi tomar um banho a ficar à beira do lago rindo de um camarada. Prefiro ficar na água até o Ano-Bom a conspirar com os inimigos de meus amigos. Pouco me importa que vocês me tenham dado um banho. [...] Podem convidar-me a ficar com vocês, adular-me, cumular-me de presentes: nada tenho que ver com vocês. [...] Não tenho medo de nenhum de vocês. E, se vierem à rua Paulo tomar-nos o nosso terreno, lá estaremos. [...] Podem afogar-me ou matar-me a pauladas: eu nunca serei traidor como certos indivíduos... (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 122-123).

Após isso, os meninos se organizam para a batalha, que se dará no *grund*, contra o grupo de Chico Áts. No dia do confronto, em meio à luta, o soldado raso do grupo, Nemeček, que foi obrigado a não participar do duelo e a ficar em casa após ter contraído pneumonia devido às águas geladas do rio em que foi jogado, aparece de surpresa e dá o golpe final contra Áts. Dessa forma, Nemeček ajuda seus companheiros, derrotando o inimigo e dando um ponto final na briga. Foi o fim da luta e a vitória dos meninos da rua Paulo.

O até então soldado raso é promovido a capitão do grupo devido à sua valentia no duelo. No entanto, é justamente essa exposição à batalha que acaba por acarretar no agravamento da doença de Nemeček.

O fim é trágico por dois motivos: Nemeček morre na humilde casa em que vivia com seus pais — o agora capitão, que se manteve como um exemplo de coragem e de honestidade durante toda a narrativa, recebe saudações de honra inclusive por parte do grupo rival; e, após a morte de seu companheiro, em uma visita ao *grund*, Boka descobre que um grande edifício será construído no espaço. Toda a batalha havia sido em vão.

[...] foi correndo ao portão, fugindo daquele pedaço de terra infiel que eles haviam defendido com tamanho sofrimento, tamanho heroísmo, e que ia deixá-los para carregar um imóvel nas costas para sempre. Do portão voltou-se mais uma vez, como quem abandona de vez a pátria. Para a grande dor que, a essa ideia, lhe apertava o coração, só encontrava uma consolação bem fraca. Coitado do Nemeček! Se não vivera bastante para receber a delegação da Sociedade do Betume pedindo perdão, pelo menos também não vira arrancarem-lhe a pátria pela qual morreria. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 246).

Para Györgyey (1980), Molnár, por essa obra, seu mais famoso trabalho, retratou sua própria infância e de seu grupo de amigos nos arredores de uma rua, também chamada Paulo, em Budapeste — informação corroborada por Anna Czékmány¹² e digna de nota de rodapé de Ascher (2005), em sua revisão na reedição de 2005 de *Os meninos da rua Paulo*. Ao analisar o emprego do pronome “nós”, repetido, de acordo com Ascher, seis vezes por Molnár para se referir ao grupo dos meninos da rua Paulo, o revisor aponta que, assim, o autor confessaria ter feito parte do grupo.

Komáromi ([1996] 2009, p. 158), por sua vez, diz que “o espaço do romance é real: o Jardim do Museu, as ruas Üllői, Soroksári, Köztelek, Maria e Paulo. Nós sabemos onde Nemeček viveu [...]. O escritor recriou todo esse mundo de uma forma bela”¹³.

Nessa mesma direção, Tóth (1997, p. 68 — grifo meu) afirma que “embora a história seja, naturalmente, um produto de fantasia, há muitos aspectos biográficos”, e os personagens do romance, criados por Molnár, as crianças de Budapeste, “foram seus próprios ex-colegas. Dentre eles, mais tarde, dois seriam amigos: foram eles o desenhista Jenő Feiks e o escritor Árpád Pásztor”¹⁴. Em seu relato, Czékmány corrobora essas informações, acrescentando que Árpád Pásztor foi um colega com quem Molnár não tinha uma boa relação na infância, e aí estaria a explicação de seu sobrenome na obra de Molnár para denominar os inimigos “valentões”. Jenő Feiks, por sua vez, foi o amigo que serviu de inspiração para a criação de Nemeček.

É interessante relatar que, também ratificado por Czékmány, assim como Molnár, Pásztor também escreveu literatura juvenil. Seus principais livros foram *Priceszt* e *Muzi* — ainda não traduzidos para o português —, sendo esse último, segundo Czékmány, bastante parecido com *A Pál utcai fiúk*, pois, ainda que protagonizado por apenas um personagem,

¹² Todas as menções aqui referidas a Anna Czékmány são frutos da entrevista realizada por mim, no dia 22 de outubro de 2018, no Museu de Literatura Petőfi, localizado em Budapeste. Czékmány faz parte da equipe do museu, trabalhando, entre outras coisas, como palestrante e guia.

¹³ “Valóságos a regénybeli tér: a Múzeum-kert, az Üllői út, a Soroksári út, a Köztelek utca, a Pál és a Mária utca. Tudjuk, hol lakott Nemeček [...]. Az író hangulatostól teremtette újra ezt a világot”.

¹⁴ “S bár a történet természetesen a fantázia szüleménye, nagyon sok életrajzi, valós vonatkozása van. A regényben szereplő pesti gyerekeket saját egykori diáktársairól mintázta. Közülük kettővel később is jó barátságban élt, ezek voltak Feiks Jenő rajzolóművész és Pásztor Árpád író”.

há gangues, batalhas e cenas no jardim do Museu Nacional de Budapeste, mesmo lugar em que se passam parte das cenas da história de Molnár. Pode-se entender, com isso, quando Tóth (1997) sugere que os *pásztors* foram inspirados em figuras sobre as quais Molnár tinha precisas lembranças.

Apesar de tais particularidades, cabe apontar que, segundo Horváth (2016, p. 70), há, ainda, “a necessidade de uma análise cientificamente fundamentada dos aspectos sociais do romance”¹⁵. De acordo com esse autor, mesmo que leitura obrigatória em um dos primeiros anos escolares (geralmente no quinto) na Hungria, *A Pál utcai fiúk* ainda não conta com uma recepção dentro dos estudos culturais e críticos, como dispõe *Eclipse of the Crescent Moon* — clássica obra do país, que retrata a ocupação turca na Hungria durante o século dezesseis —, de Géza Gárdonyi, por exemplo. Diante disso, ao me propor a analisar aspectos discursivos do romance, buscarei justamente explorar questões simbólico-linguísticas em suas inter-relações para com o sócio-histórico e o ideológico.

No que tange a tais aspectos culturais, simbólicos e semânticos possíveis, a obra de Molnár pode ser considerada muito fértil. Isso explicaria, portanto, o fato de que, apesar de ter sido destinado a crianças, o romance foi, e é, leitura preferida de todos, como apontam tanto Rónai (2005) quanto Tóth (1997). Sendo assim, apontarei, na próxima subseção, formas de leitura possíveis dessa obra, sendo algumas delas mais consagradas do que outras.

1.1.1 *A Pál utcai fiúk*: (possíveis) leituras da obra

Um dos fatores que fazem *A Pál utcai fiúk* importante e popular é, certamente, as interpretações possíveis que se fazem sobre essa obra, materialidade passível de (re)significações potencializadas pelo decorrer histórico. Discorro um pouco sobre elas a partir de agora. Antes, porém, faz-se essencial pontuar que, desde a ótica da AD, concebo a leitura e a interpretação como gestos inscritos em uma certa ordem simbólica determinada social e ideologicamente.

Uma dessas leituras é a que parte do romance enquanto retrato da transição da fase infanto-juvenil para a adulta. Segundo György (2001), o impacto da obra se dá pelo que seria uma apresentação “realista” da alma de criança. Assim, ao passo que vivenciam, com

¹⁵ “Szükség van tehát olyan tudományos igényű elemzésre, amely a regény szociális aspektusait veszi górcső alá”.

seriedade, a guerra, a traição e o heroísmo, os meninos são controlados pelas leis da microssociedade que criam, de acordo com o modelo do mundo adulto.

De acordo com Horváth (2016), a obra estabelece fronteiras incertas entre crianças e adultos. Para esse autor, os meninos da rua Paulo são, ao mesmo tempo, estudantes e soldados, portando-se como crianças e adultos. Horváth ressalta que “estão presentes, ao mesmo tempo, a criança chorona e o homem que não chora”¹⁶ (2016, p. 74). Para mostrar esse caráter ambivalente, o autor cita o trecho em que Geréb, arrependido da traição que cometeu, põe-se a chorar na frente de Boka, e que reproduzo, aqui, a partir da tradução brasileira:

Geréb pegou o lenço e levou-o aos olhos. Boka falou com tristeza:

— Não chore, Geréb, não quero que chore na minha frente. Vá para casa e deixe-nos em paz. Voltou porque os camisas-vermelhas estão fartos de você.

Geréb guardou o lenço e quis mostrar-se um homem:

— Está certo: vou-me embora e nunca mais vocês me verão. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 146-147).

Essa leitura talvez justifique a tradução do título do romance para a língua espanhola: *Las raíces del árbol*, de 1945, realizada por Marcelino Andres de Orbók. Czékmány vê essa tradução justamente como a expressão desse ritual de passagem para a maturidade, em que a infância é a sustentação, fase na qual se dá a formação de valores e de caráter (como os de lealdade, honra, coragem e patriotismo, abordados na obra). Ainda acerca de um possível viés de transição, Czékmány acrescenta que (o anseio por) a mudança do sistema político daquela conjuntura histórica pode estar expressa na obra pelas figuras de Áts, chefe incontestável do grupo antagonista (aristocracia) e de Boka, líder eleito pelos membros do grupo da rua Paulo (democracia). Assim, faz-se possível compreender quando Györgyey (1980) diz que é esse *playground*, o *grund*, o país dos meninos, onde eles reconstróem o mundo dos adultos com diversas de suas peculiaridades.

Esse discurso de (anseio por uma) transição de sistema político foi um dos principais da Revolução de 1848-49, compondo a Guerra da Independência, que, como já mencionado, ocorreu meio século antes da publicação de *A Pál utcai fiúk*. No entanto, algumas das exigências dos húngaros, naquela batalha, foram atendidas somente em 1867, quando se formou o Império Austro-Húngaro. A história dos meninos se passa justamente no período sob esse império, em 1889. Há algumas passagens, no enredo, que podem marcar esse reino dual entre Áustria e Hungria. Um exemplo, dá-se logo no início, quando,

¹⁶ “Egyszerre van jelen a sító gyerek és a nem sító férfi”.

introduzindo o lugar e os personagens, Molnár começa dizendo que se tratava de um dia quente de março:

as janelas estavam escancaradas e, nas asas da fresca brisa primaveril, a *música* penetrou na aula. A pianola tocava uma *alegre canção húngara*, transformando-a numa espécie de marchinha, emprestando-lhe um caráter tão estrondoso, tão *vienense*... [...]. Condutores do bondinho de burro trombeteavam, e num dos quintais uma *criada cantarolava uma melodia totalmente diversa da tocada pela pianola*. ([1952] 2005, p. 17-18 — grifos meus).

Conforme Erdődy, março foi o mês em que as revoluções de 1848 começaram. Além disso, segundo ela, “o desejo de liberdade está expresso nas imagens e semelhanças” (2005, p. 31). Já a respeito do elemento que refere à criada cantarolando uma *melodia* — ao contrário da alegre canção húngara com aspectos vienenses, que se tratava de *música* — “totalmente diversa da tocada pela pianola”, leio como possivelmente relacionado às minorias étnicas que ocupavam o império, que muitas vezes foram contra os interesses habsburgos ou magiares, e que, após o Tratado de Trianon, formaram, em grande parte, a Tchecoslováquia e a Iugoslávia.

Posto isso, é justamente a partir desse acontecimento histórico que parto, agora, para uma segunda leitura — a mais consagrada —, que pode estabelecer, ou não, concordância com essa primeira.

Novamente nos termos de Erdődy (2005, p. 31), *A Pál utcai fiúk* “é uma crônica de uma guerra vitoriosa [...]. A história é também, no entanto, uma legível metáfora: uma metáfora para a liberdade”¹⁷. Mais precisamente, essa metáfora¹⁸ reproduziria saberes e dizeres pré-construídos, e aí está a segunda leitura, sobre a luta húngara pela liberdade em 1848-49, a Guerra da Independência contra os habsburgos. É sobre essa interpretação que Horváth disserta:

O martírio de Nemecesek é explicado através do discurso nacional [...]. O *grund* cria, como alegoria, o icônico espaço nacional, a “Planície húngara”. Figuras identitárias como János Hunyadi ou Garibaldi dão forma à narrativa. O chapéu e a bandeira dos meninos da rua Paulo referenciam o tricolor magiar e a Guerra da independência de 1848-49, assim, a defesa do *grund* pode ser lida como uma repetição dessa guerra. O grupo da rua Paulo se identifica como guerreiros da liberdade [...]. O resultado dessa “luta pela liberdade” dos meninos é uma batalha perdida. Assim, o romance pode ser facilmente associado às grandes perdas nacionais húngaras (ex: Mohács, 1848-49) [...]. *Os meninos da rua Paulo é*

¹⁷ “A Pál utcai fiúk egy győztes háború krónikája, egy romantikus szabadságharc hősi eposza [...] a történet azonban olvasható metaforaként is: a szabadságvágy metaforájaként”.

¹⁸ É importante frizar que tanto o termo “metáfora” quanto “alegoria”, que aparecerá a seguir, expressam concepções dos autores que estão aqui sendo mencionados, tratando-se de ideais amplamente compartilhados por outros autores em geral. A concepção de metáfora pelo viés dos estudos pecheutianos será abordada no segundo capítulo deste trabalho.

*leitura compulsória de uma parte fundamental do discurso nacional e, como tal, conta com um poder de formação e reafirmação de identidade.*¹⁹ (2016, p. 79 — grifos meus).

Sob essa leitura, comumente se dão alguns simbolismos. A história dos meninos da rua Paulo, em conformidade com Györgyey (1980, p. 74), é tomada como alegoria, e “a infância conturbada incorpora a era do problema”²⁰. Conforme ainda ratifica essa autora, assume-se, portanto, sob esse olhar, o *grund* como metáfora, uma metáfora da Hungria.

Ó *grund*... Ó vós, belos e sadios estudantes da planície, aos quais basta dar um passo para vos encontrardes na estepe imensa, sob a admirável redoma azul que se chama firmamento, vós cujos olhos estão acostumados às grandes distâncias, aos longes, vós que não viveis apertados entre edifícios altos, nem podeis imaginar o que é para os guris de Budapeste um terreno baldio, um *grund*. É a sua planície, a sua estepe, o seu reino; é o infinito, é a liberdade. Um pedacinho de terra, limitado a um dos lados por uma cerca meio desmoronada, ao passo que pelos demais lados altos muros de edifícios o rodeiam. Atualmente o *grund* da rua Paulo também já se encontra ocupado por um triste edifício, de quatro andares, cheio de moradores, nenhum dos quais sabe, talvez, que aquele pedacinho de terra significou a mocidade para alguns pobres estudantes de Budapeste (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 35).

Dessa forma, para Horváth, o romance de Molnár é passível de férteis possibilidades de relação para com o acontecimento de 1848 assim como acontece no caso do já mencionado *Eclipse of the Crescent Moon*, cujas leituras majoritariamente estabelecem fortes conexões com narrativas sobre a ocupação turca durante o século dezesseis na Hungria: “similar a *Eclipse of the Crescent Moon*, o conflito em *A Pál utcai fiúk* está relacionado com um grupo forasteiro, os camisas-vermelhas, que ameaça a tomada de território. Um paralelo pode, assim, ser encontrado entre a Monarquia e a história da Monarquia”²¹ (2016, p. 72). Ainda de acordo com esse autor, assim como para os adultos (no sistema político daquele tempo: homens), não se dispõe de um lugar inexplorado para ocupação, causando a demanda para a redistribuição de espaços.

Nesse caminho, é possível compreender melhor porque Ascher diz que “o patriotismo, que sobreviveu a essa frustrada luta pela independência nacional, mostra-se

¹⁹ “Nemecsek mártírsága a nemzet diskurzusán keresztül értelmeződik [...]. A grund allegorikusan létrehozza a nemzet terét, „Magyar Alföld”-dé válik a szerepjátékok során, amely ikonikus nemzeti tér. Az olyan identifikációs figurák, mint Hunyadi János vagy (közvetve) Garibaldi a nemzeti narratíva alakjai. A Pál utcaiak sapkája és zászlója a magyar trikolor és az 1848–49-es szabadságharcot idézik, a grund védelme olvasható a szabadságharc újrajátszásaként. A Pál utcaiak a szabadságharcos férfiakkal azonosulnak [...]. A Pál utcaiak „szabadságharca” végeredményében vesztes harc, így a regény könnyen beilleszthető a magyar nemzet nagy veszteségekre (pl. Mohács, 1848–49) [...]. *A Pál utcai fiúk kötelező olvasmányként a nemzeti diskurzus alapvető darabja, és mint ilyen, identitásképző és identitást megerősítő erővel bír*”.

²⁰ “The troubled childhood incapsulates the problem-ridden age”.

²¹ “Hasonlóan az *Egri csillagokhoz*, *A Pál utcai fiúk* konfliktusát is egy külső csoport (a „vörösingések”) területkövetelése adja. Párhuzam fedezhető fel tehát a Monarchia és a Monarchiában játszódó történet között”.

em muito do que os personagens fazem, na maneira como se comportam e nos sentimentos que abrigam. De seus lemas às cores de suas bandeiras, há muitos detalhes que evocam as batalhas épicas de 1848-49” (2005, p. 253-254). Da mesma forma, fica mais clara a explicação do tradutor, Paulo Rónai, em nota de rodapé, pontuando que os dizeres na bandeira do grupo, “Juramos não ser mais servos”, são parte de “um verso do famoso poema revolucionário de Sándor Petőfi” ([1952] 2005, p. 98), *Nemzeti dal*, já mencionado anteriormente. Olszański (1989) afirma que todos esses elementos não são coincidências, e Komáromi (1996/2009) diz que o romance descreve uma época, década de 1890, em que o patriotismo estava em alta e em que 1848 ainda era uma memória viva, época da juventude de Molnár.

“O presidente pediu silêncio para falar:

— Muito obrigado. E agora, mãos à obra. Estão vendo, penso eu, que os camisas-vermelhas nos querem tomar o *grund* e a serraria. Ontem os Pásztor lhes confiscaram as bolas de gude, e hoje Chico Áts entrou aqui para nos tirar a nossa bandeira. Não tardará muito que venham enxotar-nos daqui. Pois bem, nós defenderemos este lugar.

Csónakos deu um grito:

— Viva o *grund*!

Os chapéus voaram, e todos gritaram bem alto, com o mesmo entusiasmo:

— Viva o *grund*!

Olharam para o terreno e para as pilhas de lenha, iluminadas pelo sol sereno da tarde primaveril. Via-se-lhes nos olhos que amavam aquele pedacinho de terra e estavam prontos a defendê-lo. Era uma espécie de patriotismo, como se, ao gritarem “Viva o *grund*!”, tivessem gritado “Viva a pátria!”. Os olhos brilhavam, os corações transbordavam” (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 52).

Nessa leitura, figuras emblemáticas de invasões e de batalhas — tocantes à sociedade magiar —, de heróis e de vilões, que compõem o enredo de *A Pál utcai fiúk* podem evocar memórias relacionadas a acontecimentos históricos daquele país. Falo em acontecimentos, no plural, pois, além da Revolução de 1848-49, há, ainda, no mínimo, outros dois suscetíveis a associações. Um deles é muito anterior tanto ao período em que se passa o enredo quanto à publicação da obra: a invasão e ocupação, por mais de um século, otomana em solo húngaro. O outro, por sua vez, diz respeito a um período de quase meio século pelo qual o país passou cerca de cinquenta anos após a publicação do romance: o domínio soviético. Retornarei, adiante, aos comentários sobre as possíveis relações entre esses outros acontecimentos e o clássico de Molnár.

Novamente de acordo com o Tóth, além do *grund*, a figura de Nemeček também é simbólica, já que “a perda de uma criança, como a perda de um *grund*, anseia por algo de

irreversível e de chocante dor final em nós (1997, p. 72)²². Já Ascher faz alguns apontamentos sobre a imagem de Nemeček estabelecendo conexões com elementos biográficos de Molnár: “convém não esquecer os ecos bíblicos que o escritor traz com seu legado judaico. Há, no Antigo Testamento, não poucos casos de personagens que, apesar de serem os mais jovens e aparentemente frágeis, demonstram seu heroísmo” (2005, p. 254). A partir disso, penso ser possível a seguinte leitura: o pequeno vencendo os grandes e a fragilidade física vencendo a força bruta podem ressoar tanto na figura de Nemeček, o pequeno e frágil herói do romance, quanto na figura do povo húngaro, que, como já falado aqui, apesar de dispor de uma comunidade proporcionalmente pequena, e ameaçada, assim como de um paradeiro (com)prometido, teve que lutar, inúmeras vezes, contra forças relativamente maiores que a sua.

Ainda sobre Nemeček, Cornis-Pope e Neubauer parecem fazer uma leitura bastante singular a respeito da figura do menino, cujo sobrenome, Nemeček, “sugere que ele venha de uma família de origem eslava (possivelmente eslovaca). O seu sacrifício poderia sugerir que esse povo, os eslavos, poderia dar suporte à comunidade húngara”²³ (2006, p. 171). Contudo, como mencionei anteriormente, as minorias étnicas, como os eslovacos, que estavam sob o domínio do Império Austro-Húngaro, também resistiam e buscavam suas independências.

Erdődy, por sua vez, frisa que toda a luta e o sacrifício, no entanto, foram em vão, ainda que os meninos tenham vencido o duelo, e acrescenta que o que há de romântico na história é apenas superficial: “a vida — porque o leitor deve se surpreender com o fato de que a história, aparentemente simples, é sobre a própria vida — é, de fato, cruel e injusta... e as lutas por liberdade, a guerra e o sacrifício são todos em vão”. (2005, p. 32)²⁴.

Um outro fator comum dentro dessa interpretação associada à Revolução de 1848-49 — e que me permite retomar os outros acontecimentos históricos passíveis de associação para com a obra — é a leitura que se faz das cores presentes, em destaque no enredo, atribuindo-as valores simbólicos.

²² “A gyerek elvesztése, akár a grund elvesztése, valami visszafordíthatatlan és megrázóan végleges fájdalmat sajdít meg bennünk”.

²³ “[...] suggests that he may come from a family of Slavic (possible Slovak) origin. His self-sacrifice could suggest that the assimilated would support the Hungarian community”.

²⁴ “Az élet - mert az olvasónak rá kell döbennie, hogy az igénytelennek tűnő történetben magáról az életről van szó — valójában kegyetlen és igazságtalan, a szabadságküzdelmek, a harc és az önfeláldozás pedig mind hiábavaló”.

A bandeira do grupo dos meninos da rua Paulo, roubada por Chico Áts no início da história, como uma provocação de guerra, é composta pelas cores vermelha, branca e verde, assim como a bandeira nacional da Hungria. No entanto, após o roubo de Áts, Boka se pronuncia sobre o caso:

— Peça a sua irmã — disse a Csele — que faça outra bandeira para amanhã.
 — Está certo — respondeu Csele —, mas não há mais fazenda verde. Vermelha ainda há, mas a verde acabou.
 Boka não se perturbou:
 — E branca?
 — Há.
 — Que faça então uma bandeira branca e vermelha. De agora em diante serão essas as nossas cores.
 Todos concordaram.
 Geréb dirigiu-se a Nemeček:
 — Soldado!
 — Às ordens!
 — Modifique as leis nestes termos: de agora em diante, nossas cores são o branco e o vermelho.
 — Pois não, tenente!” (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 44).

Ainda que também pertencente à bandeira dos protagonistas, o grupo da rua Paulo, a cor vermelha é tomada simbolicamente como referente ao inimigo: os camisas-vermelhas — cujas camisetas são inspiradas, para Olszański (1989), em Giuseppe Garibaldi. É por isso que Tatasciore fala: “a referência no livro às personalidades da história é constante, e elas são colocadas em questão pelas próprias crianças como modelo para seus atos. Estes são heróis da história húngara ou heróis da europeia”²⁵ (2014, p. 204).

Porém, mais uma vez, por associação com fatos históricos da Hungria, há leituras que se sobressaem, isso porque, como aponta Orlandi, “para um mesmo texto, leituras possíveis em certas épocas não o foram em outras, e leituras que não são possíveis hoje serão no futuro” (2008, p. 41).

A primeira delas, ainda que menos comum, estabelece um paralelo com o domínio otomano em território magiar no século dezesseis. Além do elemento cor, penso ser possível tal interpretação por um fator singular na obra: a alusão a João Hunyadi — líder húngaro que barrou as tentativas iniciais de invasão dos otomanos, aniquilando-os —, à Batalha de Mohács, já mencionada aqui, que diz respeito a quando os húngaros foram derrotados e invadidos por aquele povo, e ao arcebispo Tomori, que era quem comandava

²⁵ “Costante è nel libro il riferimento a personalità della storia, che vengono chiamate in causa dai ragazzi stessi come modello per le loro gesta. Si tratta di eroi della storia ungherese oppure eroi della storia europea”. As traduções do italiano, presentes neste trabalho, são feitas por mim e revisadas pela colega Carla Maicá.

os húngaros na batalha perdida contra os otomanos, em Mohács, em 1526. Erdődy (2005) destaca o momento em que Boka, cujo primeiro nome também é João (János), é comparado a Hunyadi. Reproduzo, aqui, o trecho da obra a partir da tradução brasileira:

[...] todos os sócios deverão em casa anotar à tinta no livro de História, à pág. 168, na 4.^a linha de cima para baixo, ao lado do título ‘João Hunyadi’, as palavras ‘e João Boka’. Esta resolução foi tomada porque o general bem o merece, pois, se ele não se tivesse comportado tão bem, os camisas-vermelhas nos teriam vencido. Todos os sócios serão igualmente obrigados a inscrever a lápis, no capítulo intitulado ‘A derrota de Mohács’, ao lado do nome do arcebispo Tomori, igualmente derrotado, as seguintes palavras: ‘e Francisco Áts’. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 216).

Voltando às demais associações possíveis, falo agora da que está relacionada ao, já mencionado, período soviético, cuja cor simbólica predominante também era o vermelho. Esses deslocamentos de interpretação se dão pelas condições históricas, sociais e culturais de leitura. Por isso, Horváth diz que o vermelho seria a cor “da violência, do caos e do sangue também”²⁶ (2016, p. 73).

— Está certo — disse Chico Áts. — Por nada neste mundo quero ocupar o *grund* quando lá não houver gente. Faremos uma guerra segundo as regras. Se conseguirem defender o *grund*, melhor para eles. Senão, ocupá-lo-emos e plantaremos lá a nossa bandeira vermelha”. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 75-76).

Penso ser por isso, portanto, que Horváth afirma que o desfecho dos meninos da rua Paulo “se encaixa no padrão narrativo da identidade nacional”²⁷ (2016, p. 72 — grifos meus), um padrão que vem se *re*-estabelecendo desde a Revolução de 1848-49 e é caracterizado, arrisco-me a dizer, pelo trágico e o patriótico²⁸. Uma narração cujo conteúdo insiste em se repetir: a catástrofe, o drama pela pátria, e cujos sujeitos têm sua identidade atrelada a um “povo trágico, que deve recomeçar a vida a cada cinquenta anos” (ADY e RÓNAI, 2014, p. 189).

Assim, como argumenta Erdődy (2005), o simbolismo acompanhará a evolução dos acontecimentos durante o tempo todo na obra. Portanto, dão-se, por essas leituras majoritárias, interpretações que associam o enredo da obra a fatos ocorridos na história da Hungria. Certamente, há eventos históricos e leituras que aqui não foram mencionadas. No entanto, busquei, nesta subseção, apontar as interpretações mais consagradas, ou as mais acessíveis à posição na qual me encontro.

²⁶ “[...] az erőszak, a káosz, és a vér színe is”.

²⁷ “[...] és a Pál utcaiak vesztesége mennyiben illeszkedik a nemzeti identitás narratív mintázatába”.

²⁸ Aspectos sobre identidade e identificação serão discutidos no capítulo dois.

1.1.2 A *Pál utcai fiúk*: a circulação da obra

Essas diferentes possibilidades de leitura, isto é, interpretações, estão diretamente ligadas às circulações dessa obra. No que tange a esse aspecto, me concentrarei, nesta subseção, na questão tradutória, visto que a maioria, ou todas, as circulações se dão pela tradução, que, por sua vez, é, primordialmente, uma leitura.

A *Pál utcai fiúk* já foi traduzido para mais de trinta idiomas, sendo o livro húngaro mais traduzido até hoje. Em alguns países, sua popularidade se destaca, como é o caso na Itália, que conta com mais de cem edições distintas de mais de vinte diferentes tradutores, sendo a primeira delas publicada em 1929 e realizada por Alessandro De Stefani e Stefano Roekk Richter. No país, há, ainda, uma versão feminina²⁹ da obra, de 1982, porém com o mesmo título das outras, *I ragazzi della via Pal*. Czékmány diz acreditar em tamanha popularidade na Itália devido à referência e às possíveis associações para com a figura de Garibaldi. Já no Brasil, a tradução foi realizada pelo húngaro Paulo Rónai e publicada pela primeira vez em 1952. Atualmente, há oito diferentes edições dela em nosso país, sendo a última de 2017.

De modo geral, no que concerne ao simbolismo, Olszański (1989) diz que, em todas as traduções, os tradutores citaram, com paixão, os versos de Petófi, mantendo a atmosfera da época em que o romance se passa. Preciso dizer que discordo um pouco desse autor. Ao se consultar a tradução em inglês, *The Paul Street Boys*, por exemplo, é possível observar que o tradutor não opta por manter esses aspectos do texto de partida, domesticando o texto de chegada³⁰, como apontei anteriormente (MONTEIRO, 2018), com base em Venuti (1996).

A partir dessas traduções, a obra foi adaptada, dezenas de vezes, em inúmeros países, para o teatro, e nove vezes³¹ para o cinema, na Hungria, na Itália e nos Estados Unidos. *The Boys of Paul Street*, lançada em 1968, é a mais popular delas, cuja direção é de Zoltán Fábri em uma coprodução entre Estados Unidos e Hungria. Destaco, ainda, uma

²⁹ Versão bastante rara atualmente.

³⁰ Quando falo tanto em texto e/ou língua de partida quanto em texto e/ou língua de chegada, refiro-me a uma concepção de texto que não está em conformidade com a ideia de homogeneidade que “original” ou “alvo” podem expressar e que outras perspectivas teóricas possam vir a corroborar. Trata-se de uma materialidade textual heterogênea, lugar do qual se dão leituras polissêmicas e no qual diferentes discursos podem vir a se assentar.

³¹ Informações de acordo com a página oficial da obra no site do Museu de Literatura Petófi. Disponível em: <https://pim.hu/archivum/puf/object.3A510362-F8DD-4C2B-9B46-B2162DD5292C.ivy.html> Acesso: 03 jan. 2019.

produção de 1934, dirigida por Frank Borzage e intitulada *No Greater Glory*, que, com poucas alterações, é baseada em *A Pál utcai fiúk* e caracterizada como uma alegoria antiguerra³².

No entanto, conforme Rónai, algumas dessas leituras estabelecem ressalvas:

[...] Em 1938, o tradutor francês julgou seu dever lembrar que a identificação dos dois grupos de meninos pela cor da camisa que usavam não correspondia, de modo algum, às divergências ideológicas da hora: tratava-se de um livrinho escrito em 1907! Em 1958, o tradutor russo, por sua vez, achou útil observar que o romance, velho de meio século, podia deliciar a mocidade soviética apesar dos sentimentos burgueses e do nacionalismo excessivo que refletia! (2005, p. 11).

É possível dizer, a partir disso, que a circulação é tanto determinada pelo sentido quanto, e principalmente, determinante dele. Ambos estão diretamente relacionados com a instância social e ideológica na qual se dão, e isso, de certa forma, explica casos de alerta, advertimento ou censura. De acordo com Horváth (2013), na própria Hungria, durante o período soviético, o romance não foi republicado até 1956, ano da revolução húngara, mencionada anteriormente.

Olszański (1989) fala do caso da tradução de Janina Mortkowiczowa para o polonês, que teve o capítulo em que consta o poema revolucionário de Petőfi, *Nemzeti Dal*, omitido por muitos anos na Polônia, devido a censuras do período sob domínio soviético. Essa repressão acabou em 1949 e a tradução de tais partes foram feitas na década de cinquenta, sendo republicadas até hoje.

³² Disponível em: <https://pim.hu/archivum/puf/object.6993e350-3fcd-4766-b575-ec0afef9b2b8.ivy.html>
Acesso em: 03 jan. 2019.

2 METÁFORA DA METONÍMIA: PERSPECTIVAS DE HISTÓRIA

“a história não possui articulação natural”

(VEYNE, 1998, p. 28).

Ao propor realizar um trabalho de análise discursiva sob uma perspectiva semântica de viés materialista como a AD francesa, penso ser imprescindível dedicar uma parte da presente análise para discorrer a respeito do elemento histórico, uma vez que o discurso “é histórico porque cria tradição, passado, e influencia novos acontecimentos. Atua sobre a linguagem e opera no plano da ideologia, que *não é assim mera percepção do mundo ou representação do real.*” (ORLANDI, 1990, p. 35 – grifos meus).

Sendo assim, neste capítulo, buscarei discutir a respeito de uma concepção (que, desde já, categorizo como ideologicamente ilusória) de história enquanto um elemento único e homogêneo, como no caso ao qual *A Pál utcai fiúk* supostamente funciona como metáfora: *a história da Hungria*. O intuito é buscar romper com as leituras tanto de história quanto do texto como espaços evidentes e homogêneos de sentido.

Sendo assim, a história será, aqui, concebida enquanto construção, ou melhor, *construções... perspectivas* que resultam em ilusórias evidências, representações, que, dadas a partir de lugares socioideológicos ocupados pelos sujeitos, operam na/pela ordem do simbólico, isto é, da língua, e produzem o *efeito* do que viria a ser o real. Isto porque o real é impossível de apreensão pelo sujeito.

Começo seguindo o percurso percorrido por Tasso (2004), em *Revisitando o papel da história na Análise do Discurso*. Analisando o que eles dizem sobre história, a autora faz um breve esboço sobre as ideias de autores como Paul Veyne, Michel Foucault, Karl Marx e Friedrich Engels, que dão suporte primordial e/ou muito conversam com a AD, contribuindo para o enriquecimento de seu campo de estudo.

Partindo do pressuposto, pelos estudos de Veyne (1998), de que a história é uma ilusão, uma ficção, como um romance que implica construção, seleção e distribuição, fica difícil pensar em história real e/ou verídica, ainda que todas estejam sob esse efeito. Uma perspectiva de história é real e verídica para um determinado corpo social, em um determinado período de tempo, cujas narrativas se diferem de outros grupos para os quais o real é concebido de outra maneira, por outros discursos tão submersos no efeito ilusório de

realidade e veracidade quanto aqueles que compõem as outras perspectivas, as outras narrativas.

Se a história diz respeito a perspectivas mais ou menos distintas, cabe mencionar a caracterização dada a ela por Foucault (2002): a descontinuidade, um sistema de enunciados em dispersão. Sendo assim, para mais uma vez falar em ilusão, a história não é contínua e linear: “a história é, para uma sociedade, uma certa maneira de dar status e elaboração à massa documental de que ela não se separa” (FOUCAULT, 2002, p. 8).

Percebe-se assim que, se a história é produto de seleção e construção, fruto de interpretação, pontos de vistas, sistema de elementos descontínuos, para o sentido, interdependente a ela, não há outro caminho a não ser também o da pluralidade e da dispersão.

É sob essa ótica que dissertarei o presente capítulo, portanto, seguindo, mais especificamente, os postulados da AD, que, de acordo com Tasso (2004), não concebe a história enquanto contexto, cronologias e/ou evoluções, mas como interpretação, sentido. Para a perspectiva da AD pecheutiana, a história faz parte vital do processo de constituição mútua junto com o sujeito, a língua e o sentido. Sendo produto de interpretação, assim, conforme Paul Henry ([1984] 2014), *a história não existe*: “não há fato ou evento histórico que não faça sentido, que não peça interpretação, que não reclame que lhe achemos causas e consequências. É nisso que consiste para nós a história, nesse fazer sentido, mesmo que possamos divergir sobre esse sentido em cada caso” (p. 55).

Posto isso, gostaria de começar a inserir, aqui, o conceito de representação³³, noção que será importante na elaboração das ideias a seguir. Ainda que possa parecer contraditório falar em representação – já que o termo pode vir a expressar a ideia de algo homogêneo e/ou dominável que possa ser representado –, uma vez que acabo de discorrer contra qualquer concepção de história unívoca e apreensível, a noção permanece pertinente para se tratar do *efeito* ideológico de apreensão por parte do sujeito.

Ainda que a história não exista e muito menos seja possível de ser apreendida e representada, para o sujeito, há um efeito contrário. O sujeito, condenado à ilusão ideológica de evidência tanto de “sua” língua quanto de “sua” história – questão que explorarei melhor no quarto capítulo –, concebe o (seu) mundo como passível de apreensão

³³ É importante alertar que alguns dos autores mencionados a seguir não seguem a linha teórica da AD, sendo eles pesquisadores do campo da Historiografia, da Psicologia Social ou das Ciências Sociais. Contudo, ainda que algumas de suas ideias e bases teóricas diverjam de preceitos da AD, seus postulados sobre uma versão não-positivista do real e do histórico convergem com a disciplina de Pêcheux, contribuindo para a reflexão que está sendo proposta.

e, conseqüentemente, de representação. As leituras de *A Pál utcai fiúk*, expostas no capítulo um, como uma possível metáfora, representação do que seria a história da Hungria – concepção que, por si só, já é bastante questionável – são um exemplo disso. Há um *efeito*, portanto, de que o romance reflete (o que viria ser também fruto de um efeito) a história daquele país. Sendo assim, trago, aqui, a noção de representação, compreendendo-a como uma ilusão do sujeito³⁴.

Portando, o conceito de *representação*, com base em autores como Chartier (2002), Jodelet (2001) e Moscovici (2001), será acionado para a análise dos processos de produção de sentidos/de efeitos simbólicos, dos gestos de interpretação sobre a obra *A Pál utcai fiúk* e, potencialmente, das suas traduções.

Jodelet diz que, devido à sua ordem social, as representações “circulam nos discursos, são trazidas pelas palavras e [...] cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais” (2001, p. 17). Proponho ir além e dizer que as representações *são* discursos, uma vez que são instauradas por e instauradoras de gestos de interpretação, determinando/apresentando efeitos de sentido, sob determinadas contingências sociais e históricas. Jodelet caracteriza, ainda, a representação como “uma forma de conhecimento, *socialmente elaborada e partilhada*, com um objetivo prático, e que contribui para a *construção de uma realidade comum a um conjunto social*. Igualmente designada como saber de senso comum.” (Ibid., p. 22 – grifos meus).

Para Sêga (2000), que parece seguir a mesma linha da autora,

o social intervém de várias formas: pelo contexto concreto no qual se situam grupos e pessoas, pela comunicação que se estabelece entre eles, pelo quadro de apreensão que fornece sua bagagem cultural, pelos códigos, símbolos, valores e ideologias ligados às posições e vinculações sociais específicas. Em outras palavras, *a representação social é um conhecimento prático, que dá sentido aos eventos que nos são normais, forja as evidências da nossa realidade consensual e ajuda a construção social da nossa realidade* (p. 128-129 – grifos meus).

Frente a isso, faz-se possível melhor conceber o inapreensível *real da história* de que falam Pêcheux e Gadet ([1981] 2010). Os autores explicam que a história diz respeito

³⁴ Por mais problemático que o estabelecimento de uma relação entre a AD e a Teoria das Representações Sociais possa vir a ser para alguns acadêmicos de ambas as áreas, reafirmo que tomo a noção como um efeito para o sujeito do discurso, fruto da ilusão ideológica, estabelecendo, assim, uma conversa produtiva para com a AD. Além disso, sustento esse ponto de vista a partir do estudo de Gomes (2015), *Análise de discurso francesa e teoria das representações sociais: algumas interfaces teórico-metodológicas*, em que o autor defende uma conversa entre as duas perspectivas, aproximando, a meu ver, a noção de representação à de formação imaginária, às regras de projeção, antecipações discursivas presentes em qualquer formação social, como é postulado na AD.

a perspectivas ideológicas, desvios e pontos de vista diferentes sobre os acontecimentos, que, pela língua, pelo simbólico, (re)significam e (trans)formam sentidos.

Sendo assim, tomo aqui o real como plural, heterogêneo e histórico, não-indivisível, inenarrável. E, uma vez que o semântico, isto é, os sentidos, são indissociáveis ao histórico, a polissemia se faz inevitável.

Moscovici segue na mesma direção desses autores e classifica as representações como “construídas e adquiridas. [...] ‘o que permite qualificar como *sociais* as representações são menos seus suportes individuais ou grupais do que o fato de que sejam elaboradas no curso de processos de *trocas* e de *interações* (Codol, 1982, p. 2)” (2001, p. 62 – grifos meus). Faz-se importante acrescentar que, nessas práticas, trocas e interações, conforme Jodelet (2001), que parte de Plon (1972), o lugar, a posição social que ocupa ou a função que o sujeito assume são determinantes dos conteúdos representacionais e de suas organizações. Ou ainda, novamente conforme Sêga (2000, p. 129),:

a representação é sempre a *atribuição* da posição que as pessoas ocupam na sociedade, toda representação social é representação de alguma coisa ou de alguém. Ela *não é cópia do real, nem do ideal, nem a parte subjetiva do objeto, nem a parte objetiva do sujeito, ela é o processo pelo qual se estabelece a relação entre o mundo e as coisas.* (grifos meus).

Ou seja, ela, a representação, é a relação ideológica que acontece entre o real da história e a língua, que significa simbolicamente.

Consequentemente, essas atribuições, que, por si só, trata-se de leituras, são determinantes, também, dos processos de leitura e dos gestos de interpretação sobre as materialidades semânticas – os textos. Sem o trabalho de intervenção na realidade, não há produção de conhecimento, não há sentido.

A representação, dessa forma, tem um trabalho simbólico, histórico e social de mediação entre o “real” e o nível semântico da língua (por exemplo, entre o que se concebe por vermelho e o que essa cor pode vir a remeter na obra), baseada na mobilização, em uma Formação Discursiva, de saberes pré-construídos, provenientes do interdiscurso³⁵. É por isso que um acontecimento tem diferentes versões, que decorrem de perspectivas, de espaços de memória e de lugares sociais diferentes: “[...] a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos que compõem uma sociedade” (CHARTIER, 2002, p.

³⁵ As noções de Formação Discursiva (FD), pré-construído e interdiscurso serão explicadas no terceiro capítulo, a seguir.

73), ou, nas palavras de Pêcheux e Gadet, o real da história é “como uma contradição da qual o impossível não seria foracuído” ([1981] 2010, p. 52).

Não há, dessa forma, “prática ou estrutura que não seja *produzida pelas representações*, contraditórias e afrontadas, *pelas quais os indivíduos e os grupos dão sentido a seu mundo*” (CHARTIER, *Ibid.*, p. 66 – grifos meus). Sendo assim, pode-se dizer que, dando-se no espaço entre o acontecimento e a narrativa, preenchidas pelas memórias sociais, as representações fornecem a ilusão de domínio do conhecimento e “instauram *versões da realidade, comuns e partilhadas*” (JODELET, 2001, p. 32 – grifos meus), que funcionarão como laços, *vínculos identitários* entre os sujeitos, criando o *efeito de pertencimento e unidade*. Ou seja, a história é narrada de acordo com as relações *identitárias/de pertencimento*, que, por sua vez, são frutos dessas perspectivas de narração, isto é, dessas *representações*, sob o comando da ideologia. Em outras palavras, tem-se, aí, uma espécie de processo cíclico em que o social/as representações coletivas constituiriam, conforme visto acima com Jodelet, o processo identitário do sujeito, que, por sua vez, narra a história de acordo com as relações identitárias, que retornarão, pela memória, constituindo-o. Penso ser por isso que as memórias sociais/os saberes de senso comum (isto é, os saberes, cujo efeito ideológico é de evidência e de obviedade, partilhados por sujeitos em uma formação social) são tão fortes, quase impenetráveis, difíceis de serem desestabilizados.

Retornando à atribuição metafórica, as cores em *A Pál utcai fiúk*, por exemplo, exercem, consagradamente, como apontei no primeiro capítulo, um papel simbólico tão forte que se torna difícil conceber um outro funcionamento, diferente do consagrado e do compartilhado pela(s) representação(ões) da ideologia dominante. Evidência(s) tão clara(s) que pode(m) cegar para outras possibilidades.

Isso porque, mais uma vez conforme Jodelet, “a representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações)”, sendo assim, “estas significações resultam de uma atividade que faz da *representação uma construção e uma expressão do sujeito*” (2001, p. 27 – grifos meus).

2.1 REPRESENTAÇÃO, IDENTIDADE E PROCESSOS DE IDENTIFICAÇÃO

Frente ao exposto até aqui, gostaria de discorrer, neste momento, brevemente, sobre a questão da identidade. Para isso, começo me baseando, mais uma vez, em Jodelet,

quando, ao prosseguir seu estudo sobre representações, a autora diz que "elas [as representações] intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a *definição das identidades* pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais" (JODELET, Ibid., p. 22 – grifos meus).

A questão da identidade se faz fundamental já que ela diz respeito a um dos produtos da ideologia em seu trabalho de “dissimulação” da determinação heterogênea do sujeito. Esse efeito ideológico de unidade, de ser idêntico a si mesmo, isto é, a evidência da identidade, de acordo com Pêcheux, “oculta que esta resulta de uma identificação-interpelação do sujeito” ([1975] 2014, p. 142).

Além disso, novamente conforme Jodelet, assim como acontece em relação a uma língua, partilhar uma ideia, ou, conforme a AD, um discurso – eu acrescentaria: partilhar uma representação –, “[...] é também afirmar um vínculo social e uma *identidade*. [...] A partilha serve à *afirmação simbólica* de uma *unidade* e de uma *pertença*. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social”. (Ibid., p. 34 – grifos meus). Moscovici, por sua vez, baseia-se em Weber (1971) e toma as representações como “um saber comum, que tem o poder de se antecipar e de prescrever o comportamento dos indivíduos”³⁶ (2001, p. 47). Dessa maneira, defende Moscovici, as representações coletivas funcionam como a origem das representações individuais, isto é, toda consciência individual é, antes, social – logo, faz-se possível tomar as representações coletivas, o social, como constituintes da identidade do sujeito.

Isso tudo reitera o que afirmei acima e, aqui, repito: tem-se, aí, uma espécie de processo cíclico em que o social/as representações coletivas constituiriam, conforme visto acima com Jodelet, e, agora, também com Moscovici, o processo identitário do sujeito, que, por sua vez, narra a história de acordo com as relações identitárias, que retornarão, pela memória, constituindo-o. Sêga, que também parte de Moscovici, parece expressar a mesma ideia: “não só as nossas imagens do mundo social são um reflexo dos eventos do mundo social, mas os próprios eventos do mundo social podem ser reflexos e produtos de *nossas imagens do mundo social*”. (2000, p. 132 – grifos meus). Portanto, “a consciência

³⁶ O uso de termos como “indivíduo” podem causar um estranhamento para o leitor deste trabalho uma vez que, em AD, recusa-se conceitos que levem a uma concepção empirista do que entendemos por sujeito do discurso. Por isso, ressalto, novamente, que, ainda que autores como Jodelet e Moscovici não sigam a perspectiva pecheutiana e, por isso, não se apoiem em estudiosos materialistas, seus estudos caminham em direções similares e próximas à da AD.

humana é ‘reflexo’ e ao mesmo tempo ‘projeção’; registra e constrói, toma nota e planeja, reflete e antecipa; é ao mesmo tempo receptiva e ativa” (KOSIC, 1986, p. 26).

Desse modo, o sujeito, além de ser constituído por elas, interpreta a partir daquilo que as contingências históricas, ideológicas e sociais o permitem interpretar – razão pela qual não há universal semântico; razão pela qual a cor vermelha, em uma tradução da obra *A Pál utcai fiúk*, por exemplo, pode gerar efeitos de sentido diversos daqueles mobilizados pela representação “nacionalista húngara”.

Sendo assim, essas representações expressariam a

‘maneira pela qual esse ser especial, que é a *sociedade*, pensa as coisas de sua própria experiência’ (Durkheim, 1968, p. 621). Compreende-se que tal representação seja homogênea e vivida por todos os membros de um grupo, da mesma forma que partilham uma língua. Ela tem por *função preservar o vínculo entre eles, prepará-los para pensar e agir de modo uniforme*. Ela é coletiva por isso e também porque perdura pelas gerações e *exerce uma coerção sobre os indivíduos*, traço comum a todos os fatos sociais” (MOSCOVICI, 2001, p. 47 – grifos meus).

Desde a ótica da AD, De Nardi fala em identidade, partindo, dentre outros estudos, do trabalho de Thompson (1995), que fala sobre os modos de funcionamento da ideologia. De Nardi disserta sobre o que, para o autor, seria o terceiro desses modos. Conforme essa autora, nesse funcionamento estaria a construção simbólica das identidades, isto é, de “*uma forma de unidade que liga os indivíduos [...] independentemente das diferenças e divisões que possam separá-los*” (2007, p. 64 – grifos da autora).

Assim como se dá o processo de interpelação ideológica, que explicarei à frente, na seção sobre sujeito, somos chamados, de acordo com De Nardi, a assumir identidade(s) e a ocupar posições em diferentes momentos da história. Por isso, segundo a autora, em AD, prefere-se dizer *processos de identificação*. Isto é, “como um processo por meio do qual o sujeito produz a sua identidade, a identificação pode ser considerada um efeito da relação do sujeito com a língua(gem)” (2007, p. 76). Assim, a identidade é vista aqui enquanto “resultado, instável, de processos de identificação, que nunca cessam de se produzir” (Ibid., p. 80).

É importante mencionar que a autora, ratificando estudos como o de Serrani (1998), traz, também, em seu trabalho, questões do viés da Psicanálise – constituinte do tripé teórico que sustenta a AD, como explicarei mais à frente – para falar da identidade: “a construção de uma identidade é o estabelecimento de um lugar de dizer e uma forma de satisfação do desejo: o encontro, ainda que provisório, com um posicionamento para si

mesmo” (DE NARDI, *Ibid.*, p. 76). No entanto, não discutirei sobre elementos da ordem psicanalística neste trabalho por razões de espaço e de objetivo de pesquisa.

Posteriormente, mobilizando a noção de imaginário, De Nardi diz que ele tem “um papel fundamental nos processos de identificação do sujeito”, caracterizando-se como uma forma de conhecimento, “*uma matriz de dizeres* que antecedem a identificação do sujeito e que *se materializarão pela intervenção do simbólico*” (2007, p. 177), determinando o modo como o sujeito apreende a realidade. E a literatura, segunda a autora, é um dos meios pelos quais se constroem os imaginários.

Falarei sobre a literatura, especificamente, a seguir, na próxima subseção, mas posso adiantar que, aqui, a concebo como servindo de suporte material para esse funcionamento imaginário-simbólico que, na esteira de Romão, pode se cristalizar via “repetição, que de tanto ser falada e re-dita, edifica a naturalização de um único sentido” (2003, p. 180).

Entretanto, para concluir a presente parte do trabalho, a respeito da identidade, é importante ressaltar que, como tudo que é da ordem do ideológico,

a identidade se produz, falsamente, como algo fechado, completo em si mesmo, resultado de um processo de reconhecimento da diferença e simultaneamente de recusa da mesma, de sua expulsão. Forja-se, assim, uma completude imaginária, [...]. Esse apagamento se produz pela repetibilidade do discurso, repetição do mesmo que o vai fixando como uma verdade aceita e inquestionável, capaz de produzir para esse sujeito os limites do seu lugar, os espaços de identificação. (DE NARDI, 2007, p. 72).

Um desses processos de identificação é observável na questão da identidade nacional, isto é, no processo pelo qual o sujeito é chamado a ocupar uma posição de amor e defesa pelo imaginário de uma pátria única, homogênea e soberana – o que muito ressoa em *A Pál utcai fiúk*.

De Nardi, mais uma vez na esteira de Thompson (1995), disserta sobre esse fator, dizendo que a ideologia pode operar por meio da fragmentação e da reificação. Assim, na fragmentação, “rechaça-se todo aquele que possa se constituir como ameaçador a um grupo dominante, seja apostando na diferenciação como forma de impedir que se crie, entre *esses estranhos*, uma identidade que os fortaleça; seja pelo *expurgo do outro*, representando-o como o inimigo, a ameaça à *unidade social*”. Na reificação, “*relações de dominação podem ser estabelecidas e sustentadas pela retratação de uma situação transitória, histórica, como se essa situação fosse permanente, natural, atemporal*”. (*Ibid.*, p. 64 – grifos da autora).

Dessa forma, as identidades são uma construção simbólica, uma forma de representação para os sujeitos, sustentados pelo imaginário de pertencer a uma unidade e de compartilhar saberes (ilusoriamente homogêneos) para com um grupo. Em decorrência de sua origem ideológica, a representação da identidade cria os efeitos de evidência e naturalidade: “nesse processo de produzir identidade, em geral construímos posições de sujeito para o outro tomando-nos como o espaço da referência” (DE NARDI, *Ibid.*, p. 78). Isto é, constrói-se tomando o imaginário, que se dá pelo simbólico, isto é, pela língua.

Além disso, essas construções de identidade se dão por oposição, constituindo-se pela relação com a(s) outra(s), ou seja, não sendo o que o outro é e vice-versa, pressupondo, assim, “a negação do outro, sua marginalização” (DE NARDI, *Ibid.*, p. 77). Dessa maneira, ao discorrer sobre o nacional, De Nardi afirma que se trata de

um discurso composto não só pelas instituições culturais, mas também por *símbolos e representações* capazes de forjar a noção de identidade ao construir para os sujeitos um sentido de nação com o qual lhes seja permitido identificar-se. A *literatura*, a arte, a culinária, etc. são *espaços de representação* por meio dos quais se vai construindo esse lugar imaginário de identidade nacional, apagando-se os sinais de que a construção de uma cultura nacional implica o trabalho de fortes estruturas de poder por meio das quais se faz a supressão forçada das diferenças culturais (*Ibid.*, p. 77 – grifos meus).

Mais à frente, em seu trabalho, a autora sustenta que

se aceitarmos que o sujeito fala sempre a partir de uma posição histórica e cultural determinada, é possível compreendermos como a escolha de *uma* história para um grupo social será determinante na/da construção de sua identidade. *A história oficial é, certamente, apenas uma das versões da história de um povo, aquela que o poder determinou como possível de ser contada e que constrói a matriz de saberes para a construção de uma identidade*, procurando sufocar a latente diferença que insiste em pulsar em seu interior. (*Ibid.*, p. 82 – grifos meus).

Em suma, para dar seguimento a esta análise, é necessário que fique claro: a história, ou melhor, o real da história é inapreensível. Sendo assim, dispõe-se de histórias, isto é, de perspectivas possibilitadas por lugares sociais nos quais os sujeitos estão inscritos e identificados. Ou seja, o histórico é constituído por *representações, identidades*, produtos e processos do social e do ideológico, que significam através do simbólico, do linguístico.

Assim, é possível reformular a afirmação de que *A Pál utcai fiúk* metaforiza a *história da Hungria* para: a obra metaforiza uma perspectiva, muito provavelmente a ideologia da classe dominante, da história da Hungria. Vista como metáfora, a narrativa de Molnár funciona como materialização desse discurso da grande Hungria atacada, constantemente vítima dos invasores, país tragicamente heroico. Isto é, a obra é conferida

como símbolo literário dessa representação (que, ressaltado: não se trata do real, mas do ideológico e do simbólico), legitimando e reforçando determinada perspectiva, funcionando como o que Pierre Nora (1993) denomina como *lugar de memória*.

Sobre a noção de metáfora, em AD, ela se caracteriza pela mobilização das FDs na determinação do sentido. Em *Análise automática do discurso*, Pêcheux já falava em “sinonímias contextuais entre dois grupos de termos ou expressões que produzem o mesmo efeito de sentido em relação a um contexto dado”, caracterizando como “efeito metafórico o fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual” ([1969] 2010, p. 96). Segundo o autor, esse efeito metafórico é o efeito que mantém uma ancoragem semanticamente equivalente. Já em *Metáfora e interdiscurso*, o autor explica que não há uma estrutura-fonte originária e natural da qual seriam replicadas variações, ao contrário da concepção acerca da metáfora linguística:

não há, de início, uma estrutura sêmica do objeto, e em seguida aplicações variadas dessa estrutura nesta ou naquela situação, [...] a referência discursiva do objeto já é construída em formações discursivas (técnicas, morais, políticas...) que combinam seus efeitos em efeitos de interdiscurso (PÊCHEUX, [1984] 2014, p. 158).

Isso posto, proponho categorizar a obra como uma *metáfora de um efeito metonímico*. Explico: como visto até agora, o que se toma como *a história* diz respeito a uma perspectiva, um recorte constituído social e ideologicamente, logo, o que se tem como *a história* da Hungria diria respeito, na verdade, a uma versão nacionalista e hegemônica, uma “sedimentação histórica dos sentidos” (ORLANDI, 2008, p. 46) do que poderia vir a constituir a história daquele país. Trata-se, neste ponto, de um efeito metonímico, do tipo um todo sendo tomado por uma parte — toda a história da Hungria dada por um viés, uma perspectiva dentre outras possíveis. Dessa maneira, ao ser tomado como uma metáfora dessa concepção de *história* da Hungria, o romance *A Pál utcai fiúk* estaria metaforizando o recorte, isto é, uma parte, uma versão... uma metonímia. Em suma, funcionando *simbolicamente* como representação de toda a história daquele país, o romance se constitui como o meio de materialização de uma perspectiva, construída socialmente por discursos, do que pode vir a ser a história da Hungria. Para embasar essa ideia, trago Tasso (2004, p. n.p), que parte de Veyne (1998): “[...] o acontecimento histórico também pode ser encarado sob uma perspectiva metonímica. [...] a história é conhecimento mutilado”; no que diz respeito a um historiador, é possível dizer que ele

tem acesso somente a vestígios dos acontecimentos, que, sozinhos, não dão conta do todo ocorrido. O historiador diz aquilo que ainda é possível saber acerca de algo. [...] na história, como no teatro, mostrar tudo é impossível, não porque seriam necessárias muitas páginas, mas porque não existe facto histórico elementar [...]. Os acontecimentos não emergem de um nada; são cortes em meio a um tecido, a uma rede rebuscada, complexa de circunstâncias, de fatos inter-relacionados. Ousar captar sua totalidade é perder-se no turbilhão do infinito.

Reitero: em *A Pál utcai fiúk*, estaria sendo materializada uma versão, provavelmente uma perspectiva da ideologia da classe dominante do que se diz socialmente como *a história* da Hungria, construindo-se como metáfora, ou seja, propondo-se como paráfrase dessa versão através do acionamento de fragmentos, de saberes e dizeres simbólicos, isto é, de valores socialmente estabelecidos para a sociedade magiar.

A obra se ancora, assim, em um recorte, um ponto de vista construído e reverberado por discursos como o literário, trabalhando em e por efeitos de evidência ideologicamente constituídos e transmitidos. Remete-se, assim, a saberes ilusoriamente incontestáveis, elementos da ordem do pré-construído e do efeito de evidência que constituem um imaginário socialmente consagrado sobre o nacional, como os dizeres sobre as revoluções e as guerras contra invasores e/ou povos rivais.

Isso posto, faz-se necessário me voltar, agora, a um dos elementos responsáveis pelo estabelecimento de vínculos identitários, a literatura. No caso de *A Pál utcai fiúk*, como já apontado, tem-se uma leitura de caráter obrigatório nos anos iniciais³⁷ das escolas tanto do país de origem da obra quanto de outros. Dessa maneira, o romance serve como importante ferramenta didático-pedagógica na formação de crianças e adolescentes, trabalhando, possivelmente, enquanto instrumento de registro e preservação de memória(s). Trata-se da institucionalização da leitura pela instituição escola.

No entanto, ainda que compondo parte do currículo escolar, como apontei na introdução, o intercâmbio na Hungria me possibilitou constatar que o romance não é mais tão apreciado como eu imaginava, principalmente pelas novas gerações. Há aí uma ruptura, uma não atualização do sentido, isso porque, apesar de tanto o aparelho escolar quanto o currículo permanecerem, manterem determinados discursos, as gerações vão mudando, os sujeitos não são os mesmos e os acontecimentos históricos vão remoldando o corpo social.

³⁷ No link a seguir, consta um plano de aula, em húngaro, do quinto ano de uma escola de Budapeste, no qual se fala sobre o trabalho de “incorporação da mensagem estética e moral do livro na consciência infantil”. É possível entender que são trabalhadas tanto questões estruturais do gênero literário quanto supostos “valores morais que podem ser assumidos” http://www.ziper.hu/GALERIA/2009_2010tanev/PEDNAPOK/magya.pdf Acesso em: 18 jun. 2019.

Penso ser possível associar a isso o conceito de “tradição inventada” de Erick Hobsbawm (2008), que, conforme esse autor, diz respeito a “um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas” que visam “inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente uma continuidade em relação ao passado. Aliás, sempre que possível tenta-se estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado” (2008, p. 92). Dessa maneira “na medida em que as práticas passam a ser um hábito, a partir da repetição, resgata-se um passado histórico ao qual tais práticas fazem referência” (Ibid., p. 9). Isso porque, “toda tradição inventada, na medida do possível, utiliza a história como legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal” (Ibid., p. 21). Assim, *A Pál utcai fiúk* ocupa o lugar do memorável, isto é, do que se deve ser sabido e repetido, compondo um discurso que tem de ser mantido.

2.2 A LITERATURA COMO FERRAMENTA DE FORMAÇÃO E RESSONÂNCIA SIMBÓLICA

Em sua tese, Tatasciore (2014) afirma que a tradução italiana do romance de Molnár pode ter vindo a efetivar uma leitura nacionalista, funcionando como uma ferramenta ideológico-pedagógica na formação de futuros cidadãos italianos. Isso porque, segundo a autora, a primeira publicação de *I Ragazzi della Via Pál* no país aconteceu justamente na década de trinta, período em que a Itália se encontrava dominada pelo fascismo: “as ditaduras são certamente os contextos em que, examinando a literatura infantil, encontramos a maior sobreposição entre sistemas literários e sistemas pedagógicos”³⁸ (2014, p. 60).

Em concordância com Fochesato (2011), a autora afirma que, a partir do século XX, em contextos como o da Itália unificada, a instigação de crianças e jovens à adoração pela pátria e ao nacionalismo se tornou uma necessidade, dando-se pela literatura:

uma necessidade que, com a aproximação da primeira guerra mundial e depois no seu auge, diz respeito cada vez mais ao tema da guerra. Fochesato diz mais uma vez: ‘portanto, é natural encontrar nesta produção referências constantes ao amor ao país, insistentes apelos para que se armem contra possíveis invasores,

³⁸ “Sono senz’altro le dittature i contesti in cui, esaminando la letteratura per ragazzi, si riscontra la più grande sovrapposizione tra sistemi letterari e sistemi pedagogici”.

convites para ser bons cidadãos e bons soldados de uma nação recém-nascida³⁹ (Ibid., p. 62).

Tatasciore acrescenta, desta vez partindo de Colin (2012), que os temas de guerra e nacionalismo são os principais nas publicações infantojuvenis entre 1915 e 1923, quando ocorreram as Reformas Gentile, que foi uma reforma do sistema educacional italiano, realizada por Giovanni Gentile, entre 1922 e 1923, sob o comando de Benito Mussolini.

As obras infantojuvenis tiveram um papel de liderança na mobilização e no estímulo do sentimento patriótico das jovens gerações, prefigurando o período fascista. Por isso, “a literatura de entretenimento muito contribuiu para o nascimento e fortalecimento do conceito de nação no vasto público.”⁴⁰

Sob esse espectro, é possível encaixar o romance de Molnár, que, embora sendo publicado originalmente um pouco antes, em 1907, e em um país distinto, ainda que muito similar nas questões nacionalistas, como a Hungria, é fortemente relacionável a essas questões, vistas as mobilizações de amor e sacrifício pela pátria, como a representada por Nemeček:

é o instinto irracional e de autossacrifício de Nemeček que vence na decisiva batalha. Ele é aquele que está cega e totalmente comprometido com o *grund*. A ironia da guerra racionalizada fica clara aos leitores: a pátria é mantida por soldados comuns (que morrem por isso), não por hábeis estratégias militares ou comandantes.⁴¹ (HALMESVIRTA, 1995, p. 26).

Ademais, *A Pál utcai fiúk*, ao ser trabalhado nos anos iniciais escolares, compõe o que Carretero chama de história escolar:

a história escolar apresenta conteúdos que se estruturam enquanto *discurso oficial da experiência do passado comum*, aos quais agrega uma importante carga emocional *destinada a criar identificação (com os heróis e ‘homens da pátria’) e um sentimento de lealdade e pertencimento*, fortalecido pelo uso dos símbolos pátrios, os ícones e os hinos da rotina escolar. A história acadêmica oferece um saber institucionalizado dentro das ciências sociais, o qual *nasce e se constitui em função dos Estados nacionais, aos quais fornece a garantia de legitimidade do passado comum, o qual dá lugar ao desenvolvimento da identidade* (2010, p. 36 — grifos meus).

³⁹ “Una necessità che, con l’avvicinarsi del primo conflitto mondiale e poi nel pieno dello stesso, riguarda sempre di più il tema della guerra. Dice ancora Fochesato: ‘è quindi naturale trovare in questa produzione costanti riferimenti all’amor di patria, insistiti appelli alla necessità di prendere le armi contro eventuali invasori, inviti a essere buoni cittadini e buoni soldati di una nazione appena nata’”.

⁴⁰ “Letteratura d’intrattenimento nel vasto pubblico abbia fortemente contribuito alla nascita e al rafforzamento del concetto di nazione”.

⁴¹ “It is Nemeček’s irrational, self-sacrificial instinct that wins the field in the decisive battle. He is the one who is blindly and totally committed to the *grund*. The irony of rationalized warfare is brought home to the readers: the fatherland is ultimately kept by ordinary (dying) soldiers, not by clever military strategists or commanding officers”.

Em vista disso, passarei agora a uma discussão sobre a capacidade da literatura nessa reverberação de discursos e na contínua reinstauração de valores simbólicos, buscando estabelecer um paralelo com preceitos da AD. Para isso, cabe fazer alguns apontamentos mais específicos sobre o literário. Começo, assim, partindo de Henge (2015) que discute a respeito do tema, articulando-o ao seu estudo sobre o processo de tradução do literário.

Conforme a autora, cada natureza textual tem sua história social, e com o texto literário não seria diferente. A literatura é parte do processo histórico da sociedade e dispõe de “um modo próprio de materialização do discursivo”, sendo “uma das formas mais primordiais de ligação do sujeito com a sua própria subjetividade e com a incompletude do dizer, a impossibilidade de tudo dizer” (HENGE, 2015, p. 40).

Ainda que divergindo sobre o conceito de *representação*, a partir de Petri (2008), Henge reitera “ser o discurso literário um ‘discurso que se sustenta sob a égide da representação [...] e que tem suas especificidades em relação a outras práticas discursivas’” (Ibid., p. 42). Henge caracteriza “a relação entre o literário e a realidade material” como sendo “da ordem do *assemelhamento*, onde não se tem o mesmo, mas uma relação entre o um e o outro, um certo laço que mantém o verossímil, o interpretável, um pacto de aceitação daquele funcionamento ficcional” (Ibid., p. 42 – grifo da autora).

Ainda que justificando como não sendo esse o objetivo do trabalho, a autora reforça o que analisa como a tentativa de estudos “ao longo dos séculos na desconstrução de uma suposta correspondência representativa entre o que se julga literário e o mundo ‘não-literário’ ou ainda ‘da realidade’”, reafirmando a sua proposta de “*efeito de assemelhamento* que se dá no discurso literário, estabelecendo a concretude, a cristalização de lugares sociais e o jogo de forças entre eles no espaço ficcional” (Ibid., p. 49 – grifos da autora).

No presente trabalho, no entanto, irei manter a noção de representação, mas friso, mais uma vez, que, com isso, não busco tratar de algo específico e unívoco que seria representável por outro fator, de outra ordem. Nas vezes que me referir, aqui, à representação, estarei vislumbrando um efeito ideológico disso, de representável, para o sujeito do discurso. Compartilho, contudo, o que parece ser uma tentativa de definição por parte de Henge:

o literário é/pode ser ao mesmo tempo objeto de fruição ou esclarecimento, repetição ou mudança, fuga da realidade ou sua imersão e deflagração. A

literatura pode ser espaço de alienação ou engajamento, politização ou ruptura, conforme suas relações mais ou menos determinantes com outras instâncias ideológicas, isto é, outras formações como a econômica, jurídica, política etc. (Ibid., p. 44).

E por ser, ainda nos termos da autora, “um dos modos de realização do discursivo”, que, por sua vez, está “profundamente determinado pelas condições de produção em que emerge” (Ibid., p. 42), a literatura está de mesma forma determinada. Sendo assim,

a partir das condições de produção em uma dada formação social e pela inscrição em uma determinada formação discursiva, temos o *efeito literário* de uma materialidade; e este efeito mobiliza dois modos de funcionamento: *o estético* enquanto trabalho sobre a língua e *a ficcionalização* como gesto interpretativo (Ibid., p. 41 – grifos da autora).

Cabe ressaltar que o que classifica um texto como literário ou não (com as diversas consequências que isso acarreta) são instituições determinadas econômica e ideologicamente.

Um outro estudo em que gostaria de me basear, neste capítulo, é o de Lisbôa (2008), que, em *A pontuação do silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector*, também disserta sobre o literário desde a perspectiva da AD.

Ao pontuar relações entre literatura e memória, Lisbôa começa dizendo que, em um primeiro momento, o funcionamento da literatura seria o de retratar uma questionável concepção de realidade, vivificando memórias e possibilitando ao homem a transformação de sua história. Em seguida, a autora contrapõe as perspectivas dos Estudos Literários, dos Estudos de Autoria (principalmente os de Roland Barthes e os de Michel Foucault) e a da AD pecheutiana, afirmando que a literatura se trata, primordial e essencialmente, de linguagem, o que a coloca sob possibilidades de críticas e discussões. Isto é, indo ao encontro do trabalho que propõe a AD, a literatura seria o espaço de questionamento da linguagem, lugar de contestação da estrutura. Ou seja, nesse viés, a literatura é feita de língua, que, por sua vez, é carregada de sentidos (re)historicizados.

Novamente conforme Lisbôa, que parte de Foucault,:

a obra literária não é feita com ideias, com beleza, com sentimentos, mas simplesmente com linguagem, isto quer dizer, a partir de um sistema de signos. E este sistema de signos que constitui a obra literária faz parte da rede múltipla de signos que circulam numa determinada sociedade, incluindo aí, além dos signos lingüísticos, outros signos tais como: econômicos, monetários, religiosos, sociais, etc. (Foucault, op.cit.:163) Embora a análise literária não se limite à dimensão da linguagem, ressalta Foucault, a literatura só existe porque estes signos existem; logo, porque algo fala. [...] *Toda literatura é, portanto, uma prática discursiva e, como tal, um discurso que remete a outros discursos. [...] E é neste aspecto, tomando a literatura enquanto uma prática discursiva, que nós*

entendemos que o objeto literário é objeto de estudo para a Análise do Discurso. (2008, p. n.p — grifos meus).

Em seguida, baseando-se desta vez em Robin (1985), Lisbôa aborda a questão da discursividade na construção do possível funcionamento referencial da literatura para com o mundo “externo”. Nas palavras da autora, a literatura “só se relaciona, só nos conduz a outros discursos, mesmo quando o objetivo do escritor seja o de representar o mundo, ou seja, de apreender o extra-texto” (LISBÔA, 2008, p. n.p). A prática literária, Lisbôa prossegue, é “referida a *discursos sobre o real*”. Trata-se, portanto de

um discurso construído a partir de outros discursos, isto porque nossa compreensão do mundo é sempre mediada pela linguagem. A matéria própria da literatura, ressalta a autora, não é de maneira nenhuma o real, mas as *diversas maneiras do real ser tematizado*, sendo que estes discursos e linguagens fazem também eles parte do real. [...] a realidade é inapreensível pela linguagem — o que é exatamente o que dá origem ao real como tal. Logo, o que alcançamos são apenas *maneiras de tematizar a realidade*, ou seja, interpretações diversas acerca dela e *a prática literária é a expressão de uma das discursividades possíveis* a seu respeito. (Ibid., p. n.p — grifos meus).

Dessa maneira, partindo do princípio de que “a obra literária é sempre um determinado recorte, um agrupamento singular, um gesto de interpretação”, juntamente com Lisbôa e Robin, faz-se possível concluir que a literatura se trata da expressão da heterogeneidade que compõe tanto a sociedade quanto a língua, isto é, a expressão da pluralidade, das redes discursivas que configuram uma época. “A relação do objeto literário ao mundo está, assim, no fato de que as vozes que ressoam no texto literário são as vozes do discurso social. Desta perspectiva, toda literatura é expressão de um determinado estado de sociedade”. (LISBÔA, 2008, p. n.p).

Os referentes de uma obra literária, portanto, não são o real, uma vez que esse é inconcebível pelos sujeitos, mas, sim, os discursos *sobre o real*, incorporados de modo específico, textualizados na ficção. “A literatura seria assim, nesta perspectiva, o resultado do incorformismo do homem com relação ao fato de que há uma distância intransponível entre a experiência vivida e a linguagem”. (LISBÔA, Ibid., p. n.p).

Portanto, sob um ponto de vista materialista, pode-se dizer que “o homem só conhece a realidade *na medida em que ele cria* a realidade humana e se comporta antes de tudo como ser prático” (KOSIC, 1986, p. 22). Já a partir de Lisbôa (Ibid.), faz-se possível apreender que, por meio de materialidades discursivas como a literatura, tem-se a criação, construção de formas para lidar com e, por consequência, conceber o real. Isto é, o real é socialmente forjado para ser compreensível, significado e, ilusoriamente, dominado. Por

isso, mais uma vez: os referentes de uma obra literária não são, portanto, o real, uma vez que esse é inconcebível pelos sujeitos, mas, sim, os discursos dados por e entre sujeitos *sobre* suas percepções do real, incorporados de modo específico, textualizados na ficção.

Antes de concluir este capítulo, vale falar brevemente sobre o que Orlandi chama de *história de leitura*. A autora explica que se deve ser considerado que toda leitura é produzida em condições sócio-históricas, as condições de produção de leitura. Além disso, a leitura não é possível em si, mas em relação às suas histórias, ou seja, tanto a leitura tem sua história quanto todo leitor tem sua história de leitura. Por isso, "as leituras já feitas de um texto e as leituras já feitas por um leitor compõem a história da leitura em seu aspecto previsível" (ORLANDI, 2008, p. 43).

Referindo-se à intertextualidade, a autora afirma que o conjunto de relações entre textos mostram como determinado texto deve ser lido. Diante disso, peço permissão para uma reflexão: no caso de meu objeto de análise, o texto literário, por si só já se dispõe de uma história, assim como de "maneiras" a ser lido.

Não só o texto em si, mas a categoria a que ele pertence (neste caso, a literária), ou melhor, a construção social e o imaginário que se tem sobre esse tipo de texto, tem um processo histórico de leitura. Sendo assim, o texto literário deve ser lido como tal (como suposto material simbólico, de representação etc.). Tem-se, aí, além de formas de sedimentação do sentido do texto, formas de solidificação de leitura do texto. Trata-se de uma "sedimentação histórica dos sentidos" em que "em condições de produção determinadas um sentido adquire estatuto dominante em relação aos outros" (ORLANDI, *Ibid.*, p. 46).

Estabelecendo um paralelo com o que já aponte sobre a história escolar, a partir de Carretero (2010) – isto é, aquela que apresenta conteúdos que se estruturam enquanto discurso oficial da experiência do passado comum –, pode-se pensar na escola como lugar de sedimentação, legitimação e de historicização de determinados sentidos. Explico em outras palavras: no caso de uma obra de caráter obrigatório no currículo, como é o caso de *A Pál utcai fiúk*, pode-se criar o imaginário de que se a obra é lida na escola é porque lá deve ser trabalhada, tornando-se uma leitura, ou melhor, material de formação. Nesse trabalho, a instituição escola e o lugar social do professor acabam por legitimar essa sedimentação histórica de sentidos de que fala Orlandi.

Frente a isso, ao me encaminhar para o próximo capítulo desta dissertação, sintetizo a consideração mais importante a ser feita acerca desta parte do trabalho: a história,

observada por uma perspectiva semântico-discursiva materialista, como a AD francesa, diz respeito a histórias. Sendo assim, em *A Pál utcai fiúk*, materializa-se uma versão delas, uma construção.

No próximo seguimento deste estudo, estarão em foco questões sobre a memória discursiva, funcionamento que vem dar suporte às determinadas leituras consagradas, até aqui apontadas. Como será possível observar, elas remetem a discursos fortemente nacionalistas, que, conforme Zuccolillo (2000), caracterizam-se por envolverem elementos como a exaltação da ideia de nação enquanto verdade suprema, a identidade na qualidade de essência e a história enquanto transmissão e continuidade dessa essência, assim como o culto ao passado e às figuras de heróis e de grandes líderes militares, defensores do território nacional contra o inimigo estrangeiro.

3 DISCURSO, SENTIDO E TEXTO: ESTABELECENDO OS ALICERCES DE ANÁLISE

Este capítulo, de modo geral, é dividido em dois grandes segmentos. No primeiro, de forma relativamente breve, acionarei pressupostos teóricos na busca de melhor introduzir a teoria pecheutiana, visto que é a partir desta parte do trabalho que mais mobilizarei, de fato, o aparelho teórico-metodológico da AD para realizar minhas análises. Assim, proponho realizar uma imersão teórica, visando alicerçar o que vem na sequência, a segunda parte do capítulo, em que me concentrarei nas questões de *historicidade* e *memória discursiva*, âmbito desta análise.

Começo por dizer que falar sobre língua vai muito além de falar de sistema. A língua é, além disso, prática, identidade, cultura, história... língua é discurso e ideologia⁴². A Análise do Discurso francesa, concebida a partir dos estudos do filósofo marxista Michel Pêcheux desde o fim da década de sessenta, propõe-se a abordar justamente tais campos, traçando caminhos entre ideologia e língua e focando no âmbito de sua teoria: o *discurso*. Dentro dos estudos pecheutianos, é comum referir-se à *língua* enquanto materialidade do *discurso*, que, por sua vez, é concebido como a materialidade da *ideologia*. Por essa razão, faz-se fundamental abordar esses três pontos ao se tratar de AD.

Essa perspectiva teórica se apresenta amparada por três pilares conceituais — que constituem o que é comumente chamado de “tripé” pelos os estudiosos da área e dos quais a AD serviu-se de determinadas noções, reelaborando-as, para a criação de seu aparato —, a saber: o *materialismo histórico* (pelas noções de *condições de produção*, *ideologia* e *sujeito*); a *linguística* (a partir dos estudos de Ferdinand de Saussure); e a *psicanálise* (também pelo viés do *sujeito*). É importante enfatizar que a AD não se confunde com nenhuma dessas áreas. Pelo contrário, trata-se de uma disciplina de entremeio, que se propõe a dialogar e a debater com as áreas recém citadas. O que Pêcheux vislumbrou, assim, foi uma semântica discursiva, ou, melhor, em suas próprias palavras: “uma teoria materialista do discurso” ([1975] 2014, p. 129). É frente a isso que, neste capítulo, apresentarei algumas noções imprescindíveis no estruturamento da presente pesquisa, pelo viés dessa teoria.

⁴² Com isso, quero dizer que não há um sem o outro.

Percorrer o percurso e estabelecer a relação entre texto e discurso não é tarefa fácil, já que se requer o avanço de várias etapas de reflexão, teoria e método, mobilizando determinados conceitos. Costurando essas duas noções, discurso e texto — se é que se pode pensar em uma separada da outra —, está o sentido, que, na vertente pecheutiana, não é considerado como fechado ou pré-determinado, mas instaurado ideologicamente. Assim é que Pêcheux caracteriza o discurso enquanto “efeitos de sentido”, pois “se deve conceber o discursivo como um dos aspectos materiais do que chamamos de materialidade ideológica. [...] a espécie discursiva pertence [...] ao gênero ideológico” (PÊCHEUX e FUCHS [1975] 2010, p. 163).

Portanto, o sentido, mutável por natureza, está constantemente *sujeito ao* jogo ideologia-história-língua. Em sua instituição, ademais, diversos são os agentes que trabalham em constante funcionamento. Um desses elementos, sem dúvida, é o que, na AD, denomina-se como *condições de produção*⁴³, noção sobre a qual discorro a partir de agora.

Acerca desse conceito, na fase inicial da AD, Pêcheux diz se tratar de um “mecanismo de *colocação* dos protagonistas e do objeto de discurso” ([1969] 2010, p. 78). Já em 1981, Courtine reformula essa noção a estendendo à de Formação Discursiva (FD). Para ele, as condições de produção estão “sob dependência da relação que uma FD mantém com a ‘pluralidade contraditória’ de seu interdiscurso” ([1981] 2009, p. 76).

Em outros termos, condições de produção diz respeito às contingências históricas, sociais, culturais e enunciativas em que se dá o dizer. Refiro-me não a uma simples contextualização, mas à *estruturação discursiva* pelo imbricamento sócio-histórico-ideológico.

Essas circunstâncias são constituídas por conflituosas relações de força e de sentido, sendo a primeira, conforme Pêcheux (Ibid.), exterior, e a segunda interior à situação do discurso. Ainda segundo o autor, essas relações são “suscetíveis de variar segundo a natureza dos elementos colocados em jogo”, que, por sua vez, não têm “uma eficácia necessariamente igual”, podendo, um deles, “se tornar *dominante* no interior das condições de um estado dado” e contando, ainda, com a “propriedade de determinar a natureza, o valor e o lugar dos outros termos” (Ibid., p. 85). Por sua vez, essa relação de

⁴³ Assim como aqui o faço, em nota de rodapé, Pêcheux e Fuchs ([1975] 2010) alertam para a significação de “produção” nesse termo teórico. Trata-se da “produção de um efeito”, isto é, produção de efeitos de sentido, logo, de discurso.

dominância pode se dar pelo que se chama de formações imaginárias, isto é, por imagens, socialmente determinadas, que os sujeitos dos discursos fazem/têm um para com o outro.

No que tange o corpus da presente análise, em virtude das leituras possíveis já apontadas, pode-se observar as relações histórico-político-ideológicas de conflito entre os magiares para com demais povos pela alusão constante às figuras tanto de defesa territorial e batalhas quanto dos adversários e do mito/herói frágil. Outro aspecto é a questão sobre a transição política aristocracia-democracia, mencionada em capítulo anterior.

Esses pontos podem ser expressados pelas relações de sentido, pelo simbólico. Um exemplo se dá a partir do signo “vermelho”, que tanto pode remeter à figura dos adversários, como expliquei anteriormente, quanto à dos húngaros (junto com a(s) cor(es) verde e/ou branca), já que esses podem se tornar os próprios inimigos: na obra, pelo personagem Geréb, o traidor; e na história húngara, pelo

particular empenho em crucificar ou exilar durante a vida e em glorificar quando estão bem mortos; [...] povo híbrido, composto de muitas raças, que nesta mistura de sangues encontra motivos de conflito em vez de uma inesgotável fonte de riqueza; povo trágico, que deve recomeçar a vida a cada cinquenta anos – povo triste, de mau agouro (ADY & RÓNAI, 2014, p. 189).

Nesse caminho, as condições de produção estão sob o que, em AD, chama-se de *formação ideológica*, que Pêcheux e Fuchs conceitualizam como

um elemento [...] suscetível de intervir como uma força em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social em um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras ([1975] 2010, p. 163).

Assim, as formações ideológicas trabalham na manutenção da reprodução/transformação das relações de produção (PÊCHEUX & FUCHS, [1975] 2010), o que engloba as condições de produção e as formações discursivas.

As FDs, compondo historicamente as formações ideológicas, assim como sob dependência delas, constituem, interligadas, o que é denominado de *interdiscurso* e se trata de domínios “que determinam o que pode e deve ser dito [...] a partir de uma posição dada numa conjuntura” (PÊCHEUX & FUCHS, *Ibid.*, p. 164.).

Dessa maneira, toma-se a FD enquanto uma “região do interdiscurso”. Explico: conforme retomarei a seguir, o *interdiscurso* é a esfera onde se encontram todos os pré-construídos, já-ditos e já-sabidos, isto é, trata-se de “um conjunto complexo, preexistente e exterior ao organismo, constituído por séries de *tecidos de índices legíveis*, constituindo

um corpus sócio-histórico de traços” (PÊCHEUX, [1990] 2014, p. 142) e construindo as (re)formulações discursivas. É nesse âmbito que as FDs trabalham.

O funcionamento de uma FD, que caracterizo como um trabalho de intermediação, assemelha-se ao de um prisma: partindo de um “todo”, o interdiscurso (que se caracteriza como de impossível acesso e dominação absolutos pelo sujeito) para fragmentações⁴⁴, frações, isto é, direcionamentos de/a dizeres e sentidos permitidos naquele domínio, que, ao serem projetados, podem ofuscar, silenciar outras formas (im)possíveis de dizer(es), interditando sentidos. Ou seja, as FDs seriam, portanto, o lugar de determinação do sentido.

Todo esse processo se dá, cabe ressaltar mais uma vez, sob dependência de formações ideológicas. A formação discursiva é, dessa maneira, o lugar de discursivização dos saberes da formação ideológica. Por isso, forja-se a transparência e a evidência de literalidade do sentido, próprio da ideologia:

a ideologia é essencialmente uma questão de ‘fixar’ o processo de significação, de outro modo inexaurível, em torno de certos significantes dominantes com os quais o sujeito individual pode então identificar-se [...] mundo selado da estabilidade ideológica, que repele as forças desagregadoras, descentradas da língua em nome de uma unidade imaginária. [...] O processo de forjar ‘representações’ sempre envolve esse fechamento arbitrário da cadeia significante, restringindo o jogo livre do significante a um significado espuriamente determinado que pode então ser recebido pelo sujeito como natural e inevitável. Assim como, para Pêcheux, o sujeito falante ‘esquece’ a formação discursiva que o localiza, para esse modo de pensamento, a representação ideológica envolve reprimir o trabalho da linguagem [...] (EAGLETON, 1997, p. 174 — grifos meus).

Ou, em conformidade com Pêcheux ([1975] 2014), as FDs representariam, assim, na linguagem, as formações ideológicas, *dissimulando, no/através do texto, efeitos de univocidade, evidência e transparência de sentidos*. Dessa forma, ao ser projetado por meio de uma (ou mais) FD(s) e materializado na língua, o discurso pode refletir disputas ideológicas de classes, de sentidos... conflitos constantes em uma formação social. Faz-se possível, logo, reafirmar, aqui, que o sentido não está sistematicamente isolado, fechado, estável, alheio ao que, supostamente, lhe é exterior. Pelo contrário, o “exterior” o atravessa, constituindo-o substancialmente e o determinando. Repito, assim, a partir de Pêcheux ([1969] 2010): sentido é efeito. É efeito porque pode sempre ser outro. Pode sempre ser outro pela regulação da FD:

⁴⁴ Com isso, não quero dizer, no entanto, que se trata de porções totalmente homogêneas e/ou harmoniosamente separadas. Na verdade, o viés de saber/dizer acionado por determinada FD pode trazer resquícios-outros devido à imersão prévia no interdiscurso, isto é, no histórico.

se uma mesma palavra, uma mesma expressão e uma mesma proposição podem receber sentidos diferentes — todos igualmente ‘evidentes’ — conforme se refiram a esta ou aquela formação discursiva, é porque — vamos repetir — uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem *um* sentido que lhe seria ‘próprio’, vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. [...] a formação discursiva é o lugar da constituição do sentido (sua ‘matriz’, por assim dizer) [...] o próprio de toda formação discursiva é dissimular, na transparência do sentido que nela se forma, a objetividade material contraditória do interdiscurso, que determina essa formação discursiva como tal, objetividade material essa que reside no fato de que ‘algo fala’ (*ça parle*) sempre ‘antes, em outro lugar e independentemente’ (PÊCHEUX, [1975] 2014, p. 147-149 — grifos do autor).

A partir dessas palavras de Pêcheux, tornam-se mais claras as possibilidades diferentes de sentido sobre a obra, conforme apontei no primeiro capítulo. É por essa razão que as leituras sobre *A Pál utcai fiúk* podem vir a ser capazes de remeter o romance a acontecimentos históricos da Hungria ou a um retrato da passagem da vida infantojuvenil para a vida adulta. É também assim que o termo “meninos” pode vir a abranger “menina” e a cor vermelha pode remeter a diferentes invasores.

Posto isso, penso ser possível, a partir de agora, encaminhar este capítulo para a sua segunda parte, em que, assim como farei retomadas do que foi exposto até então, introduzirei as duas principais noções para este seguimento, a de historicidade e a de memória discursiva, para, em seguida, colocá-las em prática por análises.

3.1 ENTRE HISTÓRIA E HISTORICIDADE: CAMINHOS DE MEMÓRIA

“A urdidura da memória é condição para a existência do dizer”
(ROMÃO, 2003, p. 185).

Nesta subseção, buscarei estabelecer a passagem da *história* (da Hungria e da obra, *A Pál utcai fiúk*) para a *historicidade* (isto é, o modo de relação do texto com o contexto, ou melhor, com as contingências sócio-históricas), mobilizando, por conseguinte, elementos constituintes dessa última, dentre eles, principalmente, a noção de *memória discursiva*, extremamente cara à presente análise. Assim, viso expor discursos — *pré-construídos*, conforme proposto por Paul Henry (1993) como aquilo que remete a uma construção anterior e exterior, em oposição ao que estaria sendo construído no momento de enunciação, na formulação —, que, possivelmente, constituem a obra, funcionando como suportes para determinados sentidos por meio do enlace *história-discurso-língua*.

É comum se falar, dentro dos estudos da AD, que todo sentido é *já-sentido*, isto é, já foi e já é sentido, assim como que todo dizer se trata da *reatualização* de já-ditos/já-sabidos. Dessa forma, pode-se compreender o que vem a sustentar a(s) carga(s) semântica(s) de toda enunciação/formulação: o acionamento de cargas semânticas de enunciações/formulações prévias, que retornam sob paráfrase na constituição do “novo” dizer. Isso é caracterizado como *repetibilidade*, que, segundo Indursky, está na base da produção discursiva e “garante a constituição de uma *memória social que sustenta os dizeres*, pois só há sentido porque antes já havia sentido” (INDURSKY, 2011, p. 83 — grifos meus).

No entanto, nem todo e qualquer sentido/dizer pode ou deve ser acionado para a sustentação de uma formulação. Nesse comando, está a *memória discursiva*, que seleciona e rege o que poderá vir a ser mobilizado ou não do complexo de FDs, isto é, do interdiscurso.

Em outras palavras, a memória discursiva, reguladora da historicidade, é concebida, no campo da AD, conforme consagrada e essencial consideração/caracterização de Michel Pêcheux:

[...] como *estruturação* de materialidade discursiva complexa, estendida em uma dialética da repetição e da regularização: a memória discursiva seria aquilo que, face a um texto que surge como acontecimento a ler, vem restabelecer os “implícitos” (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos-transversos etc.) de que sua leitura necessita: a condição do legível em relação ao próprio legível. ([1983] 1999, p. 52).

Os pré-construídos mobilizados nesse funcionamento da memória passam, assim, a constituir a trama textual, isto é, a compor a *historicidade* do texto. Reformulando, é pelo trabalho da memória discursiva, embasada pelo viés sócio-histórico e com o suporte do interdiscurso, que determinados fios vão sendo selecionados, movimentando discursos específicos e compondo a historicidade do texto durante a sua (re)formulação, isto é, no *intradiscurso*.

Afunilando este caminho, agora, pelas questões da historicidade e, em seguida, de memória, prossigo, desta vez em conformidade com Orlandi:

quando falamos em historicidade, não pensamos a história refletida no texto mas tratamos da *historicidade do texto em sua materialidade*. O que chamamos historicidade é o *acontecimento do texto como discurso, o trabalho dos sentidos nele*. Sem dúvida, há uma ligação entre a história externa e a historicidade do texto (trama de sentidos nele) mas essa ligação não é direta, nem automática, nem funciona como uma relação de causa-e-efeito (2009, p. 68 — grifos meus).

Assim, a historicidade do texto diz respeito à maneira como ele está (com)posto, quais elementos podem ser observados em sua estrutura semântica, quais *efeitos de sentido* (PÊCHEUX, [1969] 2010) nele/dele podem ser gerados. O texto funcionando na/pela história, a história funcionando no/pelo texto.

Ao fazer parte/ser parte de um corpo social, a memória o constitui e é constituída por ele. Conforme Indursky (2011), que segue na esteira de Achard (1999), essa memória está diretamente relacionada com o “regime de repetibilidade”:

[...] se há repetição é porque há retomada/regularização de *sentidos que vão constituir uma memória que é social*, mesmo que esta se apresente ao sujeito do discurso revestida da ordem do não-sabido. *São os discursos em circulação, urdidos em linguagem e tramados pelo tecido sócio-histórico, que são retomados, repetidos, regularizados* (INDURSKY, 2011, p. 70 — grifos meus).

Assim, o “regime de repetibilidade” ao qual se refere a autora se trata da regularização na repetição, um processo de serialização, em decorrência da persistência através dos tempos, o que passa a compor uma memória social: “ou seja, pelo viés do regime de repetição tornou-se memorável (Ibid., p. 73).

Dessa maneira, significados se cristalizam, podendo, também, no entanto, oporem-se ao acontecimento que os desregulariza. Essa possível ruptura no processo é, sob a ótica de Pêcheux ([1983] 1999), o acontecimento histórico, o que, segundo ele, faz da memória não só reprodução, repetição em série, mas, também, transformação.

Indursky, ao analisar os funcionamentos do memorável e da deriva de sentidos em provérbios, reitera as palavras de Pêcheux, apontando que “na base das práticas discursivas de um sujeito, pré-construídos provenientes do interdiscurso, ao serem retomados, trazem consigo um determinado espaço de memória que ecoa em seu discurso” (INDURSKY, 2013, p. 92), isso porque os processos de retomada sempre se fazem presentes. Dessa maneira, ao compor a base da produção discursiva, a repetibilidade “garante a constituição de uma memória social que sustenta os dizeres, pois só há sentido porque antes já havia sentido” (INDURSKY, 2011, 82).

Dessa forma, a memória re(in)stitui “julgamentos de verossimilhança sobre o que é reconstruído através das operações de paráfrase” (ACHARD, [1983] 1999, p. 16).

É importante mencionar, ademais, que, dentro da AD, a noção foi cunhada, formalmente com esse nome, por Jean-Jacques Courtine, que define: “a noção de memória

discursiva diz respeito à *existência histórica do enunciado no seio de práticas discursivas*, reguladas pelos aparelhos ideológicos”⁴⁵ ([1981] 2009, p. 53 — grifos meus).

Nesse caminho, Pavan, que também parte de Indursky (2011), fornece uma importante distinção:

ao conceber o interdiscurso como o todo já-dito (que retorna ao ser recortado pelas FDs) levamos em conta a saturação, o preenchimento e a plenitude dos sentidos. Já quando tratamos sobre a memória, essa saturação pode dar lugar às falhas e aos furos. Isso ocorre na medida em que a memória se liga ao esquecimento e ao acontecimento, enquanto o interdiscurso está ao lado da lembrança, do acúmulo e da repetição. A memória discursiva torna possível, portanto, a recuperação dos sentidos do interdiscurso, mas não quaisquer uns – se no interdiscurso todos os sentidos são possíveis, a memória fixa apenas alguns (2017, p. 162).

Em suma, entender o funcionamento da memória é uma oportunidade de observar o intrincamento entre língua, discurso, sociedade e história, que estabelecem, entre si, um vínculo tão importante, essencial: cada um se instaura a partir dos outros.

Como aponta De Nardi, a memória

representa esses resquícios da história, real ou fictícia, com a qual os sujeitos se relacionam por meio de uma relação imaginária (re)atualizando-os em seu discurso. É na tensão entre esquecimento e retomada que vive a memória; não há sujeito sem memória, porque ela é a base de sua identidade; assim como não há discurso que possa dela se esquivar, porque pela memória se fazem possíveis os sentidos (2003, p. 79).

Posto isso, passo, a partir de agora, a observar a construção da historicidade *do/no* texto *A Pál utcai fiúk*, meu objeto de análise. Para tanto, viso verificar quais memórias discursivas podem estar trabalhando em tal materialidade, assim como quais *pré-construídos* são por elas acionados, sustentando sentidos específicos em detrimento de outros.

3.1.1 As tramas em/de *A Pál utcai fiúk*: pré-construídos e discurso-transverso

Em conformidade com a apresentação sobre determinadas leituras da obra *A Pál utcai fiúk* que produzi no primeiro capítulo, nesta seção buscarei realizar o meu primeiro gesto de análise através de um batimento com a teoria. Viso ilustrar, na esteira de Romão, quais, e de que maneira, caminhos são iluminados, assim como relatos são sombreados

⁴⁵ Os aparelhos ideológicos que o autor menciona está em conformidade com o trabalho de Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação)*, que serve como um dos textos de base para a teoria pecheutiana, e, em termos gerais, trata-se de instituições e práticas pelas quais a ideologia vigente mantém sua hegemonia, isto é, são os suportes para essa ideologia.

pelas luzes da memória, que, sob perspectivas ideológicas, pelas tramas discursivas “se projetam e entram em cena, repertoriando efeitos de sentido” (2003, p. 162).

Como apontei mais acima, os pré-construídos são os elementos anteriores ao dizer, são já-ditos/já-sabidos/já-significados, os quais a memória discursiva é encarregada de mobilizar para sustentar o(s) sentido(s), na (re)atualização do dizer, no intradiscurso. Nesse caminho, Indursky, a partir de Pêcheux e Fuchs ([1975] 1990) acrescenta que *o pré-construído pode ocorrer sob a forma do que é chamado discurso-transverso*: “o discurso transverso funciona como ‘exterior ao discurso considerado e o implícito que ele constitui é explícito alhures’ (Pêcheux e Fuchs s/d., p. 39). [...] o discurso-outro entra de viés no discurso do sujeito, tangenciando-o e nele fazendo eco de algo que foi dito em outro lugar” (INDURSKY, 2011, p. 69). A autora vai além e pontua a diferença entre as duas instâncias, pré-construído e discurso-transverso:

o primeiro é objeto de uma operação de apropriação que, através de um encaixe sintático, estabelece co-referência entre o que é apropriado e encaixado no discurso do sujeito e o que aí já se encontrava formulado, produzindo o efeito de que aquele pré-construído foi produzido ali, no discurso do sujeito. O segundo retoma um pré-construído que foi objeto de asserção em outro lugar e que, no discurso que dele se apropria, ressoa metonimicamente, como um implícito. Dois funcionamentos diversos de apropriação do pré-construído, dois modos distintos de retomada de discursos, duas formas diversas de fazer ressoar discursos que já estão em circulação em diferentes práticas discursivas. (INDURSKY, 2011, p. 69).

Entendo, a partir disso, que o discurso-transverso estaria, assim, mais ao nível explícito do que o pré-construído, demarcando, linguisticamente, o que seria “desse” e o que seria “daquele” outro, exterior, discurso. O pré-construído, por sua vez, ocorreria sob uma forma diluída no discurso (re)formulado, causando o efeito de que tudo estaria ali sendo criado, sob ineditismo, e nada retomado.

A partir disso, o primeiro trecho⁴⁶ extraído de *A Pál utcai fiúk* em que, aqui, irei me ater se trata, a meu ver, de um discurso-transverso, que irrompe na obra, e, reafirmando Indursky, tangencia-a e nela faz “eco de algo que foi dito em outro lugar” (2011, p. 69). Trata-se do verso⁴⁷ extraído do poema revolucionário de Sándor Petőfi, *Canção Nacional*⁴⁸

⁴⁶ A ordem de apresentação das sequências seguirá a da cronologia de publicação, do texto de partida às traduções.

⁴⁷ “Nem leszünk rabszolgák” (tradução minha: não seremos escravos), um rearranjo do enunciado de *Nemzeti Dal*, passou a ser o principal dizer nos protestos populares, que vêm ocorrendo nos últimos meses — fim do ano de 2018 e início de 2019 —, na Hungria, em decorrência da nova lei que aumenta a carga horária de trabalho no país. Disponível em: https://www.nyugat.hu/tartalom/cikk/2.0_a_penteki_szombathelyi_ellenzeki_kepei Acesso em: 28 jan. 2019.

(*Nemzeti Dal*), que discursivizou o acontecimento histórico Revolução de 1848-49, na Hungria.

“Esküszünk, hogy rabok tovább nem leszünk!” ([1907] 2016, p. 72).

“We solemnly swear to be free forever” ([1927] 2015, p. 76).

“Juramos dejar de ser esclavos” ([1945] 1972, p. 88).

“Juramos não ser mais servos” ([1952] 2005, p. 98).

Parte importante da memória social, isto é, das memórias de toda uma época, de toda uma geração, Sándor Petőfi é considerado um dos principais grandes heróis da história magiar pelo seu empenho como um dos líderes na Revolução da Independência, em 1848-49, na Hungria. Nesse caminho, a popularidade da *Nemzeti Dal* é, arrisco-me a dizer, maior que a do próprio hino nacional do país. Conta-se que esse poema foi lido por Petőfi para seus companheiros revolucionários durante a revolta, aos pés do Museu Nacional — um dos cenários de *A Pál utcai fiúk*.

O acontecimento histórico/simbólico de 1848-49, (re)modulou a memória social daquele povo, deixando marcas em sua identidade enquanto grupo, enquanto nação. Dessa maneira, tal enunciado, “Juramos não ser mais servos”, intrincado a saberes dessa memória pelo qual foi mobilizado, e que é compartilhada pelo povo magiar, reverbera determinados já-ditos, entrelaçados à revolução, e circunda toda uma possibilidade semântica na obra de Molnár, gerindo e apontando os sentidos para certa direção, remetendo aos saberes sobre a guerra. Ou seja, retoma-se e regulariza-se, aí, uma memória, que é social, que é discursiva.

Dessa maneira, em *A Pál utcai fiúk*, esses saberes “de senso comum”, correspondentes a uma perspectiva histórica daquele país, sobre a Revolução de 1848-49 são acionados, primordialmente, pelo discurso transversal “juramos não ser mais servos”, que pode conduzir leituras a caminhos de interpretação que tomam o romance enquanto metáfora da história da Hungria, como já apontado. Logo, por essa memória, são incitados pré-construídos que reverberam a luta pelo território, o amor pela pátria, a guerra. Tem-se, aí, então, a relação *grund*-Hungria.

Diante disso, valho-me das palavras de Romão, dizendo que essa memória discursiva “cristaliza uma repetição, que de tanto ser falada e re-dita, edifica a naturalização de um único sentido” (2003, p. 180). Entendo ser essa a razão, portanto, da consagração de tal interpretação, que se sobressai a outras.

Nesse viés,

⁴⁸ Em decorrência do nome, muito se acredita que esse seja o hino nacional da Hungria. No entanto, trata-se de um equívoco. O hino oficial húngaro é de autoria de Ferenc Kölcsey, do ano de 1823.

o *grund* simboliza, para os garotos, a sua amada terra natal (“haza”) ou reino (“*birodalom*”), representando, metaforicamente, a livre Hungria do futuro. Em suas imaginações, trata-se da sua *Alföld* (planície) urbana, um lugar aberto, sem fronteiras: “Ez jelenti számára a végtelenséget és a szabadságot” (20, 86-87). Na realidade, esse reino da liberdade é cercado por muros de pedra e uma cerca de madeira com apenas dois portões, mas nem os prédios de uma serraria nem as pilhas de madeira no local dificultam a sua abertura pois podem ser sempre encarados como florestas ou montanhas à beira da planície, ou durante a guerra, como uma fortaleza⁴⁹ (HALMESVIRTA, 1995, p. 23).

Ao passo que os aciona, colocando-os na (re)produção do discurso, essa memória é amparada por outros pré-construídos, causando o efeito ideológico de evidência e unidade do sentido durante a leitura. A atenção geralmente dada às cores em destaque no enredo, que vão em conjunto à leitura metafórica, apoia-se nesses elementos pré-construídos.

Conforme mostrei em capítulo anterior, as cores comumente passam a desenvolver um papel simbólico bastante considerável, que está diretamente relacionado ao verso extraído de *Nemzeti Dal* e se dá, também, pela memória. Isso porque, ao estar intrincada com a história, a língua passa a ser uma materialidade carregada de “já-sentidos”. É por essa razão, portanto, que a língua é “o espaço privilegiado de inscrição de traços linguageiros discursivos, que formam uma memória sócio-histórica” (PÊCHEUX, [1990] 2014, p. 146).

Sob essa ótica, a leitura do signo “vermelho” como, novamente segundo Horváth, a cor “da violência e do caos, assim como do sangue” (2016, p. 73), a cor do inimigo, está, portanto, presa a essas redes de memórias sócio-históricas que circundam sentidos, isto é, amarrada à memória social de toda uma sociedade. Da mesma maneira, estão atadas a esse “corpo de traços que formam memória” (PÊCHEUX, [1990] 2014, p. 146), as cores “vermelho e verde” e, posteriormente, “vermelho e branco”, que podem passar a reverberar questões nacionais na obra, justificando ainda a leitura metafórica do nacional, vale ressaltar. Sobre essas duas últimas duplas de cores, Tatasciore (2014) fala que é evidente o “jogo” que Molnár estaria fazendo com as cores das “duas nações rivais”: a nação húngara e a austríaca. Acredito que a autora se refira, nesse caso, à passagem para a monarquia dual, a Austro-Hungria, que aconteceu em 1867 — interpretação também possível pela obra, como já apontado, em concordância com Czékmány (2018). Tatasciore diz: “a ironia

⁴⁹ “The *grund* symbolizes for the boys their own beloved fatherland (“haza”) or realm (“*birodalom*”), representing metaphorically a free Hungary of the future. In their imagination it is their urban *Alföld*, an open plain without boundaries: “Ez jelenti számára a végtelenséget és a szabadságot” (20, 86-87). In actuality this realm of freedom is surrounded by stone-walls and a wooden fence with only two gates but neither do the buildings of a saw-mill nor the stacks of timber situated in the *grund* harm its openness since they can always be imagined as forests and mountains on the verge of plain, or during the war, as a fortress”.

é provavelmente endereçada à facilidade com que as necessidades contingentes forçam a mudar os destinos de nações inteiras”⁵⁰ (Ibid., p. 241).

Essa “evidência” de que fala Tatasciore é um efeito da ideologia, dando-se pelo trabalho da memória discursiva. É evidente para uma perspectiva de leitura, não para outras.

Ademais, a memória discursiva vai além do que Achard ([1983] 1999) chamou de reprodução, repetição em série. Como aponta Pêcheux, pela relação com a memória histórica, a memória discursiva é, também, transformação, já que, “sob o choque do acontecimento” (PÊCHEUX, [1983] 1999, p. 53), podem se materializar, na/pela memória, outros dizeres e saberes. Tem-se, então, a resignificação dos pré-construídos.

Ao estabelecer um paralelo entre as noções de memória discursiva e arquivo, sob a ótica da AD, Mittmann (2008) explica, também a partir de Pêcheux (1997), tal possibilidade de quebra e de transformação na memória:

a relação da memória com o acontecimento, na forma de confronto, tanto leva à regulação como permite a desregulação [...]. Assim, a memória funciona como um estofamento que dá suporte ao novo discurso, que o sustenta, acomoda e conforta, isto é, conformiza. A interpretação – seja no processo de produção, seja no de leitura – só ocorre por causa da conformidade ou conformização da memória. Se a memória tem esse caráter de estar já ali, com um efeito de estar à espera pela chegada do novo discurso, por outro lado, ela também tem um caráter de mobilidade [...]. Assim, pela relação com o acontecimento, isto é, pela chegada do novo discurso, a memória pressupõe sempre deslocamentos: o mesmo estofamento que usei como exemplo anteriormente precisa remodelar-se diante do impacto desse acontecimento, para melhor absorvê-lo e acomodá-lo. Remodelação essa que não se dá de forma pacífica, mas conflituosa, já que o que a motiva e, portanto, o que a constitui e caracteriza é um jogo de força [...] há desestabilização, em virtude da relação intrincada com o acontecimento, e também há estabilização, em virtude da absorção e acomodação desse acontecimento. [...] A memória, na profundidade, no estofamento, está em constante movimento, enquanto que na superfície, na capa, ocorre o efeito de estabilidade. (MITTMANN, 2008, p. 117-119).

No que diz respeito à repetição e à transformação em *A Pál utcai fiúk*, é possível dizer que: em primeiro lugar, sob a leitura metafórica para com a(s) batalha(s) na luta pelo território, os efeitos de sentido que podem se dar pela cor vermelha enquanto simbólica da imagem inimiga partem, como já apontei, da memória discursiva atrelada à memória histórica a respeito da Guerra da Independência, de 1848-49, contra os habsburgos. Assim, os sentidos são sustentados pelos pré-construídos, já-ditos e já-sabidos, a respeito de tal revolução. Ou seja, nessa instância: vermelho-rivais-habsburgos.

⁵⁰ “L’ironia probabilmente è rivolta alla facilità con cui esigenze contingenti costringono a cambiare i destini di intere nazioni”.

Posteriormente, no entanto, a partir de um outro acontecimento histórico, surge a possibilidade de transformação semântica nessa rede, “levando a deslizamentos e ressignificações ao que já estava posto” (PAVAN, 2017, p. 161): falo do período de domínio soviético pós-guerra, na Hungria, que acarretou na Revolução húngara de 1956. A partir de então, a memória passa a possibilitar um outro caminho de interpretação para com a cor vermelha, reverberando a figura simbólica de um outro inimigo⁵¹: os soviéticos⁵². Acredito ser importante destacar que não vejo outra razão para tais relações que não seja a cor da bandeira “nacional”⁵³ de tais povos: tanto a bandeira austríaca quanto a bandeira soviética têm a cor vermelha como predominante.

Frente a isso, penso ser possível considerar a Guerra da Independência e a ocupação soviética/Revolução de 1956, respectivamente, como acontecimentos fundadores. Explico, na esteira de Nora, quando ele fala em lugares fundadores, instituidores de memória. Segundo esse autor, há certos “acontecimentos onde, no limite, nada acontece” — como foram os casos dos dois eventos citados acima, em que os húngaros foram derrotados e não tiveram seus objetivos alcançados naqueles momentos — “mas que são imediatamente carregados de um sentido simbólico e que são eles próprios, no instante de seu desenvolvimento, sua própria comemoração antecipada” (1993, p. 25).

Seguindo essa ideia, para o caso desta análise, penso que os lugares (fundadores) de memória não são exatamente os acontecimentos Guerra de 1848-49 e domínio soviético/Revolução de 1956, mas, sim, a materialização (o poema *Nemzeti dal*, de Sándor Petőfi, por exemplo), seja verbal, imagética, sonora etc., do que se falou/se fala deles. Isto é, seriam eles, os saberes (a cor vermelha simbolizando o inimigo, por exemplo), as narrativas a partir de perspectivas ideológicas sobre esses acontecimentos, que, pela repetição discursiva, foram se cristalizando na memória social e, nas palavras de Indursky (2011, p. 73), podem funcionar consolidando imaginários e tornando “possível este jogo de repetição discursiva que alimenta o que é memorável para um grupo social”. Diante disso,

⁵¹ Ou seja, ainda há uma certa regularização, pois se trata de um mesmo tipo de figura, o antagonista, o inimigo, mesmo que agora haja certos desvios semânticos.

⁵² Durante a minha apresentação sobre *A Pál utcai fiúk* na disciplina *Introdução à cultura húngara*, que cursei no primeiro semestre de intercâmbio, o professor deu seu relato enquanto húngaro que nasceu justamente nesse regime, dizendo que, para ele, a associação primeira, mais imediata, pela cor vermelha, na obra, era para com os soviéticos e não para os habsburgos. Isto quer dizer, sua interpretação está determinada pelas condições ideológicas e sociais de produção do período de leitura (tempo de ocupação soviética no país), inscrita em e identificada com saberes e dizeres específicos acerca do período.

⁵³ Justifico o uso de aspas pela problemática do termo, uma vez que se tratava de um reino e de uma união/estado cujos povos, em parte, não estavam de acordo em permanecer sob o comando de tais governos, o que pode não se caracterizar exatamente como uma nação.

acredito ser possível considerar o texto *A Pál utcai fiúk* enquanto um lugar de memória, representando/remetendo a saberes e dizeres, ecoando (em) imaginários — é importante lembrar que a obra é mantida até hoje nos currículos escolares da Hungria, assim como em outros países.

Nesse ângulo,

seus sentidos passaram a ser objeto de repetição e de repetição da repetição, até cristalizarem e, por conseguinte, regularizarem um conjunto de sentidos e saberes que discursivizaram esse acontecimento histórico. Tais saberes se organizam em redes discursivas de formulações que garantem o regime de repetibilidade destes saberes, sustentando, dessa forma, as redes de memória que sustentam o memorável (INDURSKY, *Ibid.*, p. 73).

Todavia, conforme as palavras de Mittmann (2008), que reiterei acima, o acontecimento pode ser banalizado, diluído pela memória.

Em direção oposta a essa, no entanto, está a repetição, a *reprodução*, que caracteriza muito um outro tipo específico de memória, a memória de arquivo, cujo funcionamento observo pelo trabalho de manutenção de um discurso nacional em *A Pál utcai fiúk*.

Pavan, com base em Orlandi (2010), diz que a memória de arquivo é o efeito das construções arquivísticas e se caracteriza pelo acúmulo, pela saturação, tendendo mais à paráfrase e menos à transformação do que a memória discursiva.

Os saberes comuns no que concerne ao nacional, geralmente, vão ao encontro dessas especificidades da memória arquivística, que, ainda conforme essa autora,

produz a impressão de totalidade e de completude. [...] parece não haver nada sobrando e nem faltando, esse é o efeito produzido por esse tipo de memória. Conforme afirma Romão et al. (2011, p. 14), o arquivo apresenta-se ‘sob o efeito de evidência, que faz com que o gesto de consolidar um certo saber sobre uma questão seja tomado como aquilo que há para saber sobre ela’ apagando-se ‘a própria noção de ‘gesto’ de constituição de arquivos, que se dá sempre a partir de um lugar, por e para sujeitos [...]’ (PAVAN, 2017, p. 164).

Ainda que eu não pretenda me abster, aqui, em quais seriam as possíveis razões para a manutenção desses discursos nacionalistas por acreditar que trabalhar AD não siga exatamente esse caminho, ou simplesmente por questões de objetivo analítico, considero importante pontuar que eles trabalham em resistência à globalização, ancorando-se em lugares de memória, provavelmente na tentativa de preservação da ilusória homogeneidade e/ou hegemonia cultural, linguística ou social, pois “menos a memória é vivida do interior, mais ela tem necessidade de suportes exteriores e de referências tangíveis de uma existência que só vive através delas” (NORA, 1993, p. 14). O autor vai além e diz que se o

que eles, os lugares de memória, “defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis”⁵⁴ (Ibid., p. 13). Ou seja, se o que os saberes e dizeres nacionalistas buscam sustentar fossem naturalmente o real da história, não haveria a necessidade da criação de meios para a sua manutenção e conservação.

Isso posto, sob minha ótica, a obra de Molnár, ao dispor de discursos nacionalistas em sua constituição, sendo considerada até mesmo, como venho insistentemente retomando, enquanto uma metáfora de determinados períodos da história nacional — narrativa(s) que tende(m) à fixação/saturação —, pode fazer parte desse sistema de manutenção arquivístico, que, como apontou Pavan, visa à paráfrase, à estabilização e conservação de determinadas possibilidades de dizer, tendendo à cristalização de certos imaginários. Parafraseando a autora, faz-se possível dizer que são, pois, esses sentidos cristalizados que retornam na narrativa de *A Pál utcai fiúk*, sendo retomados como ícones da cultura húngara, representativos da cultura nacional.

Mais uma vez conforme Nora (1993), esses lugares de memória “nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, [...] porque essas operações não são naturais”, ou seja, são “rituais de uma sociedade sem ritual” (Ibid., p. 13). Assim, pontua Indursky, que também parte desse autor: são “traços vivos constituídos no entrelaçamento do histórico, cultural e simbólico”, apresentando-se “sob a forma de objetos, instrumentos, instituições, documentos” (2011, p. 71). Nora os classifica, ainda, de acordo com três sentidos para com “lugar”: material, “por seu conteúdo demográfico”; funcional, “por hipótese, pois garante, ao mesmo tempo, a cristalização da lembrança e sua transmissão”; e simbólico “por definição visto que caracteriza por um acontecimento ou uma experiência vividos por um pequeno número uma maioria que deles não participou (NORA, Ibid., p. 21-22).

Portanto, a referida obra de Molnár pode servir como um desses pontos de ancoragem, isto é, como lugar de apoio, suportando e sendo suportado, a essas determinadas memórias históricas para a Hungria, reverberando e (a)condicionando, possivelmente, um discurso patriótico, nacionalista. Faço essa afirmação novamente sob os moldes de Nora (Ibid., p. 23), que expôs um cenário semelhante ao de *A Pál utcai fiúk*,

⁵⁴ Penso que esse fenômeno é bastante comum nas condições de produção atuais, principalmente em determinados Estados, dentre os quais, destaca-se a Hungria.

apresentando o caso de *Tour de la France par deux enfants*, que, segundo o autor, assim como *Petit Lavisse*, “formou a memória de milhões de jovens franceses”, sendo, além disso, “o inventário do que é preciso saber sobre a França”. Ele acrescenta que, desde 1877, quando surgiu, “*Le Tour* esteriotipa uma França que não existe mais e [...] tira sua sedução de um sutil encantamento pelo passado”. Por essa razão, trata-se de um “livro para crianças cujo sucesso se deve, em parte, à memória dos adultos, como sempre”.

3.1.2 As capas como espaços de memória

Nesta seção, retomo o recorte das cores para dar prosseguimento à discussão, recorrendo, desta vez, a uma materialidade imagética para a análise: capas de algumas edições publicadas tanto do texto de partida quanto de edições de traduções. Isso é possível já que, conforme Pêcheux ([1983] 1999, p. 51), a imagem, assim como o texto verbal, é atravessada e constituída por discursos, isto é, ela é tomada enquanto espaço de operação da memória, materialização de processos parafrásticos e polissêmicos.

Nas ilustrações que, aqui, analiso, certos traços discursivos, constituintes da materialidade imagética, podem vir a remeter a já-sabidos, a espaços de memória comuns ao (viés hegemônico e nacional do) corpo social/cultural húngaro.

Além disso, comentarei sobre algumas cenas retratadas nas imagens.

Faz-se necessário, também, antes de partir para a análise, justificar os meus recortes fazendo referência ao que Indursky (2012) denomina como *ponto de ancoragem pictórico* – aquilo que cativa, prende⁵⁵, por primeiro, a atenção do leitor/espectador na leitura de uma imagem. O que chama minha atenção, constituindo meu trajeto de leitura sobre as capas aqui presentes, são, primeiramente, as cores usadas nas ilustrações, e, posteriormente, as cenas do enredo escolhidas para comporem as figuras. Dessa maneira, postulo, assim, duas instâncias de análise, que conduzem os meus recortes: a primeira em relação às cores, que constituem paráfrases, devido à repetição dos tons vermelho e verde, principalmente; e a segunda em relação às cenas e recorrência de alguns elementos que as compõem, como muros e bandeiras.

Também justifico o acréscimo de edições da tradução em alemão nessa etapa do trabalho chamando a atenção tanto para elementos das imagens que indicarei no decorrer

⁵⁵ Como há de se imaginar, esse ponto irá variar para cada leitor, dependendo de seu *background* de leitura — isto é, de sua história de leitura, como postula Orlandi (2008) —, das redes de memória que o atravessam, das suas posições sociais e ideológicas, assim como das condições de produção em que se dá a leitura.

desta análise quanto pela importante relação histórica entre esses dois povos e esses dois idiomas — húngaro e alemão — no período de publicação do texto de partida, *A Pál utcai fiúk*, bem como no contexto histórico em que se passa a narrativa⁵⁶. Além disso, visando mostrar uma ruptura com as demais figuras apresentadas, acrescento uma imagem de divulgação da peça teatral baseada na versão polonesa da obra.

Sendo assim, compõem, essencialmente, esta parte da presente análise:

- capas de duas edições do texto de partida, *A Pál utcai fiúk*, de autoria de Ferenc Molnár, em húngaro, dos anos de 1934 e de 1966;
- capas de seis edições da tradução de Paulo Rónai para o português brasileiro, *Os meninos da rua Paulo*, dos anos de 1964, 1965-1970-1971, 1979, 1990-1993, 2003 e 2005;
- capas de duas edições da tradução de Louis Rittenberg para o inglês norte-americano, *The Paul Street Boys*, dos anos de 1927 e 2018;
- capa de uma tradução de Marcelino Andres de Orbók para o espanhol europeu, *Las raices del árbol*, do ano de 1945;
- capas de três edições da tradução de Edmund Alkalay para o alemão, *Die Jungen der Paulstrasse*, dos anos de 1910, 1928 e 1952;
- imagem de divulgação da peça teatral *Chłopcy z placu broni*, realizada na Polônia, em 2018 – adaptação da tradução polonesa.

De acordo com Achard ([1983] 1999), no trabalho da memória discursiva, não há necessariamente restituição de frases escutadas no passado. Isto é, não há a retomada/reformulação exata de uma estrutura, de uma materialidade, mas sim uma paráfrase, um (re)acionamento de sentidos. Diante disso, partindo dos pressupostos de que "há locais de memória porque não há mais meios de memória" (NORA, 1993, p. 7) e de que a repetição faz o discurso, conforme Courtine e Marandin ([1981] 2016), retomo a questão das cores possivelmente simbólicas, vermelho, verde e branco, expondo algumas imagens das capas.

Nos exemplos abaixo, é possível observar, pela regularidade do uso das cores vermelho, verde e branco, pré-construídos possivelmente sendo, mais uma vez, acionados pela memória discursiva e mobilizando uma memória social. Assim, esses elementos nas

⁵⁶ Devido ao domínio Habsburgo, nesse período, pós-Revolução de 1848-1849, o alemão era o idioma estrangeiro mais falado no território húngaro.

ilustrações também se sustentam no “dizer cristalizado pelas práticas discursivas, que faz ecoar um sentido que circula na memória social” (INDURSKY, 2011, p. 81), ou seja, que mobiliza saberes cristalizados no histórico: neste caso, os dizeres sobre o(s) duelos(s) de 1848 e/ou de 1956.

Abaixo, é possível observar que as cores estão sendo usadas tanto nas bandeiras hasteadas, caso das capas 1, 2, 6 e 9, quanto nas vestimentas das crianças, vide capas 1, 2, 5, 6, 7, 8, 9 e 10.

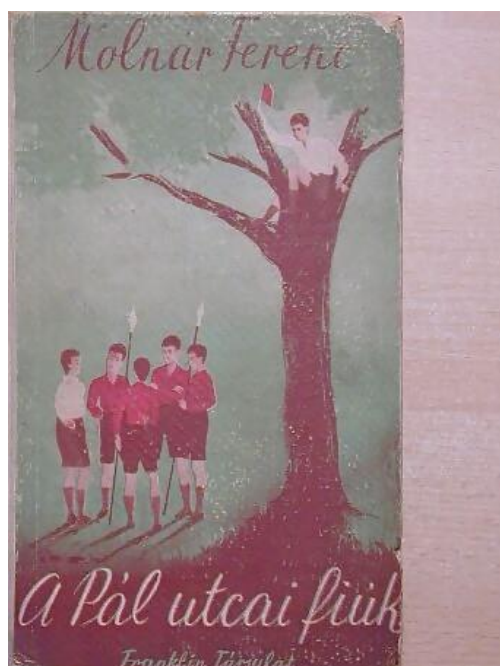


Figura 1: A Pál utcai fiúk - 1934

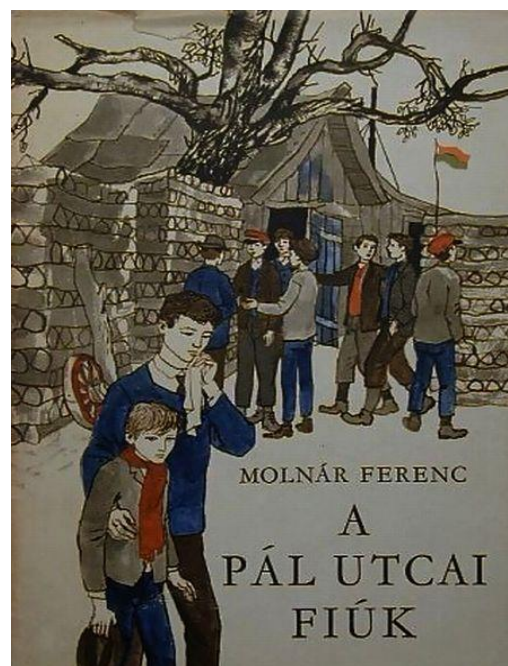


Figura 2: A Pál utcai fiúk - 1966

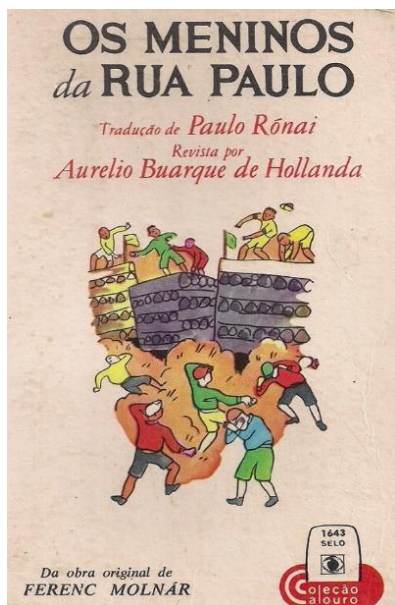
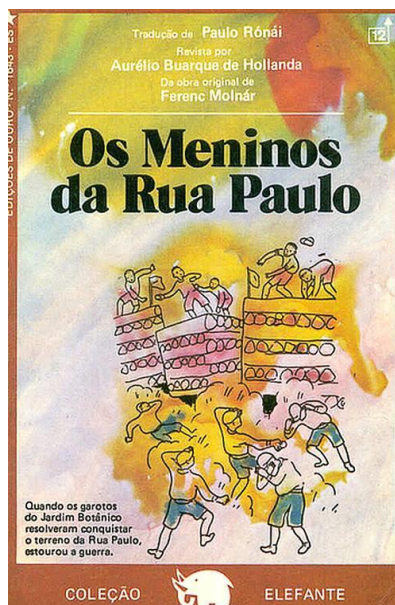
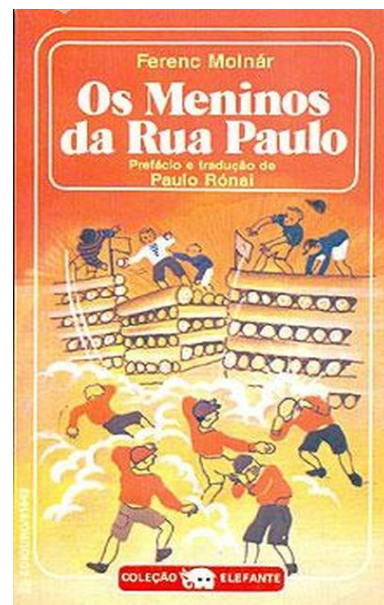


Figura 3: *Os meninos da rua Paulo* – 1965_1970_1971



1979



1990_1993



Figura 6: *Os meninos da rua Paulo* - 2003



Figura 7: *Os meninos da rua Paulo* - 2005

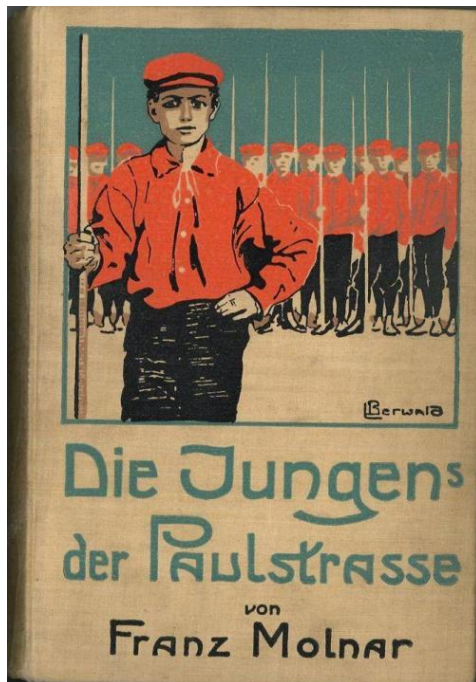


Figura 8: *Die Jungen der Paulstrasse* - 1910

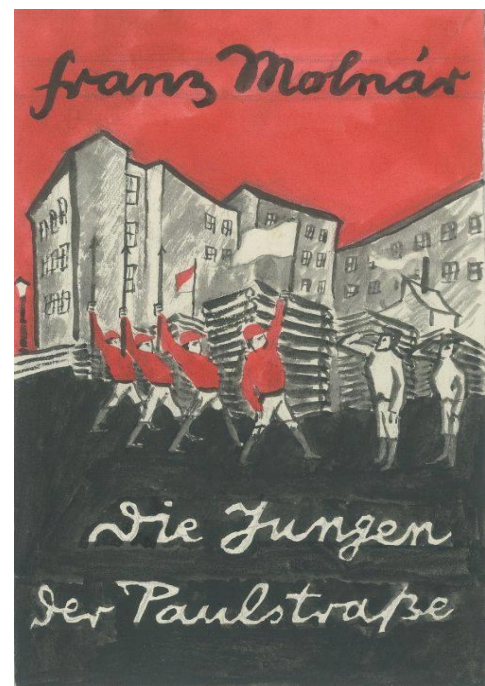


Figura 9: *Die Jungen der Paulstrasse* - 1928

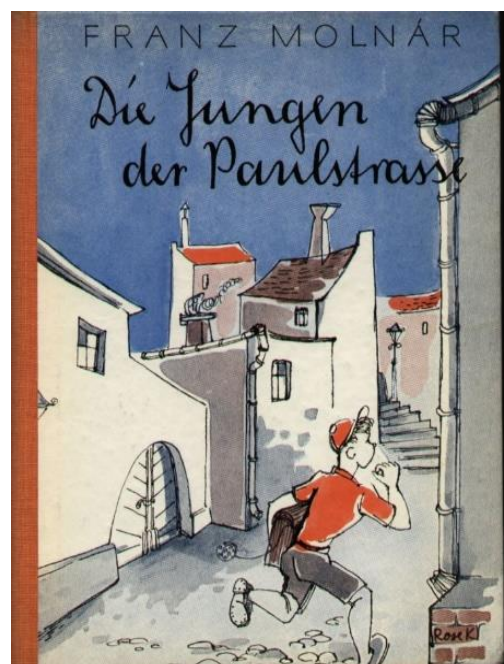


Figura 10: *Die Jungen der Paulstrasse* - 1952

Tal regularidade de cores decorre, possivelmente, das associações simbólicas viabilizadas pela memória, como já expus anteriormente, e materializa traços discursivos que retomam sentidos, isto é, que podem remeter ao espaço de memória das grandes batalhas húngaras, dos duelos em defesa do território magiar.

Assim, ao se tomar a história de *A Pál utcai fiúk* como uma metáfora (de uma representação hegemônica) da história da Hungria e as cores, nas capas, como “*o ponto de ancoragem pictórico principal*, que captura o olhar e *conduz* o processamento da leitura/interpretação dos demais pontos de ancoragem pictóricos presentes” (INDURSKY, 2015, p. 291 — grifos meus), é possível, conseqüentemente, atribuir-se valores aos demais elementos das imagens, conferindo, por exemplo, os papéis de antagonistas e de heróis a determinados componentes das figuras. Isto é, pelo trabalho da memória discursiva, o funcionamento simbólico das cores pode regular outros traços que figuram as capas.

Na reedição de 1990-1993, capa 5, é possível se atribuir os papéis de antagonistas aos meninos mais embaixo na imagem devido ao tom de suas camisetas, restando aos outros, por consequência, a atribuição de heróis, os da rua Paulo. Em relação a essa, as capas 3 e 4 diferem justamente devido às cores. Na capa 3, os tons se misturam, e um garoto de vermelho figura em cima da plataforma de ataque, lugar não ocupado pelos *camisas-vermelhas* na imagem 5. Na capa 4, o que chama a atenção é justamente a não definição de cores dentro dos traços, suspendendo esse viés da memória.

As cores também se ressaltam nas capas 8, 9 e 10, edições da tradução alemã. O curioso, neste caso, é o papel de destaque ocupado pela cor vermelha. Na imagem 8, só há *camisas-vermelhas*, enquanto que, na capa 9, os *camisas-vermelhas* se sobressaem em relação aos garotos à direita, “brancos”, ou “sem cor”, hasteando suas bandeiras, branca, mais à frente, e vermelha com branco — cores da bandeira austríaca —, mais ao fundo. É interessante apontar que, ainda nessa figura, os meninos “sem cor”, à direita, recebem os outros em pose de comando militar de sentido. Na capa 10, apenas um menino, de *camiseta e boné vermelhos*, figura a imagem.

Acredito ser interessante atentar, aqui, para o fato descrito por Lukacs a respeito da relação conflituosa entre húngaros e alemães, poucos anos antes da publicação de *A Pál utcai fiúk*. Segundo o autor, no fim do século XIX, muitos alemães povoavam a atual Hungria e divergiam do povo magiar quanto à unificação das, até então oficialmente separadas, cidades Buda e Peste. Além disso, os alemães eram seguidores dos recentes “dominadores” dos húngaros, os Habsburgos, contra quem lutaram na Guerra de 1848: “no

século XVIII, a maioria das pessoas em Buda e em Peste falava alemão” (2009, p. 90). Isso porque, conforme apontei no primeiro capítulo, o povo húngaro foi submetido a uma “germanização” forçada, durante o século dezoito, por estar sob tal domínio, tendo o alemão como idioma oficial em seu território até 1844. Os alemães representavam, assim, a porção “antinacionalista da Hungria, com suas inevitáveis ligações com os Habsburgo” (Ibid., p. 93).

Em tempo, sobre os elementos que compõem as imagens, a defesa do território se apresenta em diferentes formulações: meninos segurando bandeiras; meninos do lado de dentro do muro, *no* território etc.

Passo, agora, à segunda instância de análise, em que me proponho a analisar as cenas retratadas em algumas capas. Antes, porém, gostaria de frisar, novamente, que não procuro, aqui, desvendar possíveis intenções “por trás” do que ilustradores e editores fizeram nas capas em questão. Penso, na verdade, que isso nem possível seria, já que, de acordo com Fernandes (2015, p. 94 — grifos meus), “as amarras da imagem deixam lacunas ou brechas para a inserção do sujeito que a interpreta. Essas lacunas são próprias da *incompletude da materialidade significativa que não apreende o real*”. Assim, busco, na verdade, observar o funcionamento estrutural da memória, isto é, certos já-sabidos que possam vir a regular os efeitos de sentido sob as (formas das) materialidades significantes.

Certamente, a escolha do que irá ilustrar a capa de uma obra pode depender de diversos fatores, como o contexto social e cultural em que se dá a publicação, algum caso de censura, a influência da editora, que, geralmente, visa determinado(s) tipo(s) de público(s) etc. A capa tem a função de atrair o leitor, mobilizando, comumente, elementos relacionados ao tema e/ou ao conteúdo do livro e gerando, conseqüente e inevitavelmente, efeitos de sentido.

Ao se tratar de uma leitura, uma interpretação, um gesto de (re)produção de “novos” discursos, em condições de produção diversas, as traduções acabam por possibilitar variedades no que diz respeito aos componentes das capas, introduzindo a polissemia no que vinha sendo paráfrase. Tomada como texto, a capa também funciona como suporte para materialização do(s) discurso(s), terreno do(s) sentido(s), que partem de leituras diversas. A memória discursiva trabalha, aí, estruturando, como diz Pêcheux, determinados (os autorizados pela FD em questão) *já-sabidos e já-ditos, pré-construídos selecionados por ela do interdiscurso*, que vão estabelecer a “evidente” carga semântica do texto (da capa) em questão. Ou seja, tem-se que a memória discursiva, que, assim como

determina, é determinada pela FD, seleciona, do interdiscurso, apenas aquilo que a FD, pelo controle da forma-sujeito, o Sujeito universal daquele domínio, a permite selecionar. Assim sendo, as interpretações dos sujeitos diferem no momento em que eles ocupam posições-sujeito desiguais na mesma ou em diferentes FDs. E é exatamente isso que é possível de se observar em algumas capas de traduções de *A Pál utcai fiúk*, casos 11, 12, 13 e 14:



Figura 11: *Os meninos da rua Paulo* - 1964



Figura 12: *Las raíces del árbol* - 1945

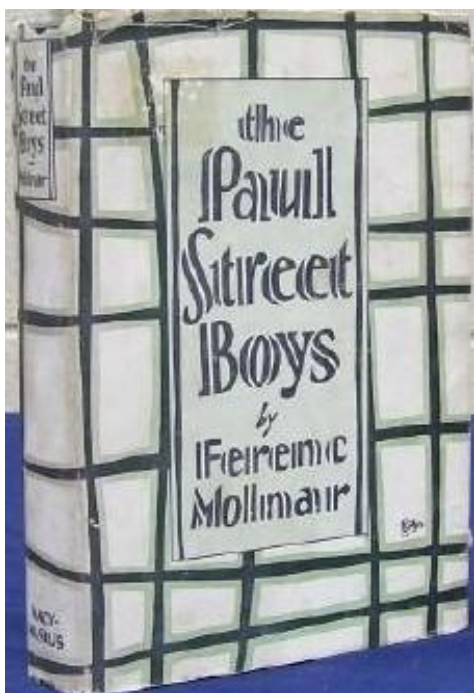


Figura 13: *The Paul Street Boys* - 1927

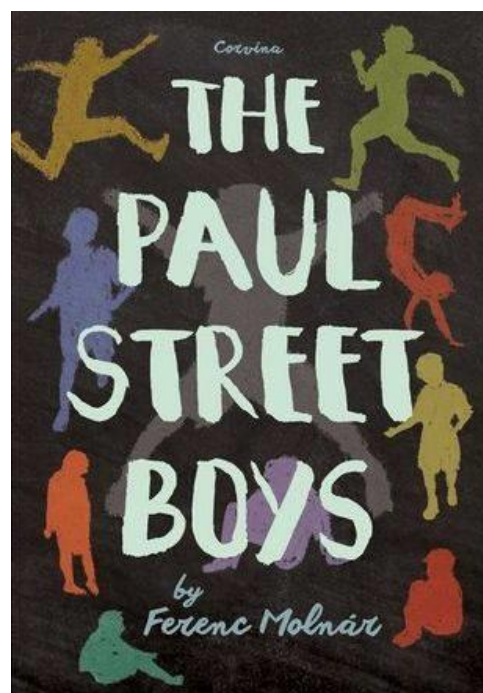


Figura 14: *The Paul Street Boys* - 2018

Como visto nas primeiras capas apresentadas, 1-10, a maioria delas retrata figuras de duelos, guerra, imagens de conflitos em meio a bandeiras etc. Essa é uma regularidade não só nas capas das traduções específicas aqui apresentadas, trata-se de uma repetição comum na apresentação do livro, de modo geral. No entanto, algumas outras, casos das imagens 11-14, causam uma ruptura com tal regularidade, suspendendo, em primeiro momento, a remissão à batalha central do enredo da obra. Uma quebra na cristalização que vinha se instaurando/sendo instaurada. A transformação na repetição, próprio do discurso, como já posto.

Na capa 11, observam-se três figuras cujos traços remetem à imagem do corpo humano. A primeira, mais à frente, no entanto, tem seus traços faciais desfigurados e o resto do corpo imerso no rio. A segunda, como se vê, é apenas uma sombra, que se diferencia pelo tamanho em relação ao terceiro personagem, mais atrás, e se assemelha pelo instrumento na mão, que remete ao formato de uma lança. O terceiro personagem, por sua vez, ao meu ver, assemelha-se à imagem de um nativo americano, com cabelo até os ombros e virado de costas para o leitor⁵⁷.

⁵⁷ É interessante observar tal capa justamente em uma tradução realizada em um país comumente associado à imagem nativa/indígena como o Brasil.

No entanto, ao se tomar conhecimento acerca do enredo da obra, sabe-se que, em determinada passagem, é dito que, ao visitarem o espaço dos inimigos, no Jardim Botânico:

[...] Boka tropeçou em alguma coisa. Curvou-se e apanhou-a. Os dois juntaram-se a ele, e à luz fraca do crepúsculo constataram que era um *tomahawk*, isto é, uma espécie de machadinha, usada pelos índios segundo o testemunho dos romances. Talhada em madeira e coberta de papel de estanho, aquilo reluzia nas trevas de maneira impressionante. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 67-68).

Em sua análise das inúmeras traduções italianas de *A Pál utcai fiúk*, Tatasciore (2014, p. 248) afirma que esse “apelo indireto” à figura dos índios contribui na construção do *grund* enquanto “terra da aventura”, representando também o infinito e a liberdade.

Vejo essa cena como a que pode estar sendo remetida na capa 11. A ideia de conflito ainda ecoa, porém, a simbologia das cores se dissolve, se apaga, dando espaço a outros sentidos possíveis.

No caso da capa 12, há a alusão a outra passagem do enredo: a doença e consequente morte de Nemeček, herói da história. Nesse caso, observa-se ainda o contraste de cores quentes, remetendo ao vermelho, ao bordô e ao sépia, com cores frias. Mais uma vez, gostaria de retomar o que expus anteriormente a partir de Pêcheux ([1983] 1999): decorrente do histórico, a memória, além de repetição, faz-se, também, transformação. Ou seja, outros sentidos podem tomar força. Sendo assim, a capa da tradução espanhola parece se voltar para o desfecho trágico⁵⁸, destacando, em vez do heroísmo dos duelos, a consequência dramática da guerra, a morte.

Essa desestabilização da repetição (capas remetendo à, até certo ponto, vitoriosa⁵⁹ batalha dos meninos da rua Paulo, usando as cores vermelha e verde) é observada também nas capas 13 e 14. Nesses casos, aponto para o que, a partir de Venuti (1996), considerei em trabalho anterior (MONTEIRO, 2018) como domesticação na tradução estadunidense. Isto é, reafirmo, aqui, ao analisar as capas, a tendência à dissolução dos traços culturais e/ou simbólicos do texto de partida no texto norte-americano.

Ademais, chamo a atenção para o caso da capa 7 que, apesar de se manter nas regularidades no que diz respeito às cores, pode vir a produzir rupturas e a transformar, ao

⁵⁸ Em outras capas, como as da edição de 1983 da tradução turca e as das edições de 1953 e 1955 da tradução italiana, traz-se a imagem de Nemeček, já debilitado, sendo carregado nos braços de uma mulher que, sob minha leitura, parece sua mãe. As edições de 1956 e 1995, também da tradução italiana, trazem a figura de Nemeček, no chão, desfalecido, no que parece ser o velho terreno *grund*.

⁵⁹ A vitória na batalha é apenas na ficção, pois, como já falado, os húngaros foram derrotados pelos Habsburgos em 1848-49.

expor a imagem de uma menina como um dos elementos componentes da figura. A partir disso, nesse caso, inclusive o sentido do título da tradução pode deslizar, uma vez que a neutralização de gênero, na língua portuguesa, dá-se pela forma masculina. Logo, “meninos”, com o suporte da referida capa, pode abarcar, também, “menina(s)”. No entanto, há ainda o contraste do lugar ocupado pela menina, que está olhando de “fora” para o espaço dos meninos (o que vai de acordo com o papel secundário ocupado pelas poucas mulheres mencionadas no romance), que, diferentemente, mantém a regularidade de estarem quase sempre do lado de dentro do muro, protegendo o território.

O penúltimo exemplo, figura 15, não diz respeito exatamente à capa de um livro. Trata-se, na verdade, da imagem de divulgação da peça teatral adaptada a partir da tradução da obra, na Polônia, em 2018.

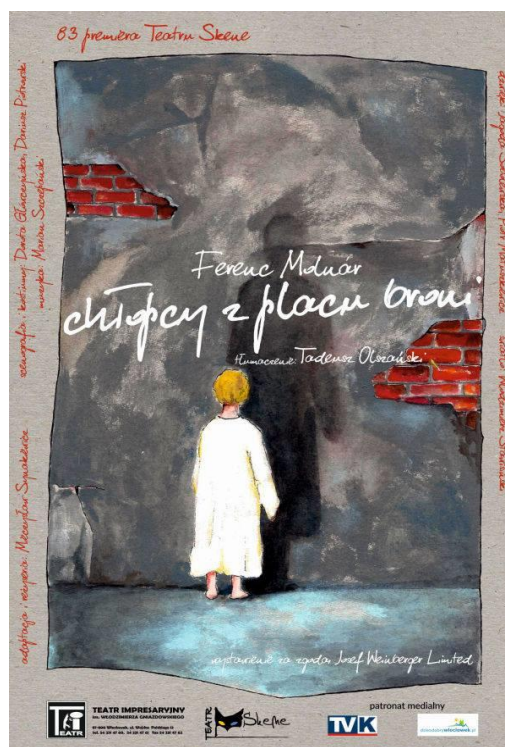


Figura 15: Imagem de divulgação da peça teatral de *Chłopcy z placu broni* - 2018

É possível se deparar, nesse caso, com algumas distinções em relação às ilustrações aqui já exibidas. Isso porque, valendo-me, mais uma vez, das palavras de Indursky (2011, p. 78), “a imagem também materializa um outro discurso. E esse novo discurso coloca os sentidos à deriva, rumo a outras redes de memória”.

Primeiramente, os tons, de modo geral, são mais escuros, contrastando com a palidez da figura do menino, que veste apenas branco enquanto encara a parede, que, por sua vez, reflete a grande sombra do pequeno garoto. Ali, parece se projetar, atendendo-se ao que se assemelha a um chapéu, na sombra, os contornos da figura de um soldado.

Penso que esses elementos podem estar em conformidade com a memória que direciona à leitura apontada por Czékmány (2018), que mencionei previamente: a de transição jovem-adulto, menino-herói.

Essa ruptura na regularidade é possível pois “o memorável é bastante heterogêneo e não corresponde a uma única formação discursiva. Ele aponta para diferentes regiões do interdiscurso” (INDURSKY, 2011, p. 80). No presente caso, no entanto, não acredito se tratar de uma outra FD propriamente. Essas transformações não chegam a causar tensões na FD em que essa(s) memória(s) se encontra(m). Em minha perspectiva, a transformação, nestes casos, está relacionada, de fato, com a tradução — o que vou explorar em outro capítulo, mais à frente.

Portanto, a imagem em sua composição, enquanto texto, muito pode estar ancorada nas memórias discursivas, estabelecendo enlaces com “redes discursivas imagéticas, situadas no interdiscurso” e, por consequência, construindo as “redes de memória” (INDURSKY, 2015, p. 290).

Além disso, peço licença para fazer um acréscimo e estabelecer um paralelo com uma outra imagem, uma outra capa, desta vez da edição de 1957 da revista norte-americana *Time*, que elegeu, como *man of the year* (o homem do ano), o revolucionário libertário húngaro de 1956 de uma forma geral.

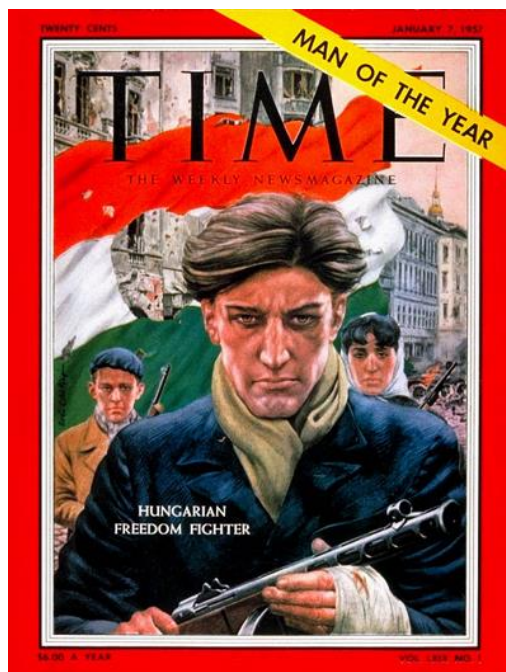


Figura 16: Revista *Time* – jan. 7, 1957.

Trago essa outra figura, em primeiro momento sem relação com o tópico sobre o qual aqui discuto, pois alguns elementos que a compõem lembram muito aqueles das capas que já venho expondo aqui. Além disso, esses elementos da imagem que estampa a *Times* parecem “conversar” de forma bastante similar àqueles que apontei nas capas de *A Pál utcai fiúk* e de suas traduções, funcionando pelo trabalho de uma mesma memória, remetendo a um mesmo lugar. Isto é, assim como nas outras imagens, a da *Time*⁶⁰ é constituída por homens-meninos (o que parece incluir uma mulher, à direita, assim como na capa da edição de 2005 de *Os meninos da rua Paulo*, figura 7), rostos tensos, apreensivos, dispõe das três cores (vermelha, branca e verde), armamentos.

Dessa forma, por meio da exposição de mais essa figura, faz-se possível observar que o acionamento dessa memória discursiva, que mobiliza pré-construídos sobre guerras e revoltas daquele país, é uma regularidade, uma repetição, que, por sua vez, como já colocado (COURTINE E MARANDIN [1981] 2016), faz discurso.

Sob minha ótica, portanto, esses são os elementos materiais, textuais, que podem vir a se manifestar para a realização do trabalho estruturante da memória nas capas. No entanto, outras leituras são possíveis já que a memória discursiva funciona regularmente

⁶⁰ Um fato interessante é que, no ano seguinte a esta publicação da *Time*, quem estampou a capa da revista, recebendo o título de *o homem do ano*, foi justamente o então líder soviético, Nikita Khrushchev, regime contra o qual os húngaros se revoltaram em 1956.

(pois afeta todos os sujeitos) nos caminhos irregulares (pois afeta diferentemente as distintas posições que esses sujeitos ocupam) de uma formação social.

As capas de (traduções de) um romance popular e consagrado como *A Pál utcai fiúk*, *bestseller* internacional, ao mesmo tempo em que, ao mobilizarem e se sustentarem em tais memórias, serem constituídas pela regularidade de determinados traços discursivos (as cores verde e vermelha, e as cenas de batalha, heróis etc.), são estruturadas por saberes cristalizados no corpo da memória social, acabam por contribuir, também, na cristalização desses. Ou seja, por meio da memória, esses elementos (re)cristalizam e são cristalizados, acionam e consolidam saberes coletivos, repetem e são repetidos... mas também transformados. Esses elementos, repito, tanto são *instaurados por* quanto “*funcionam como* lugares de memória e seus sentidos passaram a ser objeto de repetição e de repetição da repetição, até cristalizarem e, por conseguinte, regularizarem um conjunto de sentidos”. Assim, consolidam-se imaginários e garante-se o regime de repetibilidade destes saberes, “sustentando, dessa forma, as redes de memória que sustentam o memorável” (INDURSKY, 2011, p. 73).

Nas capas 11-14, observa-se a ruptura do que vinha sendo repetido, serializado. Minha hipótese é a de que, nesses casos, a transformação ocorre, principalmente, por se tratar de capas de traduções, que, por sua vez, dão-se em outras condições de produção, em outros corpos sociais, em que tais sentidos, cristalizados para o corpo social húngaro, não estão consolidados, nem há tais saberes de senso comum compartilhados com força para tal. Isso porque, sob a ótica da AD, os sentidos vão sempre depender da FD em que se dá a produção, circulação, leitura, tradução etc. Por isso, o sentido sempre pode ser outro. Por isso, há transformação no repetível.

Não digo com isso, porém, que esses discursos, caros a (simbólicos) aspectos históricos e culturais húngaros vistos aqui, possam se cristalizar, via repetição do memorável, apenas em/por capas de edições do texto de partida, na Hungria. As possibilidades irão depender das contingências nas quais se darão as traduções. Ainda que o sentido sempre possa deslizar, a tradução é, também, uma forma de resistência, um trabalho de (re)afirmação, de (di)usão cultural. Tradução é discurso.

Antes de partir para o próximo capítulo, em que buscarei discutir justamente as questões acerca do discurso com a tradução e a autoria, gostaria de fazer um último apontamento, precisamente sobre língua.

Seguindo na esteira de Tatasciore (2014), destaco, aqui, o plurilinguismo que compõe o enredo. Segundo essa autora, “Molnár já havia tentado representar a complexa realidade étnica da cidade de Budapeste no romance *Az éhes város*”⁶¹ (2014, p. 124), no entanto, *A Pál utcai fiúk* se faz capaz de também cumprir essa tarefa:

uma característica central do romance, seu *caráter plurilingue* [...] é a *expressão de um contexto sócio-cultural* preciso [...]. o plurilinguismo não é um tema central dentro da trama, mas sim uma maneira de escrever, ele *transmitirá sistemas de valores* [...].⁶² (2014, p. 112-113 — grifos meus).

Como principais exemplos, destacam-se os termos *einstand* e *grund*, ambos de origem germânica, o que mostra um dos aspectos sócio-linguísticos da época: o domínio da Áustria. O primeiro termo, “os rapazes transformaram-no numa declaração de escravização forçada” e isso “se visto do ponto de vista da relação da Hungria com a Áustria, tem uma forte conotação política”⁶³ (TATASCIORE, 2014, p. 133), expressando “as delicadas relações de autoridade e subordinação entre húngaros e austríacos”⁶⁴ (Ibid., p. 218).

A autora faz essas colocações partindo, também, da observação do uso do adjetivo *zűrzaravos* (confuso, caótico, bagunçado) na obra. No texto de partida, Molnár usou o adjetivo para caracterizar o modo como se encontrava a cidade enquanto as crianças deixavam a escola, logo no início do primeiro capítulo.

O portão despejava um magote de meninos que se espalhavam metade à direita, metade à esquerda, tirando o chapéu à passagem de um ou outro professor. Depois dirigiam-se para casa, cansados e esfaimados, pela rua banhada de sol. *Como outros tantos escravos, libertos de repente*, cambaleavam naquela abundância de luz e de ar, *ao retomar contato com a cidade viva, ruidosa, movimentada*, essa mistura *confusa* de carros, bondes de burro, ruas e lojas, que eles deviam atravessar para chegarem a casa. (MOLNÁR, [1952] 2005, p. 22 — grifos meus).

Ainda segundo a autora, esse termo se estenderia à caracterização linguística da cidade na época, já que, como apontei, cantarolava-se “uma melodia totalmente diversa da tocada pela pianola” (MOLNÁR, Ibid., p. 18).

⁶¹ “Molnár aveva già tentato di rappresentare la complessa realtà etnica della città di Budapest nel romanzo *Az éhes város*”.

⁶² “Una caratteristica centrale del romanzo, il suo carattere plurilingue [...] è espressione di un preciso contesto socio-culturale [...]. plurilinguismo non è un tema centrale all’interno della trama, ma è piuttosto un modo di scrittura, esso trasmetterà sistemi di valori [...]”.

⁶³ “I ragazzi lo trasformano in una dichiarazione di asservimento forzato e questo gioco, se guardato dal punto di vista del rapporto di sudditanza dell’Ungheria nei confronti dell’Austria, ha una fortissima connotazione politica”.

⁶⁴ “I delicati rapporti di autorità e subordinazione tra ungheresi e austriaci”.

Desde a ótica da AD, no entanto, essa pluralidade ou caráter multilíngue do/no texto não são só expressões ou representações de valores que viriam de um contexto, da exterioridade textual, mas, sim, e principalmente, marcas da ideologia e das relações de força e de sentido que encobrem historicamente as sociedades, marcas do discurso em seu meio de materialização, o texto.

A partir disso tudo, considerando o trecho supracitado, esse “caos” urbano e multilinguístico, penso ser possível observar outras referências discursivas em jogo. Ora, assim como o uso do adjetivo *zűrzavaros* é capaz de suscitar tais sentidos, o restante da construção linguística também pode vir a acionar pré-construídos, pela memória discursiva, acerca dos conflitos históricos/sociais. Conforme destaquei no trecho, as construções “como *outros tantos escravos, libertos de repente*” e “*retomar contato com a cidade viva*” podem ressoar a libertação dos húngaros do domínio otomano, sucedida com a ajuda dos Habsburgos, que seriam os novos dominadores. Isto é, ainda que em meio ao “caos” em que se encontrava seu território, tiveram um passageiro alívio, uma ilusão de liberdade já que, em seguida, teriam de voltar ao sacrifício, duelando contra a opressão e defendendo o seu campo.

Assim, tendo em vista a potencialidade simbólica de *A Pál utcai fiúk* — bastante discutida até aqui —, muitos aspectos têm de ser levados em conta a respeito de suas traduções, o que torna o romance um material instigante para análises.

Isso posto, a partir de agora, encaminho este trabalho para o seu último capítulo, em que será abordada a questão da tradução, juntamente com a noção de sujeito pelo viés pecheutiano, com aspectos teóricos sobre autoria.

4 TRADUÇÃO: (RE)VIABILIZANDO SENTIDOS

Com base no que aqui foi exposto até então, concebo o sentido enquanto não-estático, não-fechado, mas *discursivo*, intrincado a condições externas à língua enquanto sistema. Isto é, tomo o sentido como determinado pela ideologia, intrincado ao histórico, ao social e ao cultural. A partir disso, neste capítulo, buscarei abordar o discursivo no que se refere à tradução, considerando, sempre pela ótica pecheutiana, os principais fatores que esse fenômeno engloba: língua, sujeito, leitura, interpretação e autoria.

Historicamente, no âmbito das discussões teóricas acerca da tradução, há diferentes posicionamentos, divergentes perspectivas entre si. Filiada à perspectiva da AD, Mittmann (2003) apresenta um corte epistemológico, separando essas teorias em duas grandes vertentes: uma primeira, categorizada pela autora como “tradicional”, mais voltada à tradução enquanto mecanismo de transmissão e, conseqüentemente, mais inclinada ao ideal de decodificação e tradução literal; e uma segunda, que Mittmann denomina como “perspectiva contestadora”, que questiona os princípios “sistemáticos” e as ideias de literalidade e de fidelidade do primeiro nicho, concebendo o sentido enquanto plural por sua dependência às contingências em que ocorre.

Seguindo tanto Mittmann (Ibid.) quanto outros recentes trabalhos acerca da tradução pela perspectiva da AD, como Henge (2015) e Passini (2018), este trabalho se filia à segunda corrente, a contestadora, propondo e buscando diálogos que visem à tomada da tradução enquanto discursivamente polissêmica e do tradutor enquanto sujeito ideologicamente interpelado, (re)produtor de discursos, e, conseqüentemente, como autor — questão que será retomada e trabalhada mais à frente, em subseção —, e não como mero “transmissor neutro”.

4.1 TRADUÇÃO E DISCURSO PELA PERSPECTIVA DA ANÁLISE DO DISCURSO

Nesta seção, ao comparar a perspectiva de outras vertentes com a que vem se estabelecendo nos estudos de AD, buscarei traçar alguns aspectos que os últimos estudos sob ótica pecheutiana vêm discutindo sobre a tradução. Esta seleção de autores se dá em decorrência de que, ainda que com divergências, todas essas perspectivas se encaixam na

vertente contestadora e abordam a questão discursiva, opondo-se a qualquer concepção de neutralidade de tradução e/ou de tradutor.

O primeiro estudo que trago é o de Pym⁶⁵ (1992), *Limits and frustrations of Discourse Analysis in translation theory*, em que o autor aborda, entre outras perspectivas, a AD pecheutiana. Nesse texto, Pym levanta o questionamento sobre qual seria a definição para o discurso, necessária, segundo ele, na busca de compreender sua segunda questão: se texto de partida e texto de chegada, o traduzido, diriam respeito a dois ou a apenas um discurso. Referindo-se à (re)construção teórica de FD pela AD, Pym diz que essa noção “parece sugerir que qualquer tradução para outra unidade sociocultural deve entrar em outra formação discursiva, e assim, possivelmente, tornar-se um outro discurso. Mas não há exatidão quanto a essa questão”⁶⁶ (1992, p. 231). Mais adiante, ele assevera: “não há um consenso sobre se a tradução envolve um ou dois discursos”⁶⁷ (Ibid., p. 232).

Conforme mostrarei mais à frente, discordo da ótica de Pym, que, visivelmente incerto sobre sua colocação (“parece sugerir”), equipara a noção de FD a de um mero contexto em que, no processo tradutório, haveria a passagem de uma esfera contextual para outra. Assim, tentarei ilustrar, neste capítulo, que a FD está mais relacionada com domínios, relações e posições de força e de sentido em sociedade.

Desde a publicação do texto de Pym, contudo, alguns estudos abordando o traduzir já foram e vêm sendo realizados na vertente pecheutiana — Mittmann (2003), Henge (2015) e Passini (2018) —, não apenas apontando a fundamentação e a aplicabilidade da noção de FD, uma vez que é nela e a partir dela que os efeitos de sentido são instaurados, assim como é ela a esfera em que se pode apreender as diferentes posições ocupadas pelos sujeitos — o que inclui o sujeito tradutor, como irei expor mais à frente — em sociedade.

Como sustentamos no campo da AD, tomando o nível linguístico como o aspecto material do discurso, o texto de partida e o texto de chegada podem vir a manifestar dois discursos diferentes pela possibilidade de se darem em diferentes condições de produção, na mesma ou em distintas FDs — o que não necessariamente pode vir a ocorrer, como Pym menciona no trecho supracitado. Dessa forma, tanto texto de partida quanto texto de

⁶⁵ Gostaria de agradecer à colega de grupo de pesquisa Michele Passini pelas indicações de leitura sobre tradução.

⁶⁶ “[...] which would seem to imply that any translation that goes to another sociocultural unit must enter another discursive formation, and thus, possibly, become another discourse. But no one seems very sure about the point”.

⁶⁷ “There is no general consensus on whether translation involves one or two discourses”.

chegada podem ser produzidos a partir de uma mesma FD, mantendo os mesmos regimentos sobre o sentido, ainda que em línguas diferentes.

Henge (2015, p. 35), por sua vez, afirma que a tradução envolve *processos discursivos* diferentes, que, pela AD, são concebidos como processos de paráfrase, substituições — sustentadas pelas redes da memória discursiva — no âmbito de uma FD. Assim, a tradução configuraria um processo discursivo particular.

Dessa maneira, os estudos mais recentes sobre tradução em AD podem vir a contribuir muito para essas discussões teóricas, tanto fornecendo noções como a de FD quanto contribuindo “para a descrição e compreensão do processo tradutório, oferecendo elementos para a compreensão das relações em jogo na tradução” (PASSINI, 2018, p. 85).

Nesse caminho, aciono um desses elementos e proponho, aqui, estender o princípio de repetição (a partir de Achard, 1999) da noção de memória discursiva em AD para refletir acerca do traduzir. É possível estabelecer essa relação uma vez que, por mais que se reconheça a impossibilidade de “transferência total” de sentidos, acredito que a finalidade da maioria das traduções é tentar reproduzir um texto tomado como fonte, o texto de partida, buscando *repetir* (o que não significa uma imitação e, como irei expor a seguir, não tira a responsabilidade autoral do tradutor) e *refletir* (com as conseqüentes distorções e/ou refratações possíveis) seus efeitos semânticos em uma outra língua e para uma outra sociedade/cultura. No entanto, seguindo na esteira de Indursky, faz-se possível constatar o paradoxo dessa questão já que “se, por um lado, a repetição é responsável pela cristalização dos sentidos, por outro, também é a repetição que responde por sua movimentação/alteração” (2011, p. 74). Isso porque, segundo a autora, na possibilidade de serem (re)produzidos a partir de outras FDs, em outras CPs, os sentidos são postos à deriva, à movência.

Além disso, faz-se possível, inclusive, tomar a tradução de uma obra como um acontecimento para aquele texto; e, como já exposto, conforme Pêcheux ([1983] 1999), é pelo acontecimento que a desestabilização atinge a memória discursiva, que, por sua vez, é responsável pela sustentação semântica. Assim, desregularizações se tornam possíveis pelo acontecimento de uma tradução.

Em outras palavras, a tradução funciona, paradoxalmente, tanto na manutenção e sustentação quanto na transformação de discursos.

Por um lado, ela, a tradução, trabalha na efetivação do discurso, legitimando-o, ao promover alcance e acesso a ele, provendo capacidade de extensão à cristalização do dizer,

assim como, pela internacionalização daquele dizer, conferindo a ele a possibilidade de ascensão e prestígio (uma vez que nem todo ou qualquer texto é traduzido). Isto é, a tradução altera o *status* discursivo do texto de partida (PYM, 1992). Ainda que sob uma asserção debatível, é isso que, mais estritamente, Álvarez e Vidal também afirmam: “a tradução se torna, portanto, o ato que assegura a vida do texto e garante a sua sobrevivência. Longe de traduzir o puramente original, a tradução fornece vivacidade em um texto o trazendo à atenção de um novo mundo de leitores em uma língua diferente”⁶⁸ (1996, p. 6).

Por outro lado, democratizando e possibilitando uma circulação mais ampla ao(s) texto(s), o feito tradutório (termo de Henge, 2015) expõe os discursos a outras interpretações possíveis, que, por sua vez, são condicionadas pelas determinações ideológicas de recepção e de leitura cujas dimensões são incontroláveis. Em consequência, possibilita-se a desregularização e a transformação.

Dessa maneira, novamente de acordo com Indursky, “à força de serem repetidos e, em função das condições de produção em que essa repetição ocorre [...], os sentidos vão se modificando, se ressignificando, produzindo contra-discursos”, por isso “nem sempre reaparecem exatamente da mesma forma”. Em suma, a “regularização dos sentidos, decorrente de sua repetição, não impede a movência dos mesmos, ainda que em pequeno grau”. (INDURSKY, 2011, p. 76). Dessa forma, ratifica-se que os sentidos jamais deixam de ser *discursivos*, isto é, jamais são estáticos.

Posto isso, parto agora para a análise desta seção, em que buscarei ilustrar, através de *A Pál utcai fiúk*, o que foi exposto até agora, pontuando as diferentes historicidades entre línguas, assim como o funcionamento constitutivo da memória discursiva e a consequente transformação do dizer.

Os recortes abaixo são quatro passagens da referida obra de Molnár e suas respectivas traduções para o inglês, o espanhol e o português e retratam um interessante jogo linguístico que constitui o romance.

Como explicado em capítulo anterior, os dois grupos de meninos rivais na obra se identificam por cores predominantes: os meninos da rua Paulo, marcados pelas cores vermelha, branca e verde; e o grupo rival, os camisas-vermelhas. O que acontece, no entanto, é que em húngaro há, por assim dizer, dois tipos do que em português seria a cor

⁶⁸ “[...] translation therefore becomes the act that ensures the life of the text and guarantees its survival. Far from traducing the pure original, the translation injects new life blood into a text bringing it to the attention of a new world of readers in a different language”.

vermelha, *piros* e *vörös*, e cada uma delas identifica um dos grupos no texto de partida: a primeira é mantida somente para os protagonistas e a segunda somente para o grupo inimigo. Nas traduções, contudo, como ilustrarei a seguir, essa diferença se perde. Antes da exposição dos trechos, contudo, faz-se necessário entender a importância dessa distinção de tonalidades na língua magiar.

A questão da diferença entre *piros* e *vörös* já rendeu algumas discussões teóricas, dentre elas, a de Benczes e Tóth-Czifra (2014)⁶⁹. Segundo as autoras, a diferenciação carrega julgamentos baseados em valores segundo os quais *piros*, tomada como uma cor mais “viva” e clara⁷⁰ do que a outra, faria mais referência a conceitos positivos, enquanto que *vörös* a negativos⁷¹. Além disso, com base em Benkő (1967–1984), Bárczi (1994) e Zaicz (2004), as autoras acrescentam que o termo *vörös* deriva do substantivo *vér* e do adjetivo *vérés*⁷² (respectivamente, “sangue” e “sangrento”, em húngaro). Algumas concepções e tentativas de distinção são dadas: partindo de pesquisas prévias, as autoras dizem que *piros* tipicamente transmite impressões mais agradáveis, saudáveis, sóbrias e/ou maduras; *vörös*, por sua vez, seria mais profundo, quente, obscuro... “mais sinistro”, acionando, muitas vezes, conceitos como os de paixão, amor, sexo, luxúria, assim como os de guerras, de rebeliões e, ainda, do comunismo. “Vörös é mais adequado para significar o conceito de revolução, que quase sempre implica trauma, desastre e, conseqüentemente, morte. Piros, por outro lado, não é associado a esses conceitos devido ao fato de que é um tom mais brilhante”.⁷³ (2014, p. 144).

Ademais, *vörös* é associado com partes do corpo que podem ficar com tonalidade vermelha frente a emoções intensas como raiva e vergonha. Há nomes (a maioria) que só podem ser caracterizados com *piros*, enquanto outros apenas com *vörös*; além disso, por fim, há aqueles que aceitam ambos os adjetivos. Por isso, com base em Kiss e Forbes (2001), Benczes e Tóth-Czifra classificam ambas as cores como primárias.

⁶⁹ Ainda que proveniente de uma perspectiva bastante divergente à da AD, a Psicolinguística, justifico a menção a este estudo devido à forma clara com que as autoras explicam sobre as acepções que os termos em questão podem vir a ter na língua húngara – o que vem a ser bastante útil para o presente trabalho.

⁷⁰ A diferenciação com a cor bordô não se faz legítima nesse caso uma vez que ela existe separadamente em húngaro (*bordó*), além de *piros* e *vörös*.

⁷¹ É importante lembrar que essas conceitualizações, como de positivo e/ou negativo, pela perspectiva da AD, são vistas como problemáticas. Se trata de efeitos ideológicos de evidência. No entanto, como o intuito, nesse passo do trabalho, é apenas apresentar as acepções possíveis para com os diferentes termos na língua magiar, não me focarei em uma problematização sobre os termos.

⁷² Em decorrência de diferentes dialetos na Hungria, as vogais “ö” e “é” podem ser usadas intercambiavelmente.

⁷³ “[...] *vörös* is better suited to stand for the [concept of revolution, which nearly always entails injury, casualty, and hence death. Piros, on the other hand, is not associated with these concepts due to that fact that it is a brighter hue”.

É importante lembrar, neste momento, a teoria do *valor* do signo linguístico de Saussure. Conforme o *Curso de Linguística Geral* ([1916] 2012), o valor, que constitui um elemento da significação (que, por sua vez, está sob dependência do valor) faz parte de um sistema em que ele está “determinado por aquilo que o rodeia” (p. 163). Isto é, os valores emanam do sistema: o valor de um signo está determinado por suas relações com outros valores, caracterizando-se por ser o que os outros não são. Além disso, “*a coletividade é necessária* para estabelecer os valores cuja única *razão de ser está no uso e no consenso geral*” (p. 160 – grifos meus). Conforme mostrarei, através dos exemplos, a seguir, os termos *piros* e *vörös* parecem estabelecer seus valores, também, pela presença/ausência de *zöld* (verde), que vem sempre acompanhando *piros*, na obra: *piros-zöld* x *vörös*.

Dessa maneira, no caso desta análise, os valores de ambos os termos, *piros* e *vörös*, estão compostos numa relação de exclusão entre si e para com outros termos do sistema daquela língua, sendo o consenso social essencial em suas determinações. Somente desta maneira, faz-se possível compreender porque conceitos como “paixão” e “amor” (que, desde uma perspectiva do português-brasileiro, acredito poderem ser vistos como positivos) estão relacionados ao “tom negativo” de vermelho (*vörös*): fatores sociais e históricos determinando a língua.

Abaixo, seguem os recortes, compostos por sequências discursivas (SDs) do texto em cada língua.

	Recorte 1
SDH	A hadsereg katonás léptekkel ment el, és nemsokára eltűnt a farakások mögött, Gerébbel együtt. Épp akkor tűnt el az utolsó piros -zöld sapka, mikor a kapun zörgettek a követek. A hadsegéd ajtót nyitott nekik. Bejöttek. Mind a háromnak vörös inge és vörös sapkája volt. Fegyvertelenül jöttek, és Szebenics magasra tartotta a fehér zászlót. (p. 133).
SDI	The army marched off in true military fashion and soon vanished — together with Geréb — among the woodpiles. The last red -green cap disappeared just as there was a knock on the gate. The adjutant opened it and the enemy’s messengers entered. All three of them wore red shirts and red caps. They came unarmed, and Szebenics held the white flag high in the air. (p. 139).
SDE	El ejército se retiró con paso militar y no tardó en desaparecer junto con Geréb, tras los montones de madera. Acababa de ocultarse el último gorro verde y rojo , cuando los emisarios llamaron a la puerta. Les abrió el ayudante de campo. Los tres llevaban camisas y gorras rojas . Entraron sin armas. Sebenich mantenía en alto la bandera blanca. (p. 161).
SDP	O exército pôs-se em marcha e num instante desapareceu por trás das pilhas. Geréb ia entre os outros. Mal desapareceu o último boné vermelho e verde, os embaixadores bateram ao portão. O ajudante-de-ordens foi abrir. Os três entraram, de camisa e boné vermelhos . Vinham sem armas, e Szebenics trazia a bandeira branca desfraldada. (p. 170).

Quadro 1. Fonte: elaborado pelo autor.

No recorte 1, como pode ser visto, os textos não trazem nenhuma diferenciação para a tradução de *piros* e *vörös*. Nos recortes 2 e 3, que vêm abaixo, há, em alguns casos, termos distintos sendo usados na mesma tradução, não constituindo, todavia, como explicarei após as exemplificações, uma diferenciação regular e marcada para identificar os grupos de meninos rivais, como no texto de partida. Em tais casos, as materialidades parecem mais retratar usos aleatórios e alternados de sinônimos dentro de cada língua.

	Recorte 2
SDH	Nagy porfelhő kerekedett. Mikor egy-egy erődből elfogyott a bomba, marékkal dobták a száraz homokot. A telek közepén pedig, a sáncároktól alig húzlépésnyire toporzékolt, kavargott az egymásba keveredett két sereg, s a porfergetegből csak itt-ott villant ki egy vörös ing vagy egy piros -zöld sapka. (p. 156)
SDI	The result of this violent bombardment was a tremendous dust cloud. Wherever the boys ran out of bombs, they grabbed handfuls of dry sand and cast it at the enemy. In the centre of the ground, scarcely twenty paces away from the trenches, the two interlocked armies fought a frenzied battle; here and there a red shirt or a red-green cap flashed through the storm of dust. (p. 163).
SDE	Se levantó una tremenda nube de polvo. Cuando algún fortín había agotado sus bombas, la guarnición lanzaba puñados de arena seca. Y, en medio del solar, a unos veinte pasos escasos de la trinchera, peleaban los dos ejércitos confundidos, apareciendo, de vez en cuando, entre la nube polvorienta, alguna camisa roja o algún gorro verde y encarnado . (p. 190).
SDP	Agora tudo estava envolvido na nuvem de areia. Quando num dos fortes se esgotava o estoque de bombas, a guarnição jogava areia em pó a mãos cheias. No meio do terreno, a vinte passos apenas da trincheira, os dois exércitos se revolviam, se debatiam confundidos; por entre as nuvens de poeira só de vez em quando aparecia um boné vermelho e verde, ou uma camisa- vermelha . (p. 198).

Quadro 2. Fonte: elaborado pelo autor.

	Recorte 3
SDH	A zászló mellett, jobb lábát az erőd falára téve, állott fönn Áts Feri, a rettenetes Áts Feri, mindnyájuk ellensége, a fűvészkertiek vezére. Bő, vörös ingét lobogtatta a szél, [...] De mire a telekről visszanézett, már nem volt fenn a tetőn az Áts Feri vörös inge. Hanem a zászló is hiányzott az erődről. A kis piros -zöld zászlót, amelyet a Csele nővére varrt, magával vitte. (p. 24)
SDI	There he saw, standing beside the flag, his right foot resting on a rampart, Feri Áts — terrible Feri Áts — arch foe of the Paul Street Boys and leader of rival gang. His scarlet baggy blouse fluttered in the wind [...]. By the time Nemeček ventured to look back, Áts's crimson blouse was no longer in sight. Moreover, the banner atop the fortress had likewise vanished, Feri Áts carried off that bit of red-green bunting, which Csele's sister had swen. (p. 27).
SDE	Al lado de la bandera, con el pie derecho sobre el muro del fuerte, se hallaba Feri Ách, el terrible Feri Ách, el enemigo de todos, el jefe de los del Jardín Botánico. El viento hinchaba su amplia camisa roja , [...]. Pero cuando, desde el solar, miró hacia atrás, la camisa roja de Feri Ách ya no se hallaba en lo alto del rimero. También faltaba la bandera del fortín. Se había

	llevado la banderita roja y verde que había sido cosida por la hermana de Chele. (p. 31).
SDP	Perto da bandeira, o pé direito apoiado no parapeito, lá estava Chico Áts, o terrível Chico Áts, inimigo de todos eles, capitão dos rapazes do Jardim Botânico. O vento agitava-lhe a ampla camisa vermelha , [...]. Chegado ao grund, Nemecek virou-se, mas não viu mais a camisa vermelha de Chico. Entretanto a bandeira também tinha desaparecido. O inimigo levou a bandeirinha vermelha e verde, feita pela irmã de Csele, e sumiu-se entre as pilhas. (p. 41).

Quadro 3. Fonte: elaborado pelo autor.

A partir desses exemplos é possível se observar a dissonância entre as línguas, comprometendo linguisticamente a tradução do duo húngaro *piros* e *vörös* nos três outros idiomas. No recorte 1, em todas as traduções, os dois termos são traduzidos pelo mesmo vocábulo na língua de chegada, isto é, no texto-traduzido; no recorte 2, apenas na SDE, da tradução em espanhol, há a diferenciação (no entanto, usa-se o termo *roja* para caracterizar a camisa dos invasores, cor que já havia sido usada para se referir aos heróis, uma troca que não há no texto de partida); no recorte 3, apenas a tradução em inglês dispõe de diferenciações: *scarlet* (escarlate), *crimson* (carmesim) e *red* (vermelho). No entanto, nesse último caso, o acréscimo de um terceiro termo para os tons não parece sugerir uma tentativa de estabelecer qualquer marco simbólico em relação aos grupos de meninos, como pode vir a estar sendo feito no texto de partida.

Por meio desse exemplo, faz-se possível atentar para dois funcionamentos aqui já mencionados. Primeiramente, o trabalho de constituição do sentido da memória discursiva é visto na utilização de dois termos, como explicado, social e historicamente associados a: conceitos negativos, restringido a um número menor de combinações com outros termos, que é o caso de *vörös*; e, por outro lado, conceitos positivos, sendo concebido com um número mais amplo de formulações, que é o caso de *piros*. Isto se dá porque “nenhuma palavra é ‘neutra’, mas inevitavelmente ‘carregada’, ‘ocupada’, ‘habitada’, ‘atravessada’ pelos discursos nos quais ‘viveu sua existência socialmente sustentada’” (AUTHIER-REVUZ, 1990, p. 27).

Em seguida, observa-se a transformação do dizer visto que, na falta de acesso a essa memória discursiva que estrutura o sentido, perde-se, nos textos-traduzidos, esse aspecto distintivo do texto de partida.

Mittmann (2002) escreve sobre essas “faltas” de palavras adequadas na língua de chegada durante o processo tradutório, enfatizando se tratar da *historicidade das línguas envolvidas*, e não de uma suposta incompetência do tradutor ou de uma incompletude de determinada língua.

Exemplificando por meio de técnicas tradutórias como a nota de rodapé, a autora expõe a tentativa dos tradutores de cobrirem essas faltas, o que viria a expor a heterogeneidade do texto traduzido. No entanto, no caso dos recortes acima, não há nenhuma explicitação por parte dos tradutores, o que parece sugerir que eles não se dão conta das diferenças entre os termos *piros* e *vörös* durante a tradução, tomando-os, assim, como sinônimos.

Além disso, em todas as traduções, o mesmo termo que caracteriza os meninos da rua Paulo é usado para se referir aos antagonistas enquanto grupo: red, rojas, vermelhas. Para ilustrar, trago o trecho em que eles, os invasores, são mencionados pela primeira vez no romance.

	Recorte 4
SDH	Áts Feri, a vörös ingesek kapitánya (p. 30)
SDI	Feri Áts, captain of the red shirts (p. 32).
SDE	Feri Ách, el capitán de los camisas rojas (p. 36)
SDP	Chico Áts, capitão dos camisas- vermelhas (p. 47).

Quadro 4. Fonte: elaborado pelo autor.

Por meio desses recortes, faz-se possível observar os impasses surgidos no momento de contato entre línguas, ou, conforme Henge, no movimento entre “materialidades historicamente distintas” (2015, p. 37). Ou seja, trata-se de espaços de discursividade díspares, distintos contatos com o interdiscurso, diferentes constituições histórico-ideológicas.

Desse modo, tem-se, aí, na repetição pela tradução, uma transformação do sentido, já que são perdidas as determinações conferidas aos personagens do romance pela memória para com os valores dados às diferentes tonalidades da cor vermelha em húngaro, sentidos histórica e socialmente ancorados. Por isso, mais uma vez, corroboro Passini:

ao colocar em jogo duas línguas, a tradução evidencia as diferenças de cada uma delas em termos da forma particular como a história toca essas línguas, suas discursividades. Em outras palavras, a tradução coloca à mostra a impossibilidade de equivalência plena entre duas línguas e, com isso, coloca também em relevo o papel preponderante da discursividade, ou seja, da maneira como materialidade linguística e materialidade histórica determinam uma a outra. (PASSINI, 2018, p. 132).

Estendendo minha reflexão, trago, mais uma vez, Indursky (2011) para, a partir de seus apontamentos, expor uma consideração. Refiro-me a quando a autora explica que o

funcionamento da memória discursiva *traz o diferente que aciona o mesmo*, isto é, ainda que não necessariamente pela mesma estrutura linguística, idêntica palavra por palavra, os efeitos de sentido mobilizados são os mesmos, compondo um processo de paráfrase. Todavia, pelas releituras e traduções de *A Pál utcai fiúk*, penso ser possível afirmar que esse trabalho se dê nas duas direções.

De um lado, ao tratar de diferentes materialidades, diferentes sistemas linguísticos, as traduções, por mais literais que possam vir a ser, jamais trarão as mesmas estruturas linguísticas. Assim, trazendo o diferente (diferentes estruturas em outra língua), busca-se acionar o mesmo (o mesmo efeito semântico). Por outro lado, no entanto, mais uma vez em decorrência dos fatores históricos, sociais e culturais que compõem a língua, o texto traduzido pode trazer o “mesmo” que aciona o diferente. Na obra de Molnár, o termo tomado para referir ao “mesmo”, retomando o exemplo, à cor vermelha quando referida ao inimigo (*vörös*, em húngaro; *red*, em inglês; *rojo*, em espanhol; vermelho, em português), pode acionar o diferente, de acordo com as CPs de leitura. Nesse caso, o “mesmo” (*vörös*, *red*, *rojo* e *vermelho*), pelo funcionamento do simbólico, pode remeter a “camisas-vermelhas”, “habsburgos”, “soviéticos”, ou, ainda, a “otomanos”.

Em tempo, é importante destacar que há sempre uma determinada restrição, uma regência semântica, ainda que no deslize de sentidos. Isso se dá pelo trabalho de controle da *forma-sujeito* da FD, que comentarei mais a seguir. Ou seja, no romance, o sentido de “vermelho” pode deslizar, mas permanece delimitado parcialmente no mesmo nicho, não deixando de representar o inimigo. Dessa forma, é possível dizer que não há, portanto, um desvínculo total com a FD, diferentemente do que sugere Pym (1992). Nesse caminho, novos sentidos vão sendo produzidos e compondo a memória discursiva.

Sendo assim, pela análise discursiva, a tradução pode se fazer como um ponto privilegiado de observação da ilusão da literalidade por colocar em evidência a determinação sócio-histórica do sentido e a relação entre língua e ideologia. Ou seja, o aspecto opaco da língua começa a ser percebido.

Convergindo também para com o ponto de vista dos estudos em AD, em *Translating: a political act*, Álvarez e Vidal dizem que:

se estivermos conscientes de que traduzir não se trata de meramente uma passagem de um texto para outro, de uma transferência de palavras de um *container* para outro, mas do transporte de toda uma cultura para outra, com tudo o que isso implica, percebemos *o quão importante é ter consciência do aspecto*

*ideológico que constitui uma tradução.*⁷⁴ (ÁLVAREZ; VIDAL, 1996, p. 5 — grifos meus).

Além disso, os autores afirmam que “há sempre um contexto no qual a tradução ocorre, sempre uma história da qual um texto emerge e na qual um texto é transposto”⁷⁵ (Ibid., p. 7). Isto é, há sempre uma história *da qual o texto emerge* (mas não sai dela/não deixa de também pertencer a ela) e uma *na qual ele se assenta, na qual ele se funde*. Nesse passo, os textos são determinados nas e pelas histórias envolvidas. Em termos pecheutianos, não se trata de um mero contexto ou pano de fundo, pois os textos são *determinados pelas condições de produção dadas*, emergindo de complexos de discursos de uma sociedade/língua e se ajustando aos de outra(s)⁷⁶.

Assim, o texto está suscetível a interpretações em uma história, em determinadas condições de produção, e, a partir de uma (ou mais) dessas interpretações, é colocado à mercê de outras leituras, de outras interpretações, em outras condições de produção. Por isso, torna-se bastante problemático esperar e defender um sentido único, literal e/ou correto, principalmente no que diz respeito à tradução.

Conceber a tradução pelo viés discursivo da AD implica observar

[...] os efeitos de sentido produzidos a partir do jogo entre duas línguas, ou ainda, duas materialidades significantes distintas, cujas diferenças não residem apenas na ordem estrutural, mas na forma como a história marca essa materialidade. Assim, é precisamente pela maneira como a história marca a língua, por sua discursividade, que a tradução não poderia ser tomada como um processo de equivalência entre línguas e culturas, pois cada língua é marcada de forma particular pela história. (PASSINI, 2018, p. 119-120).

Assim, a deriva e os deslizos de sentido são inevitáveis, já que: 1. devido aos diferentes sistemas linguísticos, faz-se impossível uma correspondência total de estrutura, em que haveria a repetição palavra por palavra; 2. repetir “não significa necessariamente repetir palavra por palavra algum dizer, embora freqüentemente este tipo de repetição também ocorra. Mas a repetição também pode levar a um deslizamento, a uma re-significação, a uma quebra do regime de regularização dos sentidos” (INDURSKY, 2011, p. 70).

⁷⁴ “If we are aware that translating is not merely passing from one text to another, transferring words from one container to another, but rather transporting one entire culture to another with all that this entails, we realize just how important it is to be conscious of the ideology that underlies a translation”.

⁷⁵ “There is always a context in which the translation takes place, always a history from which a text emerges and into which a text is transposed”.

⁷⁶ Um bom exercício de reflexão seria imaginar *A Pál utcai fiúk* sendo traduzido e lançado, pela primeira vez, atualmente, ano de 2019, no Brasil. Sem classificar como certo ou errado, pois se trata de efeitos de interpretação regidos pelas questões sócio-históricas, pelas CPs: quais efeitos de sentido os “camisas vermelhas” poderiam vir a suscitar nas contingências históricas e sociais atuais do nosso país?

Em suma, em vista das condições de produção, o texto-traduzido, isto é, rediscursivizado, está inevitavelmente suscetível à ressignificação, fadado à polissemia, ao deslize. Isso porque “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro” (PÊCHEUX, [1983] 1997, p. 53).

Para a AD, portanto, não se trata de a ideologia ser inextricável à tradução, ela é inextricável à língua toda e, como veremos mais à frente, ao sujeito. Qualquer texto, qualquer produção que os envolva (não há como abranger um sem o outro) está constituída ideologicamente e à mercê dos acontecimentos históricos, que vêm reatualizar as possibilidades de leitura. Não há texto e não há sentido sem história e sem ideologia. Por isso, pensar a tradução por esta perspectiva teórica é considerar que não se trata de um “ato individual ou um mecanismo linguístico de transferência de mensagens de um texto para outro equivalente, de uma língua para outra. É um processo em que se estabelecem relações de sentido com outros discursos, dentre eles o discurso dito ‘original’” (MITTMANN, 1999, p. 225).

Isso posto, passo agora para mais uma questão fundamental: *o sujeito do processo tradutório e a sua determinação ideológica*, pela AD, concebido dessa forma não só no que se refere à tradução, mas a toda e qualquer produção social e linguística.

4.2 O SUJEITO TRADUTOR-AUTOR

Uma das divergências mais específicas entre a perspectiva da AD para com os autores até aqui mencionados dos Estudos de Tradução (Álvarez e Vidal, Pym etc.) se dá em relação à concepção da figura do tradutor nesse processo que é a tradução. Álvarez e Vidal, por exemplo, argumentam que “ao traduzir, um *ego* pode ser idealizado, por exemplo, *dando-se preferência* a um vocabulário sobre outro, *ênfatizando-se* a parte mais familiar da cultura de chegada ou em seu lado mais exótico; *dando-se ênfase* naquilo que nos torna mais próximos ou 'superiores' a essa cultura: 'exotismo' em oposição ao 'naturalismo’”⁷⁷ (1996, p. 3 — grifos meus). No entanto, observando-o pelo ponto de vista da AD, esse trecho é problemático no que diz respeito ao pressuposto de uma imagem de um tradutor estrategista, dotado de total autonomia e soberania à língua.

⁷⁷ “[...] when translating, one ego can be idealized, e.g. by selecting the vocabulary over another, by placing more emphasis on the familiar part of that culture or on its most exotic side; on that which makes us closer to it or ‘superior’: ‘exotism’ as opposed to ‘naturalism’”.

Para apresentar a concepção acerca do *tradutor* que têm sido construída nos estudos de AD, faz-se necessário, primeiramente, abordar, de forma mais detalhada e clara, a noção de *sujeito* sob esse escopo teórico, para, em seguida, discutir a figura do tradutor, mobilizando aspectos teóricos sobre a *autoria*.

Em *Semântica e discurso*, Pêcheux estabelece alguns preceitos que moldam a concepção de sujeito, a partir daquele momento, em sua teoria, concepção essa que se resume em “uma teoria não-subjetiva da subjetividade” ([1975] 2014, p. 125). Ou seja, trata-se de uma perspectiva que, de fato, considera o sujeito, mas não na forma empírica, nem se centrando nele. Distanciando-se da cena idealista/positivista de autonomia, a AD concebe um sujeito descentralizado, atravessado pelo inconsciente e, tomando por base Althusser (1996), ideologicamente interpelado, constituído social e historicamente pela/na língua, isto é, composto pela heterogeneidade de memórias, de discursos. Dessa forma, na esteira de Mittmann (1999), ele é um lugar social, que, dentre tantos outros, está representado nos processos discursivos, instância em que ocorrem as formações imaginárias, isto é, as projeções de imagens sociais atribuídas pelos sujeitos entre si, que trabalham na determinação do sentido. Por essa razão, ele “é determinado, sem se dar conta, a dizer o que seu lugar na formação social impõe que seja dito” (INDURSKY, 1998, p. 11).

Ao interpelá-lo através da língua, a ideologia dissimula essa interpelação. Dessa maneira, “o que é representado na ideologia [...] não é o sistema das relações reais que regem a existência dos indivíduos, mas a *relação imaginária desses indivíduos com as relações reais em que vivem*” (ALTHUSSER, 1996, p. 128 — grifos meus). Ou seja, a ideologia se dá por uma relação de percepção, que é forjada socialmente.

Como consequência dessa dissimulação, o sujeito é constituído por uma ilusão de autonomia, o que o faz acreditar ser a origem do que diz, fenômeno que Pêcheux ([1975] 2014) classifica como *esquecimento número um*) — crença totalmente ilusória visto que ele retoma sentidos preexistentes e inscritos em determinadas FDs.

Assim, o sujeito se constitui socialmente respondendo positivamente à interpelação, o que ocorre através de sua livre submissão a uma dada FD. Nesse sentido, ele inconscientemente se identifica e ocupa uma das *posições-sujeito* que compõem esse domínio de saberes e de dizeres e que, por sua vez, constituem a *forma-sujeito*, ou o Sujeito universal, que “é a forma de existência histórica de qualquer indivíduo, agente das práticas sociais” (ALTHUSSER, 1978, p. 67). Nesse contexto, a forma-sujeito trabalha na

seleção, no controle, comporta saberes e dizeres possíveis naquela FD. Portanto, é nesse funcionamento, em uma determinada FD, pelo trabalho da forma-sujeito, que, assim como se dão as determinações semânticas, as ilusórias transparências e evidências do sentido são criadas. Nessa complexa conjuntura, o sujeito “pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la” (ORLANDI, 2009, p. 50).

Diante disso, é por esse viés que o sujeito-tradutor é também considerado nessa teoria. Afetado ideologicamente como qualquer outro sujeito, todo tradutor é conduzido a tomar as posições que toma e a fazer as escolhas que faz em seu trabalho, de acordo com a posição-sujeito em que está inscrito sob determinada FD. Assim, aos poucos, é possível compreender a não-neutralidade da tradução, assim como os aspectos que a determinam.

Nesse caminho, sob o ponto de vista da AD, a autonomia do tradutor é relativa e discutível visto que suas “decisões tradutórias” são condicionadas pela ideologia, que, pelo trabalho de determinação da FD em que esse sujeito se encontra inscrito, cria o efeito de transparência e obviedade de determinados sentidos. Ou seja, a evidência de transparência na língua é resultante do efeito da ideologia.

Em sua tese sobre os *Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário*, Henge (2015) explica que, no fazer tradutório, “algumas relações de sentido poderão ser postas em jogo pelo sujeito”, que, primeiramente, na condição de leitor, interpreta. A partir disso, discursos (que a autora classifica como potencialmente próximos, distantes, mesmos ou outros) instauram-se pelo processo de leitura. Ainda na esteira da autora, é possível afirmar que, partindo das formações imaginárias tanto de seu lugar social de leitura quanto do lugar do texto lido e da língua para qual esse será traduzido, o sujeito passa a exercer a função-tradutor, papel pelo qual esses discursos são materializados, sob o efeito de organização e de unidade, em outro texto (e em outra língua), isto é, no texto traduzido. Esses sentidos instaurados no/pelo texto traduzido estão relacionados à FD “que regula aquilo que pode e deve ser traduzido” (HENGE, 2015, p. 35).

Nesse caminho, Henge propõe a *Formação Discursiva Tradutória* (doravante FDTrad), que corresponderia a uma FD de saberes que regulam o gesto tradutório. Isto é, trata-se de “um certo domínio de saberes sobre tradução, porém, mantém-se ligada a outras FDs e a saberes acerca de língua, literário/não literário, autoria etc.”, e é em decorrência desse contato com outras FDs “que a natureza do texto traduzido pode ser tão heterogênea” (Ibid., p. 36-37).

Ainda segundo a autora (Ibid., p. 36), nesse domínio, o tradutor toma o texto de partida “a partir de sua identificação com os sentidos desta formação discursiva e assume a posição de enunciador que culminará no processo discursivo de textualização” do texto traduzido:

a forma-sujeito agrupa saberes pertinentes às concepções de línguas em jogo, à função ilusória de compreensão do texto, bem como à ilusão-esquecimento de produzir um “novo” texto ancorado no texto primeiro. [...] Tomar posse do dizer seria a tomada de posição primeira do sujeito-tradutor, uma vez que parte de formações imaginárias do lugar de onde fala, do próprio texto lido, a língua em que ele fora escrito, bem como da língua para qual será traduzido... tudo isto determina de forma constitutiva o gesto de interpretação. Nesta perspectiva discursiva, pode-se pensar numa FDTrad cuja forma-sujeito tem tais elementos de saber, incluindo a relação hierárquica (de poder, dependência e deslizamento) de qualquer texto segundo para com o texto primeiro, numa posição de inferioridade e aproximação (feliz ou infeliz) em relação aos sentidos deste texto primeiro. (Ibid., p. 36).

Sendo assim, todo fazer tradutório se inscreveria na FDTrad, processo no qual todo sujeito assumiria uma posição dentre as que constituem a forma-sujeito desse domínio.

Nesse caminho, antes de prosseguir, faz-se necessário distinguir duas noções: a de lugar e a de posição. A primeira diz respeito a um conceito mais empírico, tratando-se de um espaço social, uma colocação ou um “posto” ocupado pelo sujeito em sociedade, já o segundo termo designa as atitudes, as práticas e os posicionamentos tomados por esse sujeito a partir desse lugar, isto é, a “postura” do sujeito dentro desse posto.

Dito isso, passo agora para uma segunda instância neste tópico: o tradutor enquanto autor. A partir deste ponto, será muito importante a concepção das projeções socialmente estabelecidas de lugares que os sujeitos ocupam, discutidas por Pêcheux ([1969] 2010) como a relação entre A e B, da qual se dariam os efeitos de sentido. Isto porque, ainda conforme o autor, esses lugares, ou melhor, as projeções que se fazem deles, compõem substancialmente os sentidos.

Para prosseguir, acrescento aqui duas noções relacionadas a dois lugares sociais: a função-autor (FOUCAULT, [1970] 2009), exercida pelo sujeito autor; e a função-tradutor (MITTMANN, 2003), exercida pelo sujeito tradutor. Por *função*, entendo o papel, o trabalho desempenhado pelo sujeito.

A partir de Foucault (1970) e Hermans (1998), Mittmann (2003) propõe a função-tradutor nos estudos discursivos como uma *função organizadora assumida pelo sujeito*. Nesse trabalho, buscaria-se a organização e a dissimulação da heterogeneidade de vozes que compõem o texto traduzido, criando um texto forjadamente dotado de homogeneidade,

de transparência (do tradutor) que (também ilusoriamente) já viria a dispor o texto de partida. Esses efeitos de unidade e de transparência se dão devido a um pré-construído, acionado pela forma-sujeito da FDTrad, cujos saberes e dizeres estão de acordo com expectativas editoriais, comerciais, socialmente consolidadas: o esperado apagamento do trabalho e da figura do tradutor.

Ao comentarem uma das exemplificações de seu estudo, Hatim e Mason parecem expor essa responsabilidade cobrada do tradutor: “os leitores da língua de chegada são capazes de inferir conteúdos implícitos como os leitores da língua de partida seriam? Até que ponto o tradutor pode compensar qualquer perda por parte do leitor da língua de chegada?⁷⁸” (1990, p. 63). Ou seja, por seu questionamento sobre *até que ponto* o tradutor pode compensar qualquer perda ou dano em relação ao texto traduzido para o leitor desse, cria-se o efeito de que o tradutor pode e/ou deve o realizar. Logo depois, eles também indagam: “Estaria o efeito perlocucionário do enunciado do tradutor (o texto-traduzido) sujeito ao controle do tradutor?”⁷⁹ (Ibid., p. 63). Respalhado pelos pressupostos da AD, frente a tudo que foi exposto até então aqui, eu respondo que não.

É necessário manter em mente que o tradutor, antes de exercer qualquer função, é um leitor, identificado com uma posição-sujeito, ocupando-a, e inscrito em uma FD, sob determinadas condições de produção. Ou seja, conforme Mittmann (1999), trata-se de mais um sujeito envolvido no processo, um lugar social, e não um mero intermediador. Além disso, segundo a autora, é a partir da imagem que o tradutor faz tanto de si próprio quanto do autor, dos leitores e de todos os “outros” que ele enuncia o discurso da tradução: “não é o texto original que serve de base para que se produza o texto da tradução, mas a imagem que o tradutor faz, não apenas do texto original, mas também do lugar do autor, do lugar do leitor, do seu próprio lugar [...]” (MITTMANN, Ibid., p. 224). Logo, torna-se discursivamente impossível a ele apreender, deter e gerir uma ilusória totalidade de sentidos possíveis. Crer em tal possibilidade e capacidade faz parte das formações imaginárias, das expectativas socialmente construídas e adquiridas para com esse lugar social, isto é, para com a figura do tradutor e da tradução.

No caso da tradução para o espanhol europeu, de 1945, por exemplo, é inútil permanecer devaneando, buscando explicações plausíveis para o fato de o tradutor ter optado em traduzir o título como *Las raíces del árbol*. Suspendendo imagens até então já

⁷⁸ “Are TL receivers as able to infer unexpressed content as SL receivers would be? To what extent can the translator compensate for any deficit on the part of the TL receiver?”

⁷⁹ “Is the perlocutionary effect of the translator’s utterance (TL text) subject to the translator’s control?”

cristalizadas, essa tradução em específico vem provocar desestabilizações nas redes de memória. Convergindo ou não com o que estava vigente até o seu período de publicação, esse título resulta de uma leitura, um posicionamento, muito provavelmente filiado à perspectiva que toma a obra como um retrato da passagem do mundo infantojuvenil ao universo adulto e a formação e sustentação de valores morais e nacionais, como apontado por Czékmany (2018).

Ora, essa expectativa sobre o trabalho tradutório provém da relação da função-tradutor com a função-autor, que, como uma das especificações possíveis da forma-sujeito, seria o “princípio de agrupamento do discurso” (FOUCAULT, [1970] 2009), isto é, o trabalho responsável pelo estabelecimento dos efeitos de unidade e de coerência dos discursos.

Espera-se também, e antes, do autor todos os critérios esperados do tradutor, dentre outros, como, de acordo com Orlandi (1993): coesão, coerência, não-contradição, unidade (com começo, meio e fim), fecho, clareza, responsabilidade (afetada pelo contato com o social e as suas coerções). Essa injunção à textualização, à significação na unidade (que se trata de efeito discursivo) é uma demanda sempre presente, uma cobrança socialmente constituída.

Ainda de acordo com Orlandi, é nessa instância “que mais se exerce a injunção a um modo de dizer padronizado e institucionalizado no qual se inscreve a responsabilidade do sujeito por aquilo que diz. [...] É nessa função que sua relação com a linguagem está mais sujeita ao controle social” (Ibid., p. 78), isto é, mais determinada pela relação com a exterioridade, pela submissão às regras das instituições.

Em um texto como *A Pál utcai fiúk*, o trabalho de “organização” da função-tradutor pode ser dobrado. Isso porque o romance, como já mencionado com base em Rónai (2005) e Tóth (1997), pode abordar tanto o universo infantojuvenil quanto, ao ser tomado como metáfora, o adulto. Para Hatim e Bason (1997), manter a coerência somente é possível “ao relacionar uma sequência linguística com seus contextos mais amplos: extralinguística e linguisticamente”⁸⁰ (1997, p. 3). No entanto, trata-se de, no mínimo, um desafio para o tradutor reproduzir os efeitos de sentido mantendo o texto-traduzido coerente para ambos os tipos de público.

Portanto, ao conduzir o texto-traduzido a possíveis efeitos de sentido acionados por meio de sua leitura e de sua interpretação ideologicamente condicionada, o tradutor

⁸⁰ “[...] by relating the sequence to its wider context, both linguistic and extra-linguistic”.

trabalha como autor, produtor de sentido, dispondo aos leitores da língua de chegada (re)formulações, efeitos discursivos potencialmente ancorados por memórias discursivas que podem vir a trabalhar tanto sob o texto de partida quanto sob o texto de chegada. É possível entender, assim, que o sentido não está no texto, sendo ele acionado a cada novo gesto de leitura. Em tempo, faz-se necessário lembrar que a memória discursiva não é um domínio fechado e/ou estático. Em decorrência dos acontecimentos, ela pode se movimentar, logo, o sentido também.

Deslinearizando as traduções de A Pál utcai fiúk, é possível observar esse trabalho na busca pelo efeito de unidade sendo realizado, isto é, a função-tradutor em ação. Por meio de modalidades de tradução (AUBERT, 1998), os tradutores das traduções brasileira e espanhola, por exemplo, diante de desafios tradutórios — questões específicas históricas, culturais etc. — julgaram necessário interferir no fluxo do texto, revelando-se por meio de inúmeras notas de rodapé, expondo a voz outra que compõe o texto traduzido e desmascarando a ilusória unidade textual. No entanto, ao fazerem isso, paradoxalmente, os tradutores acabam por reafirmar uma também ilusória parcela de homogeneidade.

Na esteira de Mittmann (1999), que parte de Authier-Revuz (1990), explico em outras palavras: a sinalização da voz do tradutor através de técnicas, como as notas de rodapé, dentre outros métodos, cria o efeito de que o restante, o que não está ali sinalizado, marcado como “palavras do tradutor”, seria um texto homogêneo, tratando-se, potencialmente, das palavras do autor do texto de partida em sua total unidade. Ou seja, aspectos como esse, produtos da ação da função-tradutor, ao passo que suspendem o efeito de homogeneidade do texto-traduzido, também o reforçam parcialmente. Esse tipo de funcionamento constitui o que Authier-Revuz ([1982] 2004) chama de heterogeneidade mostrada, que seria uma espécie de negociação do sujeito do discurso para com a heterogeneidade textual, denegando-a.

Voltando-me especificamente ao caso de *A Pál utcai fiúk*, é importante ressaltar, ainda, que o gênero literário por si só, uma construção histórica, carrega sentidos, aciona imaginários e projeções sociais. É por isso que, na tradução literária, como já aponta Henge (2015), a forma-sujeito da FDTrad mobiliza elementos específicos do interdiscurso, historicamente relacionados, pela memória discursiva, com essa tipologia textual. São, portanto, conforme Passini (2018, p. 105), “diferentes forças afetando e determinando as tomadas de posição do sujeito-tradutor”.

Lisbôa (2008), por exemplo, fala do possível sentido e/ou valor de resistência que a literatura pode gerar para uma sociedade. Penso ser possível estabelecer, a partir disso, uma conexão com *A Pál utcai fiúk* e os desafios certamente enfrentados pelos tradutores em cada tradução visto o possível valor simbólico e metafórico da obra, como mencionado no início desta dissertação.

Pensada em conformidade com esse imaginário, isto é, como metáfora (de uma perspectiva) da história da Hungria, dos eventos trágicos que configuram o passado daquele país, *A Pál utcai fiúk* pode ser concebida como uma obra de resistência. Funcionando como metáfora, o enredo ilustraria a força de um povo que, em uma região etnicamente heterogênea, resiste pelo seu espaço linguística, cultural e territorialmente, tendo de voltar a guerra inúmeras vezes.

Para finalizar, retorno a Tatasciore (2014), mais especificamente à parte em que essa autora discorre sobre certas figuras simbólicas usadas no romance de Molnár e as conotações, como ela denomina, histórico-ideológicas trazidas por tais acionamentos. A respeito da tradução, Tatasciore, exemplificando, fala sobre a figura de Garibaldi, presente no romance de Molnár, e comenta brevemente sobre o *reinscimento*⁸¹ de tais valores simbólicos na língua de chegada e seus possíveis desencadeamentos (que a autora trata como amplificações voluntárias ou involuntárias). Para este fim de subseção, gostaria de me deter nessas, recém apontadas, últimas colocações de Tatasciore.

Tais “reinscimentos”, seguramente, constituem um dos maiores desafios para tradutores de *A Pál utcai fiúk* visto o denso conteúdo histórico e cultural desses elementos. No processo tradutório, um método bastante comum, como já illustrei (MONTEIRO, 2018), a partir de Venuti (1996), é a domesticação. Também com base em Venuti (1995), Hatim e Mason (1997) dizem que a domesticação acontece em situações em que a língua de chegada é culturalmente dominante, o que pode ser considerado bastante previsível em uma tradução de um romance húngaro, como é o caso, visto a carência de prestígio e a raridade da língua magiar. Além disso, Hatim e Mason afirmam que “é o efeito de uma estratégia particular empregada em uma situação sociocultural específica que provavelmente terá implicações ideológicas. O tradutor atua em um contexto social e faz

⁸¹ Em italiano, termo usado pela autora.

parte dele. É nesse sentido que a tradução é, por si só, uma atividade ideológica”⁸². (Ibid., p. 121).

Outro método, tão ideologicamente determinado quanto a domesticação, é a conservação, que, conforme Álvarez e Vidal, diz respeito à “aceitação da diferença pela reprodução dos signos culturais do texto de partida no texto de chegada”⁸³ (1996, p. 54).

Novamente segundo Hatim e Bason, é possível avaliar esses fenômenos como indícios “da maneira com que a ideologia dá forma ao discurso e o modo com o que as práticas discursivas trabalham para manter, reforçar ou desafiar as ideologias”⁸⁴ (1997, p. 119). Isto é, observa-se, aí, não só, como apontam os autores, as consequências ideológicas das escolhas dos tradutores, como, também, as razões e determinações delas.

Em suma, diante do exposto até aqui, faz-se possível considerar de extrema importância se atentar: 1. para o papel autoral do sujeito tradutor, que, identificado com uma posição-sujeito, acaba por assumir, também, a função-autor; 2. para a tradução que, ao repetir, está suscetível à transformação, tornando o deslize semântico inevitável; e 3. para o sentido e

sua relação de dependência com o entorno no qual a tradução emerge, pois, o sujeito tradutor, em sua condição de indivíduo interpelado pela ideologia, produz sentido por sua identificação com domínios de saber, que são ideológicos. Seja no gesto primeiro, enquanto assume a posição de leitor do texto de partida, seja no gesto segundo, enquanto produtor do texto de chegada, está sempre identificado a uma ou outra formação discursiva. (PASSINI, 2018, p. 122).

Sendo assim, não há língua incompleta ou infidelidade do sujeito-tradutor. O que há é historicidade na e da língua, no e do sujeito. O que há é *discurso*, movimento da história, do sujeito, do sentido, da língua... logo, buscar o estático, o homogêneo faz parte de uma ilusão, um efeito, necessário na formação social em que vivemos, de que a significação tem de ser sempre fechada e unívoca.

⁸² “It is the effect of a particular strategy employed in a particular socio-cultural situation which is likely to have ideological implications. The translator acts in a social context and is part of that context. It is in this sense that translating is, in itself, an ideological activity”.

⁸³ “Acceptance of the difference by means of the reproduction of the cultural signs in the source text”.

⁸⁴ “Of the way ideology shapes discourse and the way discourse practices help to maintain, reinforce or challenge ideologies”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por aqui, encerro esta reflexão teórico-analítica na qual busquei abordar questões, primeiramente instigantes e incômodas a mim enquanto leitor, sobre o caráter simbólico do clássico romance de Ferenc Molnár.

Ao passo que fecho este trabalho, no entanto, frustro-me, mais uma vez, enquanto sujeito, pela inquietante sensação de que há muito mais ainda a ser dito, além do concebível. Aí me realizo porque me flagro enquanto analista, ciente da incompletude constituinte dos dizeres, dos sentidos, do discurso. Dessa maneira, longe de postular uma conclusão total e definitiva, aponto algumas considerações.

Apoiando-me na teoria, mostrei que a história que *A Pál utcai fiúk* conta, ou ilusoriamente representa, é plural e movente. Sendo assim, trata-se de histórias, subordinadas a perspectivas ideológicas, sociais e identitárias. A obra é constituída por relações de força e de sentido, que se dispõem das contingências ideológicas e sociais de produção, circulação e leitura do/no texto, fenômeno que se dá também na direção contrária: do texto ao social. Língua e história se afetam, assim, mutualmente.

Tomei como possível um diálogo entre a Teoria das Representações Sociais e a Análise do Discurso pecheutiana, concebendo representação como um efeito ideológico entre sujeitos para com a língua, a sociedade e a história. Sendo assim, para os sujeitos, interpelados pela ideologia, há uma ilusão de fatos do mundo e/ou elementos homogêneos e dotados de unidade, passíveis a total apreensão e representação. O real, por sua vez, é impossível, inapreensível ao sujeito, a quem resta perspectivas (revestidas por efeitos ideológicos de verdade e evidência), representações de/na(s) história(s).

Dessa maneira, *A Pál utcai fiúk*, leitura institucionalizada, lugar de memória, vem representar uma narrativa nacional conivente à busca incessante pela identidade, onde se revela um desejo pela unidade. Surgido na ressaca da Guerra de 1848-49 e pouco antes da Primeira Guerra, que devastou o país em todas as circunstâncias, principalmente a territorial, o romance se fixou no desejo de resistência identitária nacional e é usado até hoje na tentativa de reverberação desses fins, ainda que pareça não haver mais tamanha identificação por parte das recentes gerações.

Um outro ponto que foi possível de se observar é o funcionamento da memória discursiva, que, pelo acionamento de pré-construídos do interdiscurso, trabalha no suporte

a determinados efeitos de sentido na obra, compondo as redes de memória. Os pré-construídos analisados estão em conformidade com a ideologia da classe dominante, mobilizando saberes e dizeres nacionalistas hegemônicos sobre as guerras e batalhas pelas quais a Hungria passou. Dessa forma, discursos-transversos como “Juramos não ser mais servos”, de *Nemzeti dal*, vêm compor o romance.

Nesse sentido, a obra pôde ser considerada, também, como um lugar de memória, lugar de realização de dizeres que, através do romance, legitimam-se e se cristalizam no imaginário social como saberes evidentes e incontestáveis sobre o nacional. Ou seja, a obra tanto é propagada por quanto propagadora de um discurso nacionalista.

Quanto à tradução, inscrevendo-me em uma perspectiva contestadora acerca do assunto, procurei mostrar que, longe de se dar a partir do *original* (se é que esse existe, se é que ele é apreensível), o processo tradutório acontece a partir de uma leitura possível entre tantas outras, atravessada por uma perspectiva, por um lugar social do sujeito que, antes de tradutor, é leitor, assim como por formações imaginárias.

Nesse caminho, refleti sobre como a tradução, enquanto um acontecimento, leva paradoxalmente à repetição e à transformação de dizeres. No caso do par de cores do texto de partida, *piros* e *vörös*, foi possível constatar uma perda parcial do seu trabalho semântico, visto que, nos textos de chegada, elas ainda podem funcionar simbolicamente, mas não mais como no texto de partida. Melhor dizendo, trata-se do irrealizável na(s) outra(s) língua(s).

Além disso, no que diz respeito à problematização feita por Foucault a respeito da noção de obra, que mencionei brevemente, considero importante manifestar que, pensando a obra no nível discursivo, conforme afirmei, concebo a tradução também como (re)compondo uma obra, dispondo novos percursos de sentidos, nos enlaces discursivos.

Por fim, considerei que o trabalho da função-tradutor gera, inevitavelmente, tanto a conservação quanto a diluição dos sentidos, do valor simbólico da obra para uma perspectiva do texto de partida. Casos de transformações, de polissemia, foram possíveis de ser observados, também, pelas análises das capas, ainda que a maioria delas esteja constituída por processos de paráfrase, recorrendo às mesmas cores e/ou a imagens de conflito e/ou de defesa do território, expressas por elementos como muros, bandeiras etc.

A tradução dispõe novos enlaces, novos nós nas redes, assim como pode construir novas redes de memória.

REFERÊNCIAS

- ACHARD, Pierre. Memória e produção discursiva do sentido. In: ACHARD, P. [et al.]. *Papel da memória*. Tradução de José Horta Nunes. Campinas, SP: Pontes, p. 11-17, [1983] 1999.
- ALTHUSSER, Louis. *Posições I*. Rio de Janeiro: Editora Graal, 1978.
- _____. Ideologia e Aparelhos Ideológicos de Estado (notas para uma investigação). In: ŽIŽEK, Slavoj. *Um mapa da ideologia*. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Contraponto, p. 105-142, 1996.
- ÁLVAREZ, Román; VIDAL, María C. Translating: A Political Act. In: _____. (Orgs.) *Translation, Power, Subversion* (Series: Topics in Translation 8). Clevedon, Bristol, Adelaide: Multilingual Matters LTD, p. 1-9, 1996.
- ASCHER, Nelson. *Pomos da discórdia: política, religião, literatura etc*. São Paulo: Editora 34, 1996.
- _____. “Posfácio”. In: MOLNÁR, Ferenc. *Os meninos da Rua Paulo*. Tradução de Paulo Rónai. São Paulo: Cosac Naify, 2005.
- AUBERT, Francis H. *Modalidades de Tradução: teoria e resultados*. TradTerm, 5(1), p. 99-128, 1998.
- AUTHIER-REVUZ, J. Heterogeneidade(s) enunciativa(s). In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, Campinas, n.19, p. 25-42, 1990.
- BÁRCZI, Géza (ed.). *Magyar szófajtó szótár* [Hungarian etymological dictionary] (2nd edition). Budapeste: Trezor, 1994.
- BENCZES, Réka; TÓTH-CZIFRA, Erzsébet. The Hungarian colour terms piros and vörös: a corpus and cognitive linguistic account. In: *Acta Linguistica Hungarica*, vol. 61, 2, p. 123–152, 2014.
- BENKŐ, Loránd. *A magyar nyelv történeti-etimológiai szótára* [A historical etymological dictionary of the Hungarian language]. Budapeste: Akadémiai Kiadó, 1967–1984.
- CARRETERO, Mário. Três sentidos da história. In: CARRETERO, Mário. *Documentos de identidade: a construção da memória histórica em um mundo globalizado*. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, p. 31-67, 2010.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre incertezas e inquietude*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2002.
- COLIN, Mariella. *I bambini di Mussolini. Letteratura, libri, letture per l’infanzia sotto il fascismo*, La Scuola, Brescia, 2012.

CORNIS-POPE, Marcel; NEUBAUER, John. *History of the Literary Cultures of East-Central Europe: junctures and disjunctures in the 19th and 20th centuries*. Amsterdam/Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, v. 2, 2006.

COURTINE, Jean-Jacques. *Análise do Discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos: EdUFSCar, [1981] 2009.

COURTINE, Jean-Jacques; MARANDIN, Jean-Marie. Que objeto para a análise de discurso? Em: CONEIN, Bernard; COURTINE, Jean-Jacques; GADET, Françoise; MARANDIN, Jean-Marie; PÊCHEUX, Michel. (Orgs.). *Materialidades Discursivas*. Campinas: Editora Unicamp, [1981] 2016.

CZÉKMÁNY, Anna. Entrevista concedida a Evandro Oliveira Monteiro. Budapeste, 2018.

DE NARDI, Fabiele S. Entre a lembrança e o esquecimento: os trabalhos da memória na relação com a língua e o discurso. *Organon* (UFRGS). Porto Alegre: v. 17, n. 35, p. 65-83, 2003.

_____. *Um olhar discursivo sobre língua, cultura e identidade: reflexões sobre o livro didático para o ensino de espanhol como língua estrangeira*. Tese – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

EAGLETON, Terry. *Ideologia: uma introdução*. 1997.

ERDŐDY, Edit. *A Pál utcai fiúk*. Budapest: Akkord kiadó, 2005.

FERNANDES, CAROLINA. Imagens em rede: a opacidade da imagem e a leitura polissêmica. In: Maria Cristina Leandro Ferreira. (Org.). *Oficinas de Análise do Discurso: conceitos em movimento*. 1 ed. Campinas: Pontes Editores, v. 1, p. 81-108, 2015.

FOCHESATO, Walter. *Raccontare la guerra. Libri per bambini e ragazzi*, Interlinea Edizioni, Novara, 2011.

FOUCAULT, Michel. *Ditos e Escritos: Estética – literatura e pintura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, vol. 3, p. 264-298, 2001.

_____. *A arqueologia do saber*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 6. ed., [1969] 2002.

_____. *A ordem do discurso*. Tradução de Laura F. de A. Sampaio. 18 ed. São Paulo: Loyola, [1970] 2009.

GÁRDONYI, Géza. *O homem que não se vê: a vida de Átila narrada por um escravo*. Tradução de Íldikó Sütö. São Paulo: Veredas, 1991.

GYÖRGYÉY, Clara. *Ferenc Molnár*. Boston: Twayne Publishers, 1980.

HALMESVIRTA, Anssi. Ferenc Molnár and the Culture of Adolescence. *Hungarologische Beiträge*, p. 19-29, 1995.

HATIM, Basil; MASON, Ian. *Discourse and the translator*. Londres/Nova Iorque: Longman, 1990.

_____. *The translator as communicator*. Londres/Nova Iorque: Routledge, 1997.

HENGE, Gláucia da S. *Feitos e efeitos discursivos no processo tradutório do literário: uma discussão sobre o fazer tradutório da obra Pride and Prejudice de Jane Austen*. 2015. Tese – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

HENRY, Paul. Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux. Tradução de Bethania Mariani. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 2 ed. Campinas: Unicamp, Tradução do original de 1969, p. 13-38, 1993.

_____. A história não existe? In: ORLANDI, Eni P. (Org.). *Gestos de leitura: da história no discurso*. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 4. ed., p. 31-56, [1984] 2014.

HERMANS, Theo. *O outro da tradução: diferença, cultura, auto-inferência*. Tradução de Neusa Matte. Cadernos da tradução, n.1. Porto Alegre, p. 7-25, 1998.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 6. ed., 2008.

HORVÁTH, Attila. A cenzúra működési mechanizmusa Magyarországon a szovjet típusú diktatúra időszakában. In: *Magyar sajtószabadság és - szabályozás 1914-1989*. Budapest: Médiatudományi Intézet: p. 80-98, 2013. Disponível em: <https://edit.elte.hu/xmlui/handle/10831/30297> Acesso em: 04 jan. 2019.

HORVÁTH, Imre. A maszkulinitás szerepjátékai A Pál utcai fiúkban. *Alföld: irodalmi, művészeti és kritikai folyóirat*. p. 70-82, 2016.

INDURSKY, Freda. A prática discursiva da leitura. In: ORLANDI, Eni P. *A leitura e seus leitores*. Campinas, São Paulo: Pontes, 1998.

_____. A memória na cena do discurso. In: INDURSKY, Freda; MITTMANN, Solange; FERREIRA, Maria C. L. (Orgs.). *Memória e história na/da análise do discurso*. Campinas: Mercado de Letras: p. 67-89, 2011.

_____. A escrita à luz da análise do discurso. In: CORTINA, Arnaldo; NASSER, Sílvia M. G. C. (Org.). *Sujeito e Linguagem*. São Paulo: Cultura Acadêmica, p. 117-131, 2009.

_____. "Cartografias geopolíticas como gesto de resistência". In: Carrozza, Guilherme; Santos, Mirian; Silva, Telma da. (Orgs.). *Sujeito, sociedade, sentidos*. Campinas: Editora RG, 2012.

_____. O trabalho discursivo do sujeito entre o memorável e a deriva. *Signo y Señã*, n. 24, p. 91-104, 2013.

_____. Da produção à criação da obra de arte como gesto político. In: INDURSKY, Freda; LEANDRO FERREIRA, Maria C.; MITTMANN, Solange. *Análise do Discurso: dos fundamentos aos desdobramentos: 30 anos de Michel Pêcheux*. Campinas: Mercado de Letras, p. 289-303, 2015.

JODELET, Denise. Representações sociais: um domínio em expansão. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 17-44, 2001.

KISS, Gábor; FORBES, Isabel. Piros, vörös – red, rot, rouge. In T. Gecső (ed.) *Kontrasztív szemantikai kutatások* [Studies in contrastive semantics]. Budapeste: Tinta Könyvkiadó. 190–199, 2001.

KOMÁROMI, Gabriella. “Posfácio”. In: MOLNÁR, Ferenc. *A Pál utcai fiúk*. Budapeste: Móra Könyvkiadó, [1996] 2009.

KOMÁROMI, Gabriella; RIGÓ, Béla. Szövegek metamorfózisa és vándorlása a gyermekirodalomban. In: SZEGEDY-MASZÁK, Mihály; VERES, András (Orgs.). *A magyar irodalom története: 1920-tól napjainkig*. Budapest: Gondolat Kiadó, 463-477, 2007.

KONTLER, László. *A history of Hungary*. Budapest: Atlantisz Publishing House. 2009.

KOSIK, Karel. Reprodução espiritual e racional da realidade. In: KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, p. 21-32, 1986.

LISBÔA, Noeli T. A pontuação do silêncio: uma análise discursiva da escritura de Clarice Lispector. Dissertação de Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

LUKACS, John. *Budapeste 1900: um retrato histórico de uma cidade e sua cultura*. Tradução Ana Luiza Dantas. Rio de Janeiro: José Olympio, 2009.

MAGYARODY, Katherine. Hungarian Scouting in Exile: Frame Narratives and the Creation of a Diasporic Community. *Hungarian Studies Review*, vol. 42, n.ºs. 1-2, p. 135-162, 2015.

MITTMANN, Solange. Heterogeneidade e função tradutor. *Cadernos de Tradução* (UFSC), Florianópolis, v. 4, p. 221-237, 1999.

_____. Entre faltas e excessos, a busca pela palavra. In: *Gragoatá*. Niterói, Rio de Janeiro: n. 13, p. 105-113, 2002.

_____. *Notas do Tradutor e Processo Tradutório*: análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

_____. Redes e ressignificações no ciberespaço. In: Lucília de Souza Romão, Nádea Gaspar (Org.). *Discurso midiático: sentidos de memória e arquivo*. São Carlos: Pedro e João, p. 113-130, 2008.

MOLNÁR, Ferenc. *Las raíces del árbol*. Tradução de Marcelino Andres de Orbók. Barcelona: Editorial Lara, [1945] 1972.

_____. *Os meninos da rua Paulo*. Tradução de Paulo Rónai e revisão de Nelson Ascher. São Paulo: Cosac Naify, 13. ed., [1952] 2005.

_____. *The Paul Street Boys*. Tradução de Louis Rittenberg. Budapeste: Corvina, 8. ed., [1927] 2015.

_____. *A Pál utcai fiúk*. Budapeste: Móra, [1907] 2016.

_____. *Die Jungen der Paulstrasse*. Tradução de Edmund Alkalay. Styria, 1952.

MONTEIRO, Evandro O. A Pál utcai fiúk: um olhar discursivo sobre as modalidades tradutórias nas traduções da obra em inglês e português. *Rónai: revista de estudos clássicos e tradutórios*. Universidade Federal de Juiz de Fora: v. 6, n. 2, p. 15-24, 2018.

MOSCOVICI, Serge. Das representações coletivas às representações sociais: elementos para uma história. In: JODELET, Denise (org.). *As representações sociais*. Rio de Janeiro: EdUERJ, p. 45-66, 2001.

NAGY, György. *Molnár Ferenc: a világsiker útján*. Tradução de alemão para o húngaro de Kálmán Judit. Budapeste: Tinta Könyvkiadó, 2001.

NAGY, Péter. A Pál utcai fiúk. In: RÁKAI, István. *Olvasó ifjúság*. Budapest: Móra, p. 178-182, 1972.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, 1993.

ORLANDI, Eni P. *Terra à vista — discurso do confronto velho e novo mundo*. São Paulo, Cortez, Campinas, Ed. da Unicamp, 1990.

_____. Nem escritor, nem sujeito: apenas autor. In: _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1993.

_____. As histórias das leituras. In: _____. *Discurso e leitura*. São Paulo: Cortez, 8 ed., p. 41-46, 2008.

_____. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 8. ed. Campinas: Pontes Editores, 2009.

_____. *A contrapelo: incursão teórica na tecnologia – discurso eletrônico, escola, cidade*. Rua (UNICAMP), n. 16, v. 2, p. 5-17, 2010.

OLSZAŃSKI, Tadeusz. “Prefácio”. In: MOLNÁR, Ferenc. *Chłopczy z placu broni*. Varsóvia: Nasza Księgarnia, 1989.

PAVAN, Paula D. *A cultura digital como acontecimento: movimentos na rede dos sentidos*. 2017. Tese – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.

PASSINI, Michele A. T. *Internacionalizar a produção acadêmico-científica brasileira: uma questão de língua, tradução e discurso*. 2018. Tese – Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2018.

PÊCHEUX, Michel. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. *Gestos de leitura: da história no discurso*. 2. ed. Campinas: Unicamp, p. 55-66, 1997.

_____. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução de Eni P. Orlandi. 2 ed. Campinas, São Paulo: Pontes, [1983] 1997.

_____. Papel da memória. In: ACHARD, Pierre [et al.]. *Papel da memória*. Campinas: Ponte, [1983] 1999.

_____. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony (Orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 4 ed., p. 59-158, [1969] 2010.

_____. *Semântica e Discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Tradução de Eni P. Orlandi [et al.]. 5ª ed. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, [1975] 2014.

_____. Metáfora e interdiscurso. In: _____. *Análise do Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 4 ed., p. 151-161, [1984] 2014.

_____. Leitura e Memória: projeto de pesquisa. In: _____. *Análise do Discurso: Michel Pêcheux. Textos escolhidos por Eni Puccinelli Orlandi*. Campinas, SP: Pontes, 4 ed., p. 141-150, [1990] 2014.

PÊCHEUX, Michel; GADET, Françoise. *A língua inatingível: o discurso na história da linguística*. Tradução de Bethania Mariani e Maria de Mello. Campinas: RG, 2 ed., [1981] 2010.

PÊCHEUX, Michel; FUCHS, Catherine. A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas. In: GADET, Françoise; HAK, Tony (orgs.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Tradução de Bethania S. Mariani... [et al.]. Campinas, São Paulo: Editora da UNICAMP, 4 ed., p. 159-249, [1975] 2010.

PETRI, Verli. Representação da posição-sujeito na análise do discurso literário: uma proposta de deslocamento e suas implicações. In: MITTMANN, Solange; GRIGOLETTO, Evandra; CAZARIN, Ercília (orgs.). *Práticas Discursivas e Identitárias: sujeito e língua*. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

PYM, Anthony. Limits and frustrations of discourse analysis in translation theory. *Revista de Filologia de la Universidad de La Laguna*, n. 11, p. 227-239, 1992.

ROBIN, Régine; ANGENOT, Marc. *L'inscription du discours social dans le texte littéraire*, 1985.

ROMÃO, Lucília M. S. Tramas do discurso e luzes da memória. *Organon* (UFRGS), Porto Alegre, v. 17, p. 161-187, 2003.

ROMÃO, Lucília M. S.; LEANDRO FERREIRA, Maria C.; DELA-SILVA, Silmara. Arquivo. In: MARIANI, Bethania; MEDEIROS, Vanise; DELA-SILVA, Silmara (Orgs.). *Discurso, arquivo e...* Rio de Janeiro: 7Letras, p. 11-21, 2011.

RÓNAI, Paulo. "Prefácio". In: MOLNÁR, Ferenc. *Os meninos da Rua Paulo*. Tradução de Paulo Rónai. São Paulo: Cosac Naify, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Cultrix, 28. ed., [1916] 2012.

SÊGA, Rafael A. O conceito de representação social nas obras de Denise Joselet e Serge Moscovici. *Anos 90* (UFRGS), Porto Alegre, RS: v. 13, p. 128-133, 2000.

SERRANI, Silvana. Abordagem transdisciplinar da enunciação em segunda língua: a proposta AREDA. In: SIGNORINI; CAVALCANTI (Orgs.). *Linguística aplicada e transdisciplinaridade*. Campinas: Mercado de Letras, 1998.

TASSO, Rossana D. Revisitando o papel da história na Análise do Discurso. In: *Anais do 6º Encontro do CELSUL - Círculo de Estudos Lingüísticos do Sul*, Florianópolis, 2004.

TATASCIORE, Claudia. *La traduzione interculturale nell'Austria-Ungheria della Jahrhundertwende: Analisi critica delle traduzioni in tedesco e in italiano del romanzo ungherese I ragazzi della Via Pál di Ferenc Molnár*. 2014. Tese – Alma Mater Studiorum Università di Bologna, 2014. Disponível em: <http://amsdottorato.unibo.it/id/eprint/6393>

THOMPSON, John B. *Ideología e cultura moderna*. 6 ed. São Paulo: Vozes, 1995.

TÓTH, Csaba. *Molnár Ferenc: általános és középiskolások számára*. Compilação de József Matyasovszki. Debrecen: Tóth Könyvkereskedés Kft., 1997.

VENUTI, Lawrence. *The translator's invisibility: a history of translation*. Londres: Routledge, 1995.

_____. O escândalo da tradução. Tradução de Stella E. O. Tagnin. In: *Tradterm*, n. 3, p. 99-122, 1996.

VEYNE, P. *Como se escreve a história*. Brasília: Editora UnB, 1998.

ZAICZ, Gábor. (ed.). *Etimológiai szótár: Magyar szavak és toldalékok eredete* [Etymological dictionary: The origins of Hungarian words and suffixes]. Budapest: Tinta Könyvkiadó, 2004.

ZUCCOLILLO, Carolina M. R. *Língua, nação e nacionalismo: um estudo sobre o guarani no Paraguai*. 2000. Tese – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, SP, 2000.